



ALOÍZIA RODRIGUES HIRATA

**A constituição do Sistema Participativo de Garantia
sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia
na região**

**LAVRAS - MG
2016**

ALOÍZIA RODRIGUES HIRATA

**A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA
SUL DE MINAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA
NA REGIÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador

Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis

Coorientador

Dr. Luiz Carlos Dias da Rocha

LAVRAS - MG
2016

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Hirata, Aloísia Rodrigues

A constituição do Sistema Participativo de Garantia sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região / Aloísia Rodrigues Hirata. – Lavras : UFLA, 2016.

196 p. : il.

Dissertação (mestrado profissional)–Universidade Federal de Lavras, 2016.

Orientador(a): Thiago Rodrigo de Paula Assis.

Bibliografia

1. Certificação Participativa. 2. Avaliação da Conformidade. 3. SPG. 4. Agricultura Orgânica. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

ALOÍZIA RODRIGUES HIRATA

**A CONSTITUIÇÃO DO SISTEMA PARTICIPATIVO DE GARANTIA
SUL DE MINAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA
NA REGIÃO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 25 de fevereiro de 2016

Dra. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio - EMBRAPA Agrobiologia

Dr. Arnaldo Pereira Vieira - UFLA

Dra. Camila Guedes Codonho - IFSULDEMINAS - Campus Passos

Orientador

Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis

Coorientador

Dr. Luiz Carlos Dias da Rocha

LAVRAS - MG
2016

Dedico este trabalho ao meu anjo
Tiemi, sempre presente, fazendo-me
acreditar que o amor é eterno.

AGRADECIMENTOS

Fazer os agradecimentos é relembrar cada dia e cada pessoa que de alguma forma, nesses dois anos, presentes e ausentes, colaboraram com a realização deste trabalho. Por isso, neste momento, quero demonstrar a minha gratidão.

A Deus, pelo dom da minha vida e privilégio de ter realizado este trabalho.

Ao Mário, Yuji, Hisashi e Robson, pela compreensão das horas ocupadas demais, carinho, amor e paciência. Precisamos recompensar o tempo perdido!

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e “agregados”, pela alegria nos momentos quando estávamos juntos e pela compreensão da ausência dos últimos tempos.

À Universidade Federal de Lavras e, em especial, ao Departamento de Administração, por terem acreditado e envidado esforços para que o Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão fosse uma realidade.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia pelo apoio concedido e ao Pró-Reitor de Extensão, Cléber Ávila Barbosa, pela compreensão e concessão do tempo necessário para a realização deste trabalho.

Ao Professor Thiago Rodrigo de Paula Assis, pela orientação, pelos ensinamentos, pela paciência e pela amizade iniciada durante o mestrado, que faço questão de cultivar.

Ao Amigo e companheiro de trabalho Luiz Carlos Dias da Rocha, pela coorientação, pelo companheirismo, pela dedicação aos nossos projetos, pela paciência e amizade eterna. Que venham outros projetos, outros SPGs.

À Professora Maroca, pela coordenação do Mestrado e por acreditar sempre na extensão, nas mulheres e na Agroecologia. Minha admiração por você é enorme.

Aos professores, Viviane, Arnaldo, Maroca, Thiago, Vânia, Sabrina, Vera, Luiz Cláudio, Marcelo Romaniello, Renato, Paula, Luiz Antônio e Mauricéia que atuaram neste mestrado, pelos conhecimentos compartilhados e momentos de convivência.

À Deila e Flávia, pela disponibilidade, cuidado e atenção que sempre demonstraram com nossa turma.

Aos meus colegas de Mestrado: Anderson, André, Flora, Gleysson, Hebert, Magela, Mauro, Mike, Thiago, Rafaela e Natércia, pelo convívio agradável desses dois anos, pelas gentilezas, pela alegria e boas risadas.

Aos meus outros colegas e até afilhados, Geizi, Edina, Cláudio, Ademar, Rogério e Vladimir pela boa convivência e por levar o espírito de união e companheirismo da primeira turma adiante.

A minha amiga e colega de Mestrado Flora, meu agradecimento especial pela acolhida em casa, pelo café coletivo, pelo carinho de irmã, pelo exemplo de humildade e dedicação. Agradeço também ao Marcos e Tereza, pela doçura dos poucos momentos juntos.

A Cristine Amâncio, Arnaldo Vieira e Camila Codonho, pelo carinho e boa vontade com que aceitaram participar da banca e pelas importantes contribuições neste trabalho.

A todos os agricultores da Orgânicos Sul de Minas pelos ensinamentos, pelo carinho com que me acolhem, pelo respeito com que me tratam, pela amizade que construímos. Agradecimentos mais que especiais à Rosângela, presidente da Orgânicos Sul de Minas, pela garra e coragem com que assume os compromissos, ao Álvaro, coordenador do OPAC, pela coragem diante dos desafios impostos, Paulo, Hélio, Amarildo, Wilson, Roberto, Pompilho, Adilson, Ederson, Ana Rita, Camila, Luzia, Sérgio,

Yuri, Celinha, João Sorriso, Vilma, por acreditar que o SPG Sul de Minas era possível. Marcílio, João, Letícia, João Paulo, Lígia, Guto, Chiquinho, Ederson, Dito, pelas providências e generosidade para a realização das entrevistas. A todos, sem nenhuma exceção, pelo zelo com a terra e a responsabilidade do alimento produzido.

Aos amigos da EMATER-MG, Augusto, Leonel, Aloísio, Luiz Claudio, Alexandre, Hildebrando e Raul, pelos bons momentos de trabalho com o SPG Sul de Minas e pela parceria.

A Lygia Bortolini e Marcelo Laurino, do Ministério da Agricultura, pela simplicidade, amizade e ensinamentos compartilhados.

Ao Renato Oliveira, Sérgio Pedini e Renato Coelho, pelas importantes contribuições e apoio na constituição do SPG.

Ao Grupo Raiz do Campo, por cada ação, cada projeto, cada viagem, cada conhecimento construído. A cada um de vocês que estão desde o início (Igor, Isabella, Rafaela, Fernanda, Júlia, Cléber, Rafael Mota, Douglas Santos, Marcos, Valfrido, Giovani, Lucas, Alvaro) ou vieram depois (Mark, Felipe, Ana Paula, Welisson, Douglas Preto, Rômulo, Rafael Serone, Hugo, Júlio). O convívio com vocês é sempre muito gratificante.

Aos amigos Lucas e Lívia pela disponibilidade em ouvir e vontade em ajudar. Isso faz toda a diferença.

Aos desbravadores e militantes da certificação participativa, pela perseverança, pela luta, pela dedicação e pela crença que tudo é possível.

Por fim, a todos que, de alguma forma torceram e contribuíram para que eu chegasse até aqui.

“Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça.
Digo o que penso, com esperança, penso no que faço com fé.
Faço o que devo fazer com amor.
Eu me esforço para ser cada dia melhor,
Pois bondade também se aprende”.

Cora Coralina

RESUMO

HIRATA, Aloísia Rodrigues. **A constituição do sistema participativo de garantia Sul de Minas e sua contribuição para a Agroecologia na região.** 2016. 196p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brasil.

No Brasil, a legislação determina que um produto orgânico deve ser produzido sem uso de agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas nocivas ao meio ambiente, preservando solo, água, ar e demais recursos naturais, respeitando as relações ambientais, sociais e culturais. Para a comercialização de produtos orgânicos, a legislação exige que estes sejam certificados por um Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC) oficial, podendo a certificação ser realizada por empresas de auditoria ou por Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). No Sul de Minas, por meio de um projeto de extensão do Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS), em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) e apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foi possível a constituição da Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (OSM) em 2012, congregando agricultores de onze entidades que, junto aos parceiros, criaram o Sistema Participativo de Garantia (SPG Sul de Minas) e credenciar o primeiro OPAC de Minas Gerais. Diante desse cenário, o trabalho teve como objetivos resgatar o processo de constituição do SPG Sul de Minas, identificar como se dá o processo de geração de credibilidade para avaliação da conformidade e verificar as contribuições do SPG Sul de Minas para o fortalecimento da Agroecologia na região. O trabalho foi realizado junto a cinco associações e duas cooperativas ligadas a OSM. Para a realização da pesquisa de abordagem qualitativa, foi realizada, primeiramente, a análise documental que consistiu na identificação e apreciação dos principais documentos do OPAC Sul de Minas. Todos os momentos de convívio com os grupos foram utilizados como observação participante (visitas de pares, de verificação, reuniões e encontros). A entrevista de grupo focal, outro procedimento técnico metodológico utilizado, foi realizada com cinco grupos pertencentes a três associações, permitindo a obtenção de informações e reflexões acerca do processo de geração da credibilidade. Dentre os resultados observados ressalta-se que a implantação do SPG Sul de Minas foi favorecida pelo capital social existente nas diversas organizações que compõem a rede e pelo envolvimento de instituições públicas parceiras, porém é notória a necessidade de desenvolver a cultura da participação onde ainda não existe, para fortalecer as relações sociais e a confiança entre eles e no sistema. Outro fator relevante, identificado para os bons resultados obtidos no SPG Sul tem relação

com os procedimentos e a metodologia utilizada para a avaliação da conformidade, que vem garantindo o envolvimento de todos no processo, conferindo maior transparência, além de permitir a construção do conhecimento agroecológico por meio da troca de experiência e valorização dos saberes. Por fim, este trabalho ressalta as ações que o SPG Sul de Minas tem desenvolvido que vêm contribuindo para a Agroecologia na região, como o circuito sul mineiro de Agroecologia, as feiras de produtos orgânicos, o trabalho com as sementes crioulas e a influência que esta rede tem provocado no discurso e ações das instituições parceiras, especialmente com a criação do grupo de estudos em Agroecologia Raiz do Campo IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes.

Palavras-chave: Certificação Participativa. Avaliação da Conformidade. SPG. Agricultura Orgânica

ABSTRACT

HIRATA, Aloísia Rodrigues. **The constitution of the assurance participative system in Southern Minas Gerais and its contribution to the Agroecology in the region.** 2016. 196p. Thesis (Masters in Sustainable Development and Extension) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brazil.

In Brazil, the law establishes that organic products must be produced without using pesticides, chemical fertilizers or synthetic substances harmful to the environment, and the process should consider the responsible use of soil, water, air and other natural resources, respecting environmental, social and cultural relations. To market produce as organic, the law requires such products to be officially certified by the Conformity Assessment Body (OAC). The assessment can also be done by audit firms or a Participative Conformity Assessment Body (OPAC). In the south of Minas Gerais, Brazil, by means of an extension project coordinated by the Federal Institute of Southern Minas Gerais (IFSULDEMINAS) in partnership with the Technical Assistance and Rural Extension Company (EMATER-MG) and supported by the Ministry of Agriculture, Livestock and Supply (MAPA), it was possible to constitute the Organic Producers Association Center of Southern Minas Gerais (OSM) in 2012, bringing together farmers from eleven entities, which, along with partners, have managed to create the Participatory Guarantee System (SPG Southern Minas Gerais) and accredit the first OPAC in Minas Gerais. Faced with this scenario, the study aimed to rescue the constitution process of the SPG South of Minas, identify how the process of credibility generation occurs regarding the conformity assessment, and verify the contributions of SPG South of Minas to strengthen agroecology in the region. The work was conducted with five associations and two cooperatives associated with OSM. As a research with qualitative approach, we performed document analysis, consisting of the identification and assessment of main documents obtained from OPAC South of Minas. All social conviviality with the groups was used as participant observation (pair and verification visits, reunions and meetings). The focus group interview, another methodological technical procedure, was conducted with five groups from three different associations, allowing information and reflections regarding the process of credibility generation. Among the results obtained, we emphasized that the implementation of the SPG South of Minas was favored by the existing social capital in several organizations that make up the network, as well as by the involvement of partner public institutions. However, the need to develop a participation culture to strengthen social relations and trust between the groups and the system is needed. Another relevant factor identified concerns the procedures and methodology for conformity assessment, which has guaranteed

the involvement of everyone in the process, providing greater transparency and enabling the construction of agroecologic knowledge by means of experience exchanges and knowledge valuations. Finally, this work showed the actions that the SPG South of Minas has developed, which have contributed to the agroecology in the region, as Southern Circuit of Agroecology in Minas Gerais, the trade of organic products, the work with native seeds and the influence of this network over the actions of partner institutions, especially with the creation of a study group in Agroecology, Raiz do Campo, at the Inconfidentes campus in IFSULDEMINAS.

Keywords: Participatory certification. Conformity assessment. SPG. Organic agriculture.

LISTA DE SIGLAS

AAFASD – Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias
AAOF – Associação Agroecológica de Ouro Fino
ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
ABAL – Associação dos Bananicultores de Luminosa
ABD – Associação de Agricultura Biodinâmica
ABIO – Associação de Agricultores Biológicos - RJ
AMA – Articulação Mineira de Agroecologia
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ANC – Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região
APANFÉ – Associação dos Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé
APOMM – Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira
APP – Área de Preservação Permanente
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAMPONESA – Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros
CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, Turmalina, MG
CEABRA – Central de Associações de Brazópolis MG
CEASA – Central de Abastecimento de Pouso Alegre
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COAGRE – Coordenação de Agroecologia do Ministério da Agricultura
COOPFAM – Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região
CPORG – Comissão de Produção Orgânica do Estado
CSMA – Circuito Sul Mineiro de Agroecologia
ECOMINAS – Associação de Agricultores Ecológicos de Pouso Alegre e Região
ECOVIDA – Rede Ecovida de Agroecologia
EIRSL – Encontro Internacional da Rede de Sementes Livres
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
GAO – Grupo de Agricultura Orgânica
IBD – Instituto Biodinâmico
IFOAM - Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica

IFSULDEMINAS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IN – Instrução Normativa
INCETEC – Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes
MAELA – Movimento Agroecológico Latinoamericano
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MOBI – Mulheres Organizadas Buscando Independência
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OAC – Organismo de Avaliação da Conformidade
OCS – Organização de Controle Social
ONG – Organização Não Governamental
OPAC – Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica
OSM – Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas
PMO – Plano de Manejo Orgânico
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica
SÍTIO ESPERANÇA – Associação de Produtores do Sítio Esperança
SOCLA – Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia
SPG – Sistema Participativo de Garantia
UFLA – Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	18
1.1 A escolha do tema	20
1.2 Justificativas e Objetivos	23
1.3 Organização do Trabalho	25
2. REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 Bases Epistemológicas da Agroecologia	27
2.2 Refletindo sobre a Agricultura Orgânica e a Agroecologia	32
2.3 A certificação orgânica no Brasil e a legalização dos mecanismos de avaliação da conformidade	36
2.3.1 O processo de avaliação da conformidade orgânica e controle social	40
2.3.2 As Organizações de Controle Social – OCS	41
2.3.3 A certificação por auditoria	42
2.3.4 Os Sistemas Participativos de Garantia - SPG	44
2.4 Histórico sobre a legalização dos SPGs no Brasil	48
2.4.1 O primeiro selo de certificação participativa e o surgimento do SPG no Brasil	48
2.4.2 Construção e Consolidação dos conceitos e princípios dos SPG no Brasil	53
2.4.3 Os princípios da Certificação Participativa	56
2.4.4 Os mecanismos de controle social da certificação participativa	57
2.4.5 A relação da teoria do capital Social com o SPG	61
3. METODOLOGIA	66
3.1 O Universo pesquisado	66

3.2 A Os sujeitos da pesquisa.....	70
3.3 Instrumento de coleta de dados.....	70
3.4 Análise e interpretação dos resultados	74
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	76
4.1 Histórico de Criação da Central das Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas - OSM.....	77
4.1.1 Contexto	77
4.1.2 Quando tudo começou.....	78
4.1.3 A tomada de decisão pela constituição da Central das Associações de produtores Orgânicos do Sul de Minas	80
4.1.4 O Credenciamento do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) Sul de Minas.....	83
4.1.5 O Fortalecimento e Ampliação do SPG Sul de Minas	87
4.2 Conhecendo as organizações que compõem o SPG Sul de Minas	88
4.2.1 As organizações de agricultores - Fornecedoras do SPG Sul de Minas	89
4.2.2 As organizações de agricultores - Colaboradoras do SPG Sul de Minas	96
4.2.3 O papel das instituições parceiras.....	98
4.2.4 O funcionamento do processo de certificação no SPG Sul de Minas.....	101
4.3 Os processos de geração de credibilidade e avaliação da conformidade Orgânica no SPG Sul de Minas	107
4.3.1 Os princípios que sustentam o SPG Sul de Minas.....	109
4.3.1.1 Confiança	109
4.3.1.2 Participação	116

4.3.1.3	Transparência e auto determinação	119
4.3.1.4	Diálogo de Saberes.....	123
4.3.2	Mecanismos de Controle Social utilizados pelo SPG Sul de Minas	127
4.3.2.1	Sobre os Registros	128
4.3.2.2	As visitas.....	132
4.3.2.3	As reuniões	140
4.3.2.4	As Feiras.....	144
4.4	As contribuições do SPG Sul de Minas para o fortalecimento da Agroecologia na região.....	146
4.4.1	As contribuições para o aperfeiçoamento do sistema produtivo	147
4.4.2	A contribuição para a construção do conhecimento Agroecológico.....	151
4.4.3	Contribuições do SPG Sul de Minas para a Comercialização	158
4.4.4	Percepções dos agricultores sobre a atuação do SPG Sul de Minas	165
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175
7.	APÊNDICES E ANEXOS.....	186
7.1	Apêndice I. Roteiro para entrevista de grupo focal	186
7.2	Anexo I. Ofício e Declaração de Credenciamento do OPAC Sul de Minas	188

1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas por grandes mudanças nos sistemas de produção agrícola, impulsionadas pelo desenvolvimento de tecnologias, máquinas agrícolas e indústria química que, embora tenham aumentado a produção de alimentos, também causaram grandes impactos ao meio ambiente e à saúde do homem. De acordo com Gliessman (2009), dentre os principais impactos desse modelo de produção, é possível destacar a degradação do solo, perda de diversidade genética, poluição do ambiente, dependência de insumos externos, desperdício e uso exagerado de água, perda do controle local sobre a produção agrícola e desigualdades sociais.

Cientes dos problemas ocasionados por esse modelo de produção convencional, muitos agricultores vêm resgatando e desenvolvendo tecnologias, que possibilitam uma produção de alimentos saudáveis, preservação do meio ambiente, aliado à interação sinérgica entre homens e natureza. Alguns desses agricultores desenvolvem uma agricultura de base ecológica, como a agricultura orgânica ou agroecológica. Sua principal característica é o não-uso de agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas nocivas ao meio ambiente. No Brasil, a legislação determina também que, para um produto ser considerado orgânico, o processo produtivo deve contemplar o uso responsável do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações ambientais, sociais e culturais (BRASIL, 2003).

Atualmente, mais de 120 países desenvolvem agricultura orgânica, com crescimento médio da área plantada entre 15% a 20% ao ano. No Brasil, o crescimento anual médio é de 30% e existe uma forte demanda do mercado

exportador, especialmente por países como o Japão, Estados Unidos e da União Europeia (ECODEBATE, 2011).

Existem hoje (2016) no cadastro nacional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cerca de 12 mil unidades de produção controladas ligadas ao sistema de agricultura orgânica brasileira, incluindo propriedades rurais e estabelecimentos de processamento orgânico. A área total do país com certificação orgânica era representada por cerca de 1,5 milhão de hectares (BRASIL, 2016).

Na região Sul de Minas, foi constituída em 2012, a Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, conhecida como Orgânicos Sul de Minas. De acordo com seu estatuto social, trata-se de uma entidade sem fins lucrativos constituída sob forma de associação, com a finalidade de coordenar, proteger e defender os interesses das associações de produtores orgânicos a ela vinculada¹.

Por meio da central e da parceria com o IFSULDEMINAS, EMATER-MG e MAPA, foi possível a criação de um Sistema Participativo de Garantia (SPG Sul de Minas), ou seja, um organismo social formado por pessoas interessadas na certificação orgânica e no desenvolvimento de ações de interesse do grupo. O SPG é caracterizado pelo controle social, pela participação e pela responsabilidade de todos os membros pelos cumprimentos dos regulamentos da produção orgânica (BRASIL, 2009).

¹ Art. 2º do Estatuto social da Central das Associações de Agricultores Orgânicos do sul de Minas

1.1 A escolha do tema

Antes de continuar a redação deste trabalho, percebo a necessidade de relatar aqui meu envolvimento com a temática e os motivos que me levaram a escolher o tema e os procedimentos metodológicos, esclarecendo ao leitor que o ponto de vista, aqui descrito, é de alguém que faz parte do trabalho e do universo pesquisado.

Tive o grande privilégio de trabalhar na EMATER-MG durante quase 13 anos da minha vida, sendo 07 destes, como Coordenadora Técnica Regional de Bem Estar Social, onde pude conhecer melhor a região do Sul de Minas. Posso dizer com tranquilidade que a EMATER-MG foi mais do que uma empresa onde trabalhei, foi uma escola que me ensinou o sentido da extensão rural e um dos grandes aprendizados que essa formação me proporcionou foi perceber que o meio rural é muito mais que um local de produção de alimentos, é um espaço de muitas relações e conexões, um local de vida.

Meu primeiro contato com o tema Agroecologia, foi em 2004 como tema de capacitação e sem nenhum conhecimento ou experiência prévia, fui aproveitando as oportunidades, chegando a fazer uma especialização na área e assim, “tomei gosto” pelo tema. Da mesma forma, a certificação participativa, surgiu em 2010, por meio de oficinas ofertadas pelo MAPA.

Nessa ocasião, também conheci alguns agricultores no Sul de Minas que eram ligados a Associação Biodinâmica em Botucatu (ABD) e outros da Associação Natural de Campinas (ANC), o vínculo com essas associações do estado de São Paulo, era em busca da certificação participativa. Nessa ocasião, já havia quatro associações no Sul de Minas, certificadas pelo sistema participativo vinculado à ABD e ANC. Outra novidade para mim foi saber que uma outra associação de produtores orgânicos, a Ecominas - Associação de Agricultores

Ecológicos de Pouso Alegre e Região, já estava discutindo sobre a criação de um SPG no Sul de Minas. Voltei muito entusiasmada e, no intuito de compartilhar as informações com mais extensionistas e agricultores, foi inserido no Frutificaminas² uma oficina com o tema “certificação participativa”, conduzido por um técnico da ANC³. Não surtiu muito efeito, mas lançamos ali a primeira semente, que mais tarde começaria a germinar. Ao final de 2011, novamente fui convidada pelo MAPA para fazer uma capacitação sobre Certificação Participativa em Botucatu-SP. Nesse encontro, conheci Amarildo, um agricultor da APANFE (Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé), que já estava certificado há um ano pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade OPAC/ABD e me impressionou a facilidade e entusiasmo com que falava do processo. Foi ao final desse encontro, que o grupo que representava o Sul de Minas se comprometeu a promover um encontro entre os agricultores orgânicos da região, para discussão sobre a criação do SPG Sul de Minas.

Assim, no início de 2012, ao ingressar no IFSULDEMINAS, levei o tema como proposta de um projeto de extensão, sendo imediatamente aceito e incentivado pelo então pró-reitor de extensão e pelo reitor⁴. A partir desse momento, juntamente com o então diretor administrativo e professor do Campus Inconfidentes⁵, assumi a coordenação desse projeto, que iniciou com a identificação dos grupos de agricultores orgânicos na região, culminando na constituição do SPG Sul de Minas.

De 2013 a meados de 2014, atuando como diretora de extensão no IFSULDEMINAS, tive oportunidade de participar mais efetivamente dos espaços de decisão na instituição, conseguindo, pela primeira vez, o apoio institucional

² Evento Técnico de Fruticultura, promovido pela EMATER-MG, em Pouso Alegre, MG, 2011

³ Diego Grespan de Oliveira

⁴ Renato Ferreira de Oliveira e Sérgio Pedini

⁵ Professor Luiz Carlos Dias da Rocha, atual coordenador do Grupo Raiz do Campo

para o lançamento de editais⁶ com recursos internos (ROCHA et al., 2013), viabilizando, assim, projetos de extensão com interface com a pesquisa, específicos para a Agroecologia e com a exigência de que fossem desenvolvidos juntamente com a base produtiva. Por meio desses editais, foi possível desenvolver projetos com ações mais efetivas de apoio, inclusive com participação de estudantes bolsistas que culminou na formação do “Grupo de Estudos em Agroecologia e Entomologia, Raiz do Campo”, no Campus Inconfidentes.

Da organização à certificação, foram muitas ações desenvolvidas em um tempo relativamente curto, o que tem chamado a atenção de outros grupos, instituições e agricultores, que têm visto no SPG Sul de Minas, uma referência para certificação participativa.

Apesar disso, fica a dúvida quanto à apropriação pelos agricultores sobre o processo de geração da credibilidade ou seja, os princípios e mecanismos de controle social. Isso porque, com o desenvolvimento de projetos coordenados por servidores do IFSULDEMINAS, durante os últimos três anos, com ações que apoiaram da implantação à consolidação do SPG Sul de Minas, foi dado ao grupo, todas as condições de avançar muito rápido, principalmente com a parte burocrática, que talvez possa ter interferido na autonomia e maior apropriação do processo de avaliação da conformidade pelos agricultores. Diante desses fatos, surgem algumas questões como: eles compreendem o sentido dos mecanismos de controle social? Eles praticam os princípios da certificação participativa? De que forma esse processo tem influenciado no manejo da sua unidade de produção? Eles percebem algum benefício além da certificação e do que ela representa enquanto nicho de mercado?

⁶ Edital disponível em: <http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/noticias/1820-apoio-a-projetos>
<http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/noticias/2957-extensao-e-pesquisa>

Neste sentido, as escolhas do tema, dos objetivos e da metodologia desta pesquisa, se relacionam com essas questões e também com meu envolvimento com este trabalho desde sua concepção.

1.2 Justificativas e Objetivos

A certificação participativa foi regulamentada em 2009, mas ainda hoje, poucos SPGs conseguiram credenciar o seu OPAC junto ao MAPA. O SPG Sul de Minas foi o primeiro do estado a credenciar seu OPAC, seguido pelo SPG Brota Cerrado situado na região do Triângulo Mineiro, credenciado em novembro de 2015. Conforme já relatado, o SPG Sul de Minas teve uma trajetória rápida da constituição ao credenciamento do seu OPAC e, durante os dois anos de existência, muitas ações foram desenvolvidas, culminando na certificação de 154 unidades de produção orgânica em 2015. Apesar desse rápido resultado, ainda é desconhecido para muitos como se deu o processo de constituição do SPG Sul de Minas, assim como tem ocorrido o processo de geração de credibilidade, pois nenhum trabalho ainda foi desenvolvido nesse sentido. Não se sabe, por exemplo, que nível de conhecimento e apropriação desta metodologia, aqui chamada de processos de geração de credibilidade, os agricultores adquiriram ao longo desses anos. Ou, ainda, se a atuação do SPG tem influenciado as práticas de manejo no sistema de produção dos agricultores ou proporcionado outros benefícios, além do selo. Outro fator importante é que diante dos avanços e conquistas com a certificação, outros grupos de agricultores, instituições e interessados na certificação participativa têm visto o SPG Sul de Minas como uma referência de um processo que vem dando resultados.

Diante desses fatos, a pesquisa tornou-se relevante por dois aspectos: o primeiro, por trazer benefícios ao próprio SPG Sul de Minas, pois a pesquisa traduziu-se numa oportunidade para aprofundar a discussão sobre a percepção que

os agricultores têm de si mesmos, da sua atuação diante do processo e diante do seu trabalho. Criou um espaço propício à reflexão sobre os princípios da agricultura orgânica e da certificação participativa, favorecendo o empoderamento do grupo, diante da possibilidade dessa organização assumir o controle dos seus próprios assuntos e tomando consciência da sua habilidade e competência para produzir, criar e gerir (ROMANO e ANTUNES, 2002).

O segundo aspecto de relevância deste trabalho se referiu à contribuição dada a outros grupos de agricultores ou interessados em conhecer o SPG Sul de Minas, sua trajetória, seu processo de certificação e seus impactos, servindo-lhes de referência prática e teórica. Esse aspecto é importante, pois existem poucos estudos sobre SPG, e os que existem, atualmente se concentram na experiência da região sul do país, mais precisamente sobre a experiência da rede Ecovida⁷. Como um SPG tem liberdade de constituir seu próprio processo de geração de credibilidade, o acesso a estudos sobre outras experiências, irá contribuir com quem deseja conhecer e estudar sobre os processos de implantação e funcionamento de um SPG.

A partir do exposto anteriormente, o presente trabalho tem como objetivo geral descrever o processo de constituição do SPG Sul de Minas e sua contribuição para o fortalecimento da Agroecologia na região.

Para chegar a esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a. Resgatar o processo de constituição do SPG Sul de Minas.

⁷ Conforme conceituada por Santos e Mayer (2007) “A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, gerar e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros”.

- b. Identificar como se dá o processo de geração de credibilidade no SPG Sul de Minas.
- c. Identificar as contribuições do SPG Sul de Minas, para o fortalecimento da Agroecologia na região.

Com esses objetivos, espera-se responder às questões que provocaram a pesquisa sobre este tema que entendemos ser de grande relevância para a consolidação dos trabalhos de certificação participativa que vêm sendo desenvolvidos no Sul de Minas.

1.3 Organização do Trabalho

Este trabalho foi organizado em cinco partes, sendo esta introdução a primeira, onde foram descritos os motivos que levaram à escolha do tema, os objetivos e a justificativa. Na segunda parte, está o referencial teórico que discorre sobre três temas afins a este trabalho. O primeiro tema traz uma abordagem sobre as bases epistemológicas da Agroecologia e uma reflexão sobre Agroecologia e Agricultura Orgânica, o segundo tema refere-se a certificação participativa no Brasil, seu histórico, base legal e seus conceitos e no terceiro tema são discutidos os princípios que embasam os SPGs, assim como a relação destes com a teoria do Capital Social. Na terceira parte do trabalho, é feita uma descrição sobre a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa e a quarta parte que pode ser dividida em três tópicos, trata dos resultados e discussão. No primeiro tópico, está o resgate histórico da constituição do SPG Sul de Minas, onde foram descritas as ações, os atores, o funcionamento e a dinâmica do SPG Sul de Minas, o segundo tópico refere-se à aplicação dos princípios e utilização dos mecanismos de controle social para avaliação da conformidade no SPG Sul de Minas e, por fim, no terceiro tópico, a pesquisa aborda as ações que a rede vem desenvolvendo que contribuem para o fortalecimento da Agroecologia na região. A quinta parte deste

trabalho é destinada às considerações finais, onde também são apontadas algumas ações necessárias para a consolidação e o fortalecimento do SPG Sul de Minas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Bases Epistemológicas da Agroecologia

A iniciação a este tema, como forma de embasar as discussões sobre certificação participativa, deve ser precedida do entendimento do conceito, ainda que superficial, de epistemologia que, neste contexto, integra o conjunto de conhecimentos tanto científicos quanto de saberes do cotidiano dos agricultores que sustentam a Agroecologia enquanto ciência (GOMES, 2011).

Na busca da compreensão sobre o assunto, diversos autores têm sustentado ainda que a Agroecologia identifica um novo paradigma vigente na busca por alternativas socioambientais para abordagem ao meio rural (GOMES, 2011; BORSATTO; CARMO, 2012; FERRARO, 2015). Assim, a Agroecologia emerge no campo científico em resposta à crise socioambiental ocasionada no meio rural decorrente do modelo de agricultura convencional baseado na maximização da produção e do lucro, para a qual as disciplinas tradicionais não conseguem encontrar respostas; mais do que isso, percebe-se que foram essas mesmas disciplinas que contribuíram para o fomento da crise (BORSATTO; CARMO, 2012).

Nesse sentido, a Agroecologia propõe um conjunto de princípios e de metodologias que visam a dar bases e apoiar o processo de transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica e social. Trata-se de um campo de conhecimento transdisciplinar, que recebe influência de diversas ciências, em especial das ciências sociais, agrárias e naturais, mais precisamente da Ecologia Aplicada (FONSECA, 2005).

Conforme afirmado por Borsatto e Carmo (2012), diversos autores têm se debruçado sobre o desafio de consolidar uma base epistemológica para a Agroecologia. Nesse sentido, os autores citam a importante contribuição de Leff (2007) em sua proposta de epistemologia ambiental, com vistas à construção de um saber ambiental, capaz de colocar em comunicação o método científico e a racionalidade econômica com os saberes populares; a ética com o conhecimento; que busca estabelecer uma base epistemológica para a articulação teórica das ciências, abrindo o conhecimento até um diálogo de saberes (LEFF, 2007 apud BORSATTO; CARMO, 2012).

Na perspectiva do conhecimento ecológico, Hecht (2002) retrata que os cultivos agrícolas Agroecológicos são ecossistemas, com relações ecológicas próximas daquelas encontradas em outras formações vegetais como a ciclagem de nutrientes e as interações entre os animais. Na prática, entende-se que os ecossistemas podem ser examinados em diferentes níveis, desde o mais simples, representado por um único indivíduo, passando pelas populações e comunidades, até atingir as estruturas e funções complexas próprias de um ecossistema (GLIESSMAN, 2001). Incrementando-se o componente agrícola aos princípios ecológicos de um ecossistema temos um agroecossistema. O aspecto ambiental ligado a Agroecologia se configura em uma das mais importantes vertentes dessa ciência. Sabidamente, assistimos, na atualidade, a prática de uma agricultura empresarial baseada na maximização da produção e dos lucros, desconsiderando os cuidados mínimos com a sustentabilidade e com a preservação da natureza (GLIESSMAN, 2001).

Conforme destacado na literatura, a Agroecologia busca unir os conceitos, funções e estruturas da Ecologia nos modelos de produção agrícola pensados na Agronomia, de forma a torná-los produtivos e preservacionistas, minimizando os impactos ambientais, por meio de ações capazes de garantir a continuidade e até proporcionar melhorias das condições do solo e água, não só

pelo não uso de agrotóxicos, mas pela manutenção da biodiversidade, da matéria orgânica no solo, da sua fertilidade e dos componentes bióticos (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Além dos aspectos ecológicos e agronômicos e, ainda, ligados aos aspectos epistemológicos da Agroecologia, Gomes (2011) ressalta a existência de um pluralismo epistemológico, relacionando-se a diversidade de métodos para a produção do conhecimento agrário como parte da base epistemológica da Agroecologia, entendendo-se como plural a perspectiva mais humanista e democrática do processo. Caporal et al. (2011) destacaram a Agroecologia como ciência integradora e capaz de reconhecer e se nutrir dos conhecimentos dos agricultores(as) dos povos indígenas, da floresta, dos pescadores(as), ribeirinhos, das comunidades quilombolas e dos demais atores sociais participantes dos processos de desenvolvimento rural.

Essa interação da ciência com o saber tradicional para o conhecimento agroecológico é destacada por Gomes (2011) na afirmação:

É necessário adotar não só ações de tipo interdisciplinar ou transdisciplinares como também promover o diálogo de saberes, articulando os conhecimentos científico e “tradicional”. Ou seja, é preciso superar a concepção de ciência como fonte única do conhecimento válido, pois os conhecimentos produzidos pela “epistemologia natural” também representam importante alternativa na recuperação e manutenção dos recursos naturais ou na construção da sustentabilidade, em suas várias dimensões (GOMES, 2011 p. 39).

Já, na dimensão social, outra vertente embasadora da Agroecologia, Machado e Machado Filho (2014) salientam que deve ser considerada na prática da Agroecologia, pois trata-se de uma necessidade de um sistema agrícola produtivo que deve ser capaz de promover a estabilidade e o respeito à condição humana.

Em seu trabalho, Toledo (2012) apresenta o caráter tridimensional da Agroecologia que envolve a ciência, a prática e os movimentos sociais, afirmando que esses componentes participam fortemente e de maneira recíproca da construção dos conhecimentos agroecológicos. Segundo Assis et al. (2013), o caráter tridimensional da Agroecologia apresentado por Toledo (2012), tem a seguinte explicação: O primeiro aspecto está relacionado ao saber compartilhado, onde os processos de integração entre áreas de conhecimento e a valorização do saber tradicional constituem a base do conhecimento científico agroecológico. O segundo aspecto diz respeito às práticas e tecnologias que vêm sendo desenvolvidas pelos agricultores pela experimentação em busca de problemas reais e validados pela ciência. Por fim, sobre a dimensão dos movimentos sociais, está o caráter político da agroecologia, na busca por novas relações no campo e na construção de diferentes modelos de sociedade e agricultura mais sustentáveis.

Dessa forma, percebe-se que a Agroecologia encontra-se embasada em diversas ciências e conforme relatado por Caporal et al. (2011):

... este novo campo de estudo busca a integração e a articulação de conhecimentos e saberes relativos a diferentes disciplinas e a distintas ciências, que aqui exemplificamos com contribuições vindas da “Física”, da “Economia Ecológica e Ecologia Política”, da “Ecologia e Agronomia”, da “Biologia”, da “Educação e da Comunicação” e da “História, da Antropologia e da Sociologia (CAPORAL et al., 2011, p. 47).

Atualmente, a Agroecologia enquanto ciência é defendida por diversos autores. Conceitualmente, os autores Caporal e Costabeber, sintetizando os conceitos de três renomados Agroécólogos (Altieri, Gliessman e Guzmán) definiram a Agroecologia como "Ciência ou um conjunto de conhecimentos de natureza multidisciplinar, cujos ensinamentos pretendem contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de

desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional" (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

Com esse arcabouço teórico, a Agroecologia vem ganhando força, a cada dia, que nos espaços de discussão das instituições de extensão, ensino e pesquisa, sem falar na elevação das publicações acerca da temática. O debate agroecológico, que conquista cada vez mais adeptos, iniciou restrito a um pequeno grupo de profissionais, principalmente das ciências agrárias, centrado em discussões para a busca de tecnologias alternativas ao modelo de produção convencional, depois foi evoluindo e incorporando outras questões como os aspectos sociais, políticos e culturais do sistema produtivo (LUZZI, 2007). Nesse sentido, é importante citar, no âmbito latinoamericano, o surgimento da Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia (SOCLA), o Movimento Agroecológico Latinoamericano (MAELA), a realização de eventos de ampla abrangência (Congressos e Encontros) e o surgimento de revistas especializadas, revelando um avanço coletivo e uma permanente comunicação na América Latina (TOLEDO, 2012). No Brasil inúmeros eventos e articulações também fortaleceram o debate político nos últimos tempos, onde ressaltamos o Congresso Brasileiro de Agroecologia que em 2015 realizou sua nona edição, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) que atua junto à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Ressalta-se ainda que a ANA congrega várias redes estaduais e regionais, reunindo vários grupos de agricultores, instituições e movimentos sociais. É um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural⁸.

⁸ Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>

2.2 Refletindo sobre a Agricultura Orgânica e a Agroecologia

Assim como o tema Agroecologia tem agregado cada vez mais pessoas, instituições e movimentos sociais, também pode-se dizer que os produtos orgânicos, vêm conquistando cada vez mais consumidores, impulsionando o mercado, mostrando que a população dá sinal de maior conscientização em relação aos impactos do sistema convencional de produção agrícola e buscando no alimento orgânico a garantia de um produto limpo e saudável, que não provoque danos ao meio ambiente.

Mas, afinal, qual a diferença ou relação entre a Agroecologia e a Agricultura Orgânica? Ao falar em produto orgânico, estamos falando também de produto agroecológico? Não são raras as dúvidas e confusões acerca desses conceitos, inclusive no meio acadêmico. Embora não seja o objetivo deste trabalho aprofundar a discussão sobre esses termos, a proposta de refletir sobre eles, busca proporcionar maior embasamento e entendimento para discutir, analisar e compreender o sistema ou estilo de produção praticada pelos agricultores certificados pelo OPAC Sul de Minas, sujeitos dessa pesquisa.

Segundo Melão (2010), a Agroecologia e a Agricultura Orgânica são termos distintos, que não devem ser confundidos, sendo a primeira uma ciência e a segunda uma prática.

Apesar das origens imbricadas, a Agroecologia e a Agricultura Orgânica não devem ser vistas como sinônimos pois a primeira é uma ciência, com limites teóricos bem definidos, enquanto a segunda trata de uma prática agrícola que se expressa a partir de um encaminhamento tecnológico e mercadológico, que pode ou não respeitar os princípios agroecológicos (MELÃO, 2010 p.06).

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em seu documento intitulado 'Marco Referencial em Agroecologia', faz uma síntese do

conceito de diversos autores, definindo a Agroecologia como “campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios básicos para o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis” (EMBRAPA, 2006).

A Agroecologia se referindo a uma ciência, uma prática tecnológica de produção e movimento social e político é afirmada por Toledo que ressalta sua importância para superar os problemas sociais e ecológicos ocasionados pelo agronegócio (TOLEDO, 2012).

Outra abordagem importante dentro da Agroecologia é a denominada Etnoecologia, o estudo da sabedoria tradicional sobre a natureza (ABREU et al., 2012). Na Agroecologia, o saber empírico é considerado e valorizado como base para o saber científico.

Recentemente, na obra “A Dialética da Agroecologia”, os autores Machado e Machado Filho (2014), afirmaram que o termo Agroecologia precisa ser compreendido como um método que resgata os saberes que a revolução verde destruiu ou escondeu. Afirmam ainda que a Agroecologia é uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala.

Já, o termo agricultura orgânica, tem sido frequentemente usado para designar um sistema de produção que não utiliza produtos químicos e que adota manejo sustentável. De acordo com a lei nº 10.831/2003, o objetivo principal da produção orgânica é a promoção da qualidade de vida com proteção ao meio ambiente. Tem como característica principal, a isenção de produtos químicos e sintéticos e, para ser considerado orgânico, o processo produtivo contempla o uso responsável dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais das comunidades rurais. Nessa lei, também são denominados de agricultura orgânica, os sistemas de produção denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultural e outros que atendam aos princípios estabelecidos na Lei (BRASIL, 2003).

A agricultura orgânica, como corrente mais difundida entre as que propõem sistemas alternativos à agricultura convencional, tem por princípio estabelecer sistemas de produção com base em "tecnologias de processos" e em contraposição às "tecnologias de produtos", ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvem o solo, o clima, a planta, o homem e os macro e microorganismos, produzindo um alimento sadio e com características e sabor originais, que atenda às expectativas do consumidor (PENTEADO, 2012).

Alguns autores como Primavesi (1997) e Feiden et al. (2002), conforme relatado por Abreu et al. (2012), definiram a agricultura orgânica, como agricultura de produtos, enquanto Meirelles (2000) afirma que a pressão do mercado tem feito com que muitos agricultores desenvolvam uma “agricultura orgânica de mercado”, aquela cuja preocupação é atender às exigências do mercado, distanciando-se dos princípios ecológicos.

A agricultura orgânica, com base na tecnologia de produtos, tem como objetivo principal a busca constante por produtividade, o que leva à dependência de insumos externos. Esse modelo de agricultura desconsidera o princípio agroecológico, privilegiando fatores econômicos em detrimento de questões agrônômicas, ecológicas e sociais (ASSIS, 2002 apud MELÃO, 2009). Esse tipo de agricultura orgânica apontada por alguns autores como agricultura de produto ou agricultura de mercado, é aquela agricultura orgânica, cuja motivação principal para a conversão do sistema convencional para o orgânico reside em questões econômicas. Trata-se, muitas vezes, de uma monocultura, dependente de insumos externos, denominado também de “pacote verde”. Essa agricultura, nada tem a ver com os princípios das diferentes correntes do movimento orgânico, criada por Albert Howart, Fukuoka, Steiner e outros precursores da Agricultura Orgânica que, apesar de origens diferentes, identificam-se na busca por um sistema de produção sustentável, com respeito ao meio ambiente, à saúde e aos

conhecimentos dos agricultores. Conforme ressaltado por Darolt (citado por Feres, 2012).

Podemos destacar que o ponto comum entre as diferentes correntes que formam a base da agricultura orgânica é a busca de um sistema de produção sustentável no tempo e no espaço, mediante o manejo e a proteção dos recursos naturais, sem a utilização de produtos químicos agressivos à saúde humana e ao meio ambiente, mantendo o incremento da fertilidade e a vida dos solos, a diversidade biológica e respeitando a integridade cultural dos agricultores. (DAROLT, s/d, apud FERES, 2012, p.07).

Ao regulamentar o sistema orgânico de produção, a lei buscou transformar os princípios e percepções de diferentes grupos do que seja um sistema orgânico de produção, em forma de conceito, estabelecendo limites para a produção, criando regulamentos que condensam em artigos as formas de se produzir alimentos saudáveis, sem degradação ambiental, protegendo, assim, as técnicas e o meio ambiente, além de dar aos consumidores, a garantia do alimento saudável. Nesse sentido, vale analisar o que diz a lei 10.831/2003 em relação ao sistema orgânico de produção:

Art. 1º Considera sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Para que seja possível comercializar um produto como “orgânico”, a legislação exige que esses produtos sejam certificados por um Organismo de Avaliação da Conformidade - OAC – reconhecido, oficialmente, podendo a certificação ser realizada por empresas de auditoria ou pelos OPACs.

Diante disso, pode-se questionar como uma monocultura dependente de insumos externos, que não respeita a cultura local e os aspectos sociais, pode ser certificada como orgânica? Como um OAC pode entender que esse modelo de troca de pacotes é orgânico?

A legislação brasileira de produção orgânica não define o produto, mas o sistema da unidade de produção que remete aos princípios agroecológicos. Neste trabalho, adota-se o conceito de agricultura orgânica expressa pela lei.

2.3 A certificação orgânica no Brasil e a legalização dos mecanismos de avaliação da conformidade

Historicamente, a produção agrícola teve como princípio o fornecimento de produtos de qualidade como garantia de uma alimentação saudável para aqueles que os consomem. Essa condição se estabeleceu pela aproximação entre o rural e o urbano e pela relação de confiança entre as partes.

A confiança é necessária na ausência de tempo e espaço, uma vez que se torna natural confiar em alguém ou em algum processo cujas atividades são conhecidas e compreendidas (GIDDENS, 1991). Analisando a relação entre os agricultores e consumidores nos tempos modernos, percebe-se que a questão tempo e espaço foi rompida, tornando-se distantes e impessoais (HOLLANDA e ABREU, 2013). A aproximação foi reduzida a situação insignificante, onde muitas pessoas dos centros urbanos desconhecem totalmente a origem dos alimentos e, em muitos casos, desconhecem os sabores naturais dos produtos do campo, em detrimento daqueles industrializados.

Acrescenta-se ainda que a confiança também foi abalada nos últimos anos, onde a pressão econômica, o uso de “pacotes verdes” (plantas melhoradas, adubação química, uso de agrotóxicos e a mecanização agrícola), as constatações nos alimentos de componentes químicos sintéticos e da redução na qualidade nutricional dos mesmos, tem deixado os consumidores em alerta constante sobre o quê, quando e qual a origem dos alimentos a consumir.

Conforme descrito por Caldas et al. (2012), episódios mundiais recentes (doença da vaca louca, gripe aviária, contaminação dos pepinos espanhóis e as intoxicações com dioxinas) reforçaram as motivações da sociedade em favor de uma alimentação mais saudável.

As situações citadas, anteriormente, não só colocam em evidência os riscos que alimentos inseguros podem oferecer, mas também criam uma oportunidade para a entrada no mercado de produtos oriundos de sistemas de produção sustentáveis. Desde então, o mercado de produtos orgânicos, no Brasil, firmou-se e, de acordo com as informações de Terrazzan e Valarin (2009) está composto, basicamente, de produtores familiares ligados a associações e grupos de movimentos sociais, que representam 90% do total de agricultores e respondem por cerca de 70% da produção orgânica brasileira, sendo os percentuais restantes representados por grandes produtores empresariais (10%) ligados a empresas privadas.

Em outra análise, Wilkinson (2000), discutindo os mercados para a agricultura familiar, ressalta que, na década de 1990, o país acompanhou o surgimento de diversos novos mercados de nicho e inclusive alguns de abrangência potencial (orgânicos) com possibilidades de inserção da agricultura familiar. O autor acrescenta, ainda, a necessidade da existência de políticas para a promoção de conhecimentos apropriados à agricultura familiar, de forma a possibilitar o seu fortalecimento. Conclui também que para a sua manutenção são

necessários novos níveis de qualidade com inovações organizacionais de ações coletivas, bem como a incorporação de novas tecnologias e práticas agrícolas.

Já, nas décadas seguintes e observando o crescimento das demandas, Leite (2013) constatou o começo de uma estruturação de mercado mais exigente, com regramentos capazes de garantir a credibilidade e a confiança dos consumidores e possibilitar uma produção com respeito aos conceitos de justiça social e aos povos e comunidades tradicionais.

Nesse contexto, tornou-se mais clara a necessidade do desenvolvimento de mecanismos que promovam a aproximação entre os agricultores e consumidores e reestabeçam as relações perdidas ou, ainda, que ofereçam a garantia da qualidade do processo de produção.

As condições para que o processo de geração de credibilidade no sistema de produção se desenvolvesse no Brasil, iniciaram com a criação da IFOAM (International Federation of the Organic Agriculture Movements) em 1972. Trata-se de uma organização não-governamental presente em mais de 100 países que publicou no início da década de 1990 os primeiros normativos sobre a regulamentação orgânica (ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012; IFOAM, 2014). Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Eco-92), o assunto foi pauta em diversas discussões que, juntamente com as pressões sociais impulsionaram ações governamentais.

Esse cenário, motivou as representações de agricultores orgânicos e agroecológicos ao desenvolvimento de novos mecanismos de garantia da qualidade dos alimentos comercializados. No país, as primeiras iniciativas de regulamentação da agricultura orgânica ocorreram em 1994, porém sem chegar a um consenso sobre os mecanismos de garantia (LEITE, 2013).

Em 1994 o Ministério da Agricultura (MAPA) atendendo às demandas da sociedade publicou a Portaria 178, que criou Comissão Especial para normatização para certificação de produtos orgânicos. Seguiram outras Portarias

(nº 190/1994 e nº 192/1995) (SANTOS et al., 2012) e a Portaria nº 505/1998 que trouxeram avanços ao processo. Após os trabalhos dos grupos, em 1999, a Instrução Normativa nº 007 estabeleceu as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil (BRASIL, 1999).

Porém, a IN nº 007/1999 que tinha o objetivo de oferecer os mecanismos para o restabelecimento da confiança nos produtos, não contemplava os modelos de geração de garantia de qualidade praticados por agricultores e reconhecidos pelos consumidores⁹. Esse fato, aliado à necessidade de aprimoramento da norma, motivou a continuidade das discussões entre governo e sociedade e, em dezembro de 2003, como resultado de uma participação ampla das representações dos movimentos sociais e de agricultores orgânicos e agroecológicos, o Governo Federal sancionou a Lei nº 10.831/2003, que dispôs sobre a agricultura orgânica, definiu as suas finalidades e conceitos e no Art. 2º, §2º criou condições para uma regulamentação de todas as formas de geração de credibilidade da qualidade orgânica existentes no País:

Art.2º, § 2º: A certificação da produção orgânica de que trata o **caput** deste artigo, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País (BRASIL, 2003 - Grifo nosso).

Desde então, o Brasil já acumulou um rico conjunto de dispositivos legais que estabelece os regramentos para a produção, certificação, industrialização, comércio e rotulagem de produtos orgânicos. Atualmente, um conjunto de Leis, Decretos e Instruções Normativas estabelecem os caminhos para agricultores,

⁹ Certificação Participativa em Rede desenvolvida pela Ecovida, no Sul do país.

processadores, armazenadores, transportadores, comercializadores e consumidores sobre o tema.

Conforme registrado por Leite (2013), a lei estabeleceu ainda as condições para que agricultores familiares realizassem a venda direta de seus produtos orgânicos aos consumidores e também em mercados institucionais, dispensando a avaliação da conformidade.

2.3.1 O processo de avaliação da conformidade orgânica e controle social

A Lei nº 10.831/2003, entre outras providências, tratou da conceituação do produto orgânico: “considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele *in natura* ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuária ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local” (BRASIL, 2003). E, conforme descrito por Alves, Santos e Azevedo (2012), para a comercialização exigiu-se que os produtos fossem certificados por Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) reconhecidos, oficialmente (excetuando-se os casos de venda direta).

A definição das diretrizes, dos mecanismos de avaliação da conformidade, responsabilidades das partes e do sistema brasileiro de avaliação da conformidade orgânica (SisOrg) foi objeto do Decreto nº 6.323/2007 que regulamentou a Lei nº 10.831 de 2003 (BRASIL, 2007; ALVES; SANTOS; AZEVEDO, 2012). Com o Decreto, foram estabelecidas diferentes formas de relações de mercado e certificação para produtos Orgânicos, como as Organizações de Controle Social (OCS), e o SisOrg composto pela Certificação por Auditoria e os Sistemas Participativos de Garantia (SPG). Os mecanismos de controle para acesso ao mercado de produtos orgânicos podem ser observados na Figura 1.

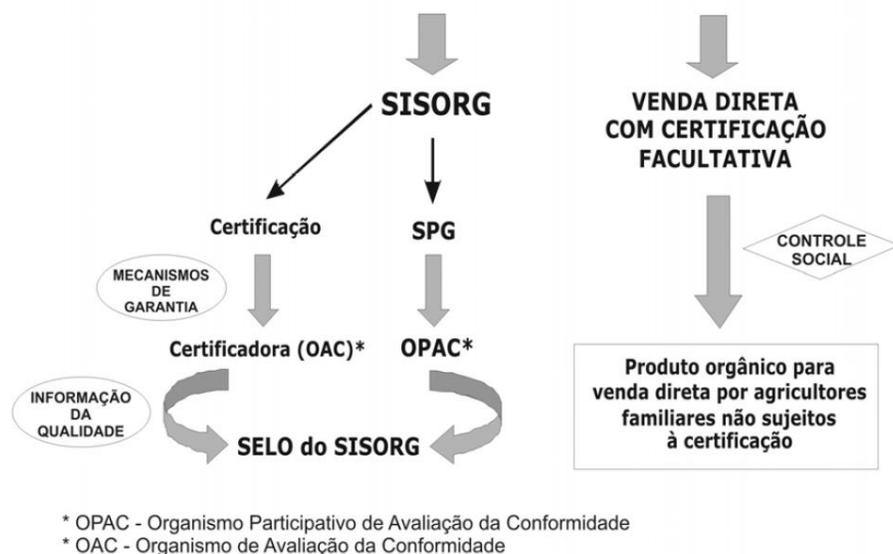


Figura 1 Representação dos mecanismos de controle para acesso ao mercado de produtos orgânicos.

Fonte: FONSECA et al. (2009 p. 47)

2.3.2 As Organizações de Controle Social – OCS

Conforme descrito anteriormente, a convivência entre agricultores e consumidores possibilita a geração de confiança necessária ao processo de garantia da qualidade, tornando desnecessária a certificação ou seja, o emprego do Selo do SisOrg. Partindo dessa premissa e, para que essa condição fosse possível, foi instituído o funcionamento das Organizações de Controle Social, para a realização de venda direta. A legislação define OCS como uma organização formal ou informal composta por agricultores familiares e previamente cadastrada no MAPA que se organizam para venda direta, construindo seus procedimentos de geração de credibilidade, a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, confiança, comprometimento e transparência, reconhecido pela sociedade. Segundo o Decreto nº 6.323/2007:

Art. 28. Para que possam comercializar diretamente ao consumidor, sem certificação, os agricultores familiares deverão estar vinculados a uma organização com controle social cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado.

§ 1º No caso previsto no caput, os agricultores terão de garantir a rastreabilidade de seus produtos e o livre acesso dos órgãos fiscalizadores e dos consumidores aos locais de produção e processamento.

Atualmente, no Brasil, existem cerca de 260 OCS, representando 3.699 agricultores no cadastro nacional do MAPA¹⁰. Nas OCS a comercialização dos produtos orgânicos é permitida somente por meio da venda direta, cuja relação comercial entre produtor e consumidor acontece sem a presença de terceiros ou intermediários. Como exemplo desse procedimento de venda direta, citamos as feiras livres, entregas em domicílios e comercialização nos mercados institucionais (escolas, creches, hospitais), via políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em suas diferentes modalidades. Para as organizações cadastradas, o MAPA emite a DECLARAÇÃO DE CADASTRO para cada agricultor vinculado a ela. O documento deve ser exibido de forma visível no momento da comercialização dos produtos (BRASIL, 2009).

2.3.3 A certificação por auditoria

A certificação por Auditoria foi regulamentada inicialmente no Brasil, pelas INs nº 007/1999 e nº 006/2002 e ratificada pelo Decreto nº 6.323/2007. Por certificação por auditoria compreende-se o procedimento realizado em unidades

¹⁰<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos/cadastro-nacional/sistemas-participativos>

de produção e comercialização, a fim de avaliar e garantir sua conformidade em relação aos regulamentos técnicos (BRASIL, 2009).

Para a realização das auditorias nos empreendimentos interessados, as empresas certificadoras deverão estar devidamente credenciadas pelo MAPA como organismo de avaliação da conformidade orgânica (OAC). Esse credenciamento é precedido por uma etapa prévia de acreditação realizada pelo Inmetro. Para o credenciamento, a certificadora deverá apresentar o documento comprobatório de acreditação, o cadastro das unidades de produção certificado quando houver, o currículo dos inspetores, que deverão estar regularmente inscritos nos conselhos profissionais e, ainda, obter parecer da Comissão de Produção Orgânica do seu estado (CPOrg-UF), junto à superintendência em que estiver sediada (BRASIL, 2009).

Diferentemente dos demais mecanismos aqui apresentados, este permite a garantia/certificação individual de unidades de produção/beneficiamento de produtos orgânicos. Em algumas regiões do país, o custo da remuneração dos serviços tem dificultado a participação de muitos agricultores familiares.

O processo de certificação se dá pelos seguintes procedimentos: solicitação de auditoria pelo interessado, auditoria e avaliação da conformidade orgânica feita por um técnico da auditoria e, no caso da inexistência de não conformidades técnicas/ou documentais, emissão do selo. Registra-se ainda que a empresa não pode oferecer serviços de consultoria e/ou capacitação dos agricultores para os casos de não-conformidades, assim como prestar serviços de assistência técnica às unidades de produção.

Atualmente, existem oito certificadoras credenciadas como organismos de avaliação da conformidade (OAC) pelo MAPA, representando cerca de 5000 unidades de produção certificada por esse sistema. Esse sistema de certificação ainda é predominante, no Brasil, mas percebe-se que vem perdendo espaço para os SPGs. O custo da certificação, à alta exigência de extensos e rigorosos

documentos para rastreabilidade, aliados à dificuldade de assistência técnica, tem sido levantado como principais dificuldades para a certificação de agricultores familiares nesse sistema. Alguns fatores considerados relevantes para que esse sistema ainda seja predominante, é a equivalência de muitas certificadoras com o mercado internacional e o fato do sistema por auditoria certificar unidades individuais.

2.3.4 Os Sistemas Participativos de Garantia - SPG

Os Sistemas Participativos de Garantia, segundo a legislação brasileira, são o conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, regida por princípios, normas de organização e de funcionamento, visando a assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos técnicos da agricultura orgânica e que foi submetido a uma avaliação participativa da conformidade (BRASIL, 2009).

Um SPG é um organismo formado por membros interessados na certificação orgânica que promove ações de interesse do grupo visando ao seu fortalecimento e desenvolvimento. O Fórum Latino Americano de Sistemas Participativos de Garantia¹¹ definiu os SPGs como sistemas de garantia de qualidade, a partir do empoderamento das comunidades, onde a certificação conta com a participação ativa dos atores envolvidos e tem como base a confiança, as redes sociais e o intercâmbio de conhecimento (CARTA, 2009).

Para que um SPG possa proceder com a certificação, é necessário que ele tenha um OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade) credenciado junto ao Ministério da Agricultura. Além disso, deverá cumprir as

¹¹ Instância de representação dos SPGs da América Latina, criado em 2009 na cidade de Antônio Prado-RS com o objetivo de ser um espaço de intercâmbio político e técnico entre os SPGs existentes no continente.

atividades determinadas pelo grupo, como os registros de manejo, visitas de pares, visitas de verificação e outros (BRASIL, 2009).

A composição de um SPG é formada pelos membros do sistema e o OPAC. Os membros do sistema são classificados pela legislação brasileira em fornecedores (produtores, comercializadores, transportadores, armazenadores) e colaboradores (consumidores, técnicos e organizações públicas ou privadas que atuam na rede de produção orgânica). No Quadro 01, são apresentadas as de cada ator que compõe um SPG.

Se pudéssemos comparar um OPAC à certificação por auditoria, este seria o departamento de certificação. Possui personalidade jurídica, sendo órgão responsável pelo conjunto de atividades desenvolvidas que visam à certificação. Essas atividades e responsabilidades deverão estar previstas em seus documentos constitutivos (estatuto, regimento e procedimentos operacionais). A Comissão de Avaliação da Conformidade Orgânica e o Conselho de Recursos compõem a estrutura mínima de um OPAC, e são formados pelos representantes dos membros do sistema.

Quadro 01 Tipos de atores e as funções que desempenham em um Sistema Participativo de Garantia.

TIPO DE ATOR	FUNÇÕES
Produtores	<ul style="list-style-type: none"> a) Solicitar a avaliação da conformidade de seus produtos. b) Fornecer as informações necessárias, com os detalhes e com a frequência estipulados pelo SPG e solicitados pelo OPAC; c) Contribuir para a geração da credibilidade através de sua participação no SPG; d) Atender às orientações preventivas e providenciar a correção das não conformidades de acordo com as recomendações da comissão de avaliação; e) Garantir, individual e solidariamente, a conformidade dos produtos avaliados.
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> a) Contribuir para a geração da credibilidade através de sua participação no SPG; b) Assumir a responsabilidade solidária pelos produtos avaliados.
OPAC	<ul style="list-style-type: none"> a) Ser o representante legal do(s) SPG(s) perante os órgãos competentes; b) Assumir a responsabilidade legal pela avaliação da conformidade; c) Emitir documentos relativos ao funcionamento do SPG; d) Organizar e guardar os registros e documentos relativos à avaliação da conformidade; e) Apontar as não conformidades e propor as ações preventivas e corretivas necessárias aos fornecedores.

Fonte: FONSECA et al. (2009)

Para uma região ou grupo de agricultores, um SPG representa um passo profundo de organicidade, podendo ir além da oferta de um selo, pois enquanto metodologia de organização social promove o empoderamento dos agricultores, valorizando seu conhecimento tradicional e difundindo os resultados práticos (LEITE, 2013).

Conforme previsto na IN nº 19/2009, para proceder à certificação, é necessário que o SPG solicite o credenciamento do seu OPAC como Organismo de Avaliação da Conformidade - OAC, junto ao MAPA. O credenciamento é precedido por uma auditoria sob a responsabilidade da Coordenação de Agroecologia - COAGRE. A auditoria para credenciamento é realizada após a tramitação de toda a documentação do SPG e do OPAC junto ao MAPA. Para a solicitação do credenciamento do OPAC, o SPG deverá protocolar na Superintendência Federal do MAPA no estado de atuação, os seguintes documentos: definição dos escopos de atuação, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do OPAC, atos constitutivos (estatuto social, regimento e contrato social), manual de procedimentos operacionais do OPAC, normas de produção orgânicas utilizadas e cadastro das unidades de produção acompanhadas ou declaração de inexistência delas.

Quando um SPG solicita o credenciamento do OPAC, tem-se uma indicação clara do longo caminho percorrido na articulação dos seus membros e na construção dos processos de geração de credibilidade da conformidade orgânica. Esse processo, que também é chamado de controle social, se dá a partir da interação das pessoas, apoiados na participação, comprometimento, transparência e confiança entre os membros envolvidos.

O manual de procedimentos operacionais, assim como o regimento interno e estatuto social de um OPAC, estabelecem os tipos de documentos, registros e mecanismos de controle social que regerão o seu funcionamento.

Para receber a avaliação da conformidade orgânica, o grupo solicita ao OPAC uma visita de verificação, realizada pela comissão de avaliação do OPAC. Esse procedimento é realizado, no mínimo, uma vez por ano, e precede à decisão sobre a conformidade orgânica.

Sobre a Decisão da avaliação da conformidade orgânica, o art. 84 da IN nº 19/2009 determina que:

Será tomada após visita de verificação, pela comissão de avaliação do OPAC, pelo fornecedor visitado e pelo grupo que este integra, em reunião específica, respeitado o quórum mínimo definido no Regimento Interno do OPAC, devendo:

- I - ser registrado em ata da reunião;
- II - ser assinado por todos os membros do grupo presente; e
- III - ser registrada em documento de aprovação ou de renovação da conformidade orgânica do produtor, assinado por todos os membros do grupo (BRASIL, 2009).

Caso o produtor não concorde com a decisão da comissão de avaliação da conformidade, é admissível a impetração de recurso, que será julgado pela comissão de recurso do OPAC, num prazo máximo de 30 dias.

O OPAC emitirá o certificado de conformidade orgânica aos fornecedores, cujas unidades de produção tenham a conformidade orgânica aprovada pela comissão de avaliação que, de acordo com a legislação brasileira, terá validade de 1 ano.

2.4 Histórico sobre a legalização dos SPGs no Brasil

2.4.1 O primeiro selo de certificação participativa e o surgimento do SPG no Brasil

Com a regulamentação dos produtos orgânicos na Europa a partir de 1991, muitas empresas (certificadoras) surgiram e se fortaleceram. A partir daí, os procedimentos foram aprimorados e muitas exigências foram inseridas no processo de certificação (MEIRELLES, 2007). Se, por um lado, a certificação de produtos orgânicos, conforme regulamentada na Europa protege o produto contra fraudes dando garantia da qualidade do produto ao consumidor e, ainda, concedendo uma condição de legalidade que eleva seu reconhecimento junto à sociedade, por outro lado, promoveu a exclusão de milhares de agricultores

familiares do mercado orgânico, em razão da complexidade da certificação por auditoria, além do alto custo cobrado pelas certificadoras (CARTA, 2007).

Diante da problemática, enfrentada por organizações de produtores e consumidores em diversas partes do mundo, começaram a surgir alternativas para conferir a garantia aos processos de produção orgânica e possibilitar a manutenção ou conquistas de mercado para os produtos. Nesse contexto, surgiu no Rio Grande do Sul - RS, as primeiras iniciativas de certificação participativa ou, numa melhor análise, a primeira manifestação de resistência à regulamentação de produtos orgânicos nos parâmetros apresentados.

Segundo relato de Meirelles (2015), durante a apresentação do tema “Arqueologia dos SPGs” proferida na ocasião do Encontro Nacional dos SPGs, o primeiro selo que se tem informação, a utilizar o termo “certificação participativa” no Brasil, foi criado em 1991, pela extinta cooperativa Coolmeia, em Porto Alegre – RS, em uma feira que existe até os dias de hoje, exatamente na época que estava sendo gestada e, posteriormente, lançada na Europa, a Lei nº 20/1992 que trata da certificação de produto orgânico. Em suas palavras:

O selo apareceu porque a feira existia. Naquela ocasião, chegaram algumas pessoas de origem europeia em nossa feira, trazendo para nós a necessidade ou a obrigatoriedade de certificar nosso produto para que ele pudesse continuar a ser chamado de ecológico. Isso nos pareceu muito estranho, pois já estávamos fazendo este trabalho e chega alguém dizendo que éramos obrigados a certificar nosso produto, pagar para uma empresa dizer que nosso produto era aquilo que sabíamos que era. (MEIRELLES, 2015, comunicação pessoal).

O tema certificação de produtos orgânicos passou a ser motivo de divergências entre as organizações integrantes do histórico movimento orgânico brasileiro. A divergência consistia tanto na obrigatoriedade quanto no método.

Muitos entendiam a legislação como importante e necessária para a promoção da agricultura orgânica no Brasil, mas, em relação à certificação, estava difícil o consenso. Algumas organizações entendiam que deveriam ser voluntárias, outras, como as certificadoras de maior porte, entendiam que deveria ser obrigatória e realizada, por meio de auditoria/inspeção e, ainda, tinha aqueles que defendiam outras formas de garantir a qualidade (SANTOS, 2005).

A Cooperativa Coolmeia foi resistente à ideia de certificar, segundo as normas europeias que estavam sendo discutidas no Brasil e, assim, acabou criando seu próprio selo, conforme mecanismos de controle social que já desenvolviam, segundo o relato de Meirelles (2015).

Falar que não queríamos certificar não pegou bem, dava a sensação que estávamos com algum medo em relação à qualidade orgânica, e não era isso, éramos resistentes à ideia, ao método e aí criamos o selo e dizíamos que já certificávamos (MEIRELLES, 2015, comunicação pessoal).

Assim, nasceu o primeiro selo de certificação participativa, como forma de resistência ao modelo de certificação por auditoria imposto pela Europa e, ao mesmo tempo, de uma maneira muito espontânea.

a certificação participativa foi bastante espontânea e não tínhamos uma metodologia ou um procedimento definido, mas quando nos perguntávamos como fazíamos, dizíamos que acontecia nos encontros de consumidores e produtores que era uma forma participativa de certificar. A palavra participativa estava em alta, usava para tudo, metodologias, pesquisas e também adotamos para certificação. Começamos a usar este selo nos produtos, não selávamos tudo obviamente, mas começamos a usar mais. Era quase um protesto, uma forma de verbalizar nossa resistência; nem tínhamos a intenção de selar

tudo como forma de garantir a qualidade orgânica, mas de protesto contra a lei europeia que estava influenciando o Brasil a criar sua lei copiando o modelo europeu (MEIRELLES, 2015 - Comunicação Pessoal).

Na tentativa de regulamentar a produção orgânica, o MAPA promoveu diversos momentos de discussão do tema com a sociedade civil. Conforme já descrito no subitem 2.3 e segundo Santos (2005), os debates sobre o processo de legalização da produção orgânica no Brasil, ascenderam em 1994, capitaneados pelo MAPA que buscava unificar os posicionamentos acerca da temática. Santos (2005) ponderou que algumas instituições defendiam que não só o produto orgânico devesse utilizar-se de selo, mas que um selo (vermelho) pudesse identificar os produtos com agrotóxicos, fato que não se concretizou.

Paralela à discussão nacional, uma discussão sobre regulamentação estadual, em Santa Catarina, por meio de um Comitê desvinculado dos processos ecológicos, até então construídos, fez com que o movimento de certificação participativa fosse tomando corpo no Sul (SANTOS, 2005) e, em 1998, criou-se a Rede Ecovida de certificação participativa. Teve esse nome por dois anos, depois passou a ser chamada de Rede Ecovida de Agroecologia. Foi criada em Santa Catarina, depois incluiu o Rio Grande do Sul e Paraná, agregando à dinâmica que já existia nesses estados (MEIRELLES, 2015 – Comunicação Pessoal).

Nessa época, o processo de certificação participativa em rede da Rede Ecovida passou a ter mais visibilidade despertando interesse de outros grupos que começaram a visitar a rede Ecovida buscando entender os mecanismos de garantia que utilizavam. Segundo Meirelles (2015):

Isso tudo foi gerado no momento que as pessoas nos perguntavam como fazíamos. Aí éramos obrigados a dizer, falar das visitas, do 'aval cruzado', a gente

começou a falar como se fazia, porque a gente fazia. Nisso começamos a escrever e sintetizar como era feito, definir a metodologia e os conceitos da certificação participativa que vigoram até hoje. (MEIRELLES, 2015 - Comunicação Pessoal).

Foi nesse momento que a certificação participativa deixou de ser uma proposta defendida só pela Ecovida e passou a ser defendida também por outras organizações, como a ABIO (Associação de Agricultores Biológicos – RJ) e as pequenas certificadoras de São Paulo que começaram a entender o processo (MEIRELLES, 2015 – Comunicação Pessoal).

Em 2002, na ocasião da realização do ENA (Encontro Nacional de Agroecologia), realizado no Rio de Janeiro-RJ, foi constituído o GAO (Grupo de Agricultura Orgânica) como forma de tentativa de discussão e construção coletiva da lei.

Nessa época, iniciaram-se diversas pesquisas científicas e acadêmicas relacionadas ao tema, de importantes agências governamentais contribuindo com a credibilidade do processo. O reconhecimento e legalização dos organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica, a partir da sanção da Lei nº 10.831/2003, foi fruto de ampla participação da sociedade civil, representada por diversos segmentos, incluindo agricultores, comercializadores e certificadoras, além dos representantes do governo. Essa legislação conseguiu, em grande parte, conciliar a pressão internacional por regulamentação da agricultura orgânica e atender a algumas demandas dos movimentos, principalmente reconhecendo como mecanismo de controle os diferentes sistemas de certificação existentes no país. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer e legalizar a certificação participativa. Esse pioneirismo tem inspirado vários países da América Latina, como Chile, Paraguai, Uruguai, Colômbia, El Salvador, Equador, México e Bolívia no desenvolvimento de ferramentas de gestão dos seus sistemas (LEITE, 2013).

2.4.2 Construção e Consolidação dos conceitos e princípios dos SPG no Brasil

Após a inclusão e legalização dos mecanismos participativos de avaliação da conformidade pela Lei nº 10.831/2003, começaram a surgir iniciativas de integração visando a fortalecer experiências de certificação participativa, conferindo maior credibilidade e legitimidade aos mecanismos de controle social utilizados pelos diferentes países. Assim, em 2004, o Centro Ecológico, em sua sede, na região de Torres, no litoral do Rio Grande do Sul, realizou em parceria com o Movimento Agroecológico da América latina e Caribe (MAELA) e a Federação Internacional do Movimento da Agricultura Orgânica (IFOAM), o Seminário Internacional de Certificação Alternativa, na cidade. O evento conseguiu reunir 45 pessoas, oriundas dos 05 continentes e mais de 20 países, para debater os pontos comuns dos seus diferentes formatos e métodos para garantir a credibilidade do produto orgânico, buscando superar desafios e conferir maior legitimidade a esses mesmos métodos (CARTA, 2004). Diversas experiências foram apresentadas, demonstrando a importância do envolvimento de produtores e consumidores na geração da credibilidade do produto orgânico, entendendo que seria necessário encontrar estratégias de certificação que iriam além do mercado local. A experiência do Brasil com a Lei nº 10.831/2003 foi ressaltada como um exemplo a ser seguido, fazendo com que os participantes do evento se comprometessem a exercer pressão junto aos seus governantes, para que a legislação dos seus países incorporasse conteúdo semelhante (CARTA, 2004).

Segundo Fonseca et al. (2009) foi durante esse evento que o termo Sistema Participativo de Garantia (SPG) foi definido, onde também foi constituído um grupo de trabalho com representação de todos os continentes para dar continuidade aos trabalhos. Os temas debatidos e conformados nesse evento,

resultaram no documento chamado Carta de Torres (CARTA, 2004). Ainda, segundo a autora, o grupo compreendeu que o termo SPG abrangeria as diferentes metodologias adotadas nos diferentes países, contemplando maior participação dos atores envolvidos, além de diferenciar da certificação por auditoria.

Assim, esse encontro estimulou processos de multiplicação de experiências, assim como a busca de formas de reconhecimento, legitimação e legalização dos SPGs no mundo (CARTA, 2007). Buscando dar continuidade ao processo de legitimação e fortalecimento das estratégias alternativas de avaliação da conformidade orgânica, novamente o Centro Ecológico, em parceria com o MAELA e IFOAM, com o apoio de diversos outros parceiros, realizou, em 2007, na cidade de Antônio Prado-RS, o I Encontro Latino- Americano de Sistemas Participativos de Garantia. Segundo relato de Meirelles (2015), o tema precisava estar sempre em discussão, para ser reconhecido:

Esta era uma época que precisávamos esquentar o tema e fortalecer, pois o SPG era um trabalho marginal, era uma alternativa [avaliação da conformidade] dentro de um trabalho alternativo [agricultura orgânica]. (MEIRELLES, 2015 - Comunicação Pessoal)

Além disso, o encontro teve como objetivo promover a troca de experiências para identificar estratégias e ações que disseminassem a adoção e aceitação dos SPGs (CARTA, 2007). Nesse encontro, os representantes dos SPGs reunidos reafirmaram alguns entendimentos sobre os SPGs e o compromisso de continuar trabalhando para fomentar os SPGs nos seus países e seus espaços de representação internacional. Esses compromissos estão contidos no documento “Carta de Antônio Prado”.

Em 2009, nasceu o Fórum Latino- Americano de SPG, com o objetivo de ser um espaço de intercâmbio político e técnico entre os sistemas participativos

de garantia existentes no continente, buscando o reconhecimento entre eles e sua visibilidade perante a sociedade. O Fórum Latino-Americano envolve representações de diversos países como Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Espanha, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Também nessa ocasião, constituiu-se o Fórum Brasil SPG e OCS, envolvendo diversas organizações e redes do movimento orgânico defensores e adeptos da certificação participativa. O Fórum Latino- Americano de SPG na tentativa de consolidar os conceitos e princípios dos SPGs, escreveu a Carta de Princípios definindo o conceito de SPG, suas características comuns e essenciais para a garantia da credibilidade orgânica, assim como reafirmando os compromissos dos documentos “Carta de Torres” e “Carta de Antônio Prado”.

Meirelles (2015) considera que foi nesse momento que o assunto SPG “subiu pra cima da mesa”, afirma que, a partir de então, passou a não existir mais eventos de agricultura orgânica ou, até mesmo, Agroecologia em que o tema não é discutido e seja um dos assuntos dominantes. Em sua opinião, isso aconteceu porque de certa forma, a certificação por terceira parte estava inibindo o movimento de agricultura orgânica, muitos agricultores ecológicos estavam dizendo que não eram orgânicos porque não tinham certificação.

Em 2011, houve o II Encontro Latino- Americano de SPG em La Paz - Bolívia e, em 2015, o III Encontro Latino- Americano de SPG, na cidade de Quito, no Equador, onde os participantes reafirmaram os princípios e compromissos assumidos nos encontros anteriores.

2.4.3 Os princípios da Certificação Participativa

Conforme descrito anteriormente, as características básicas dos SPGs foram sendo sistematizadas durante seminários e encontros realizados especialmente, no Brasil, por organizações ligadas aos movimentos da agricultura orgânica e certificação participativa. Com a constituição do Fórum Latino-Americano de SPG, em 2009, essas características passaram a ser consideradas princípios do Fórum, como forma de sistematizar, consolidar e reconhecer a importância destas como princípios básicos dos SPGs, conforme apresentado no Quadro 2.

Essas características comuns aos SPGs, aqui chamadas de princípios, são, na verdade, condições básicas para que estes possam funcionar com eficiência e se tornem mais que um simples mecanismo de certificação, mas um instrumento pedagógico, capaz de motivar e articular produtores, consumidores, processadores, técnicos e instituições de ensino, pesquisa e extensão. Essa metodologia estimula a integração entre agricultores e consumidores e a organização social em uma lógica de rede, na qual a relação que se estabelece por meio da confiança é horizontal e de interdependência, não favorecendo hierarquias (IBASE, 2011).

Percebe-se, pelos princípios que sustentam os SPGs, que o desejo das pessoas e instituições envolvidas no processo de certificação, vai muito além de emitir um selo, pois buscam criar mecanismos e ferramentas para apoiar uma agricultura que promova o desenvolvimento sustentável, onde a confiança, a participação e a responsabilidade compartilhada, contribuem para a credibilidade do processo de garantia da conformidade orgânica.

Quadro 02 Princípios da certificação participativa e a sua descrição.

PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
Confiança	A defesa dos SPGs se fundamenta na confiança nos agricultores / agricultoras. O sistema deve ser expressão desta confiança e basear-se na capacidade das comunidades de dar mostras de confiabilidade através da aplicação de diferentes mecanismos sociais e culturais de controle.
Participação	Os SPGs e a geração de credibilidade do produto orgânico estão baseados em uma metodologia que facilita a maior participação possível de todos os interessados na produção e consumo destes produtos.
Transparência	Os/as envolvidos/as estão cientes sobre como o sistema funciona e quem não está no sistema pode verificá-lo, pessoalmente ou através de registros.
Autodeterminação	O sistema estimula e proporciona mecanismos para apoiar um desenvolvimento integral, onde a autonomia dos/as agricultores/as é fortalecida.
Diálogo de Saberes	O sistema respeita, resgata e valoriza os diferentes saberes e culturas, estimulando sua integração.

Fonte: Adaptado de MEIRELLES (2007); CARTA (2009)

2.4.4 Os mecanismos de controle social da certificação participativa

Segundo a legislação brasileira, os SPGs são caracterizados pelo controle social, participação e responsabilidade solidária, devendo utilizar métodos de geração de credibilidade adequados às realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas (BRASIL, 2009). O controle social acontece pela participação direta dos membros do sistema que

estabelecem e dinamizam ações coletivas visando à avaliação da conformidade orgânica (BRASIL, 2009).

Assim, além das características comuns do SPG chamada aqui de princípios necessários para a geração de credibilidade, os SPGs também utilizam de outras estratégias ou procedimentos para a geração da credibilidade dos produtos orgânicos que serão aqui chamados de mecanismos de controle social. Esses procedimentos são definidos pelo OPAC e podem variar de acordo com cada SPG, mas em geral, orientados pela legislação e pela experiência dos primeiros OPACs credenciados no Brasil¹², os procedimentos mais utilizados são: as visitas de pares, visitas de verificação, registros como o caderno de plano de manejo, diários de campo, além da participação em reuniões e eventos.

Visando a elucidar um pouco mais ao leitor sobre cada um desses mecanismos, com base na legislação brasileira, segue uma pequena descrição de maneira generalizada, sendo que o entendimento a utilização destes, podem variar de acordo com a prática de cada SPG. A maior relevância é que a combinação desses mecanismos deve levar à garantia da conformidade orgânica.

- **Visitas de Pares** - São visitas às unidades de produção realizadas por pessoas que integram o mesmo SPG, normalmente de um mesmo grupo, com objetivo de avaliar o cumprimento de critérios e práticas de produção (BRASIL, 2009). Além da presença dos agricultores, é desejável a presença de consumidores e técnicos. Na prática, essas visitas, além de colaborar com o agricultor, visitado, na preparação para receber a visita de avaliação da conformidade, também funcionam como espaços de troca de experiências, colaboração mútua e interação.

¹² ANC (Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região - SP), ABIO (Associação de Agricultores Biológicos - RJ), ABD (Associação Biodinâmica - Botucatu SP) e ECOVIDA (Rede Ecovida de Agroecologia)

- **Visitas de Verificação** - Essa visita é realizada pela comissão de avaliação do OPAC, e acontece, no mínimo, uma vez por ano, podendo ser realizada mais vezes, a critério do OPAC.

A comissão de avaliação deverá ter acesso a todas as instalações, registros e documentos das unidades de produção e a qualquer área de produção não - orgânica (BRASIL, 2009). A avaliação da conformidade em um SPG, por meio das visitas de verificação visa a garantir o cumprimento das normas da produção orgânica, identificar as não-conformidades, assessorar os fornecedores para a resolução destas não conformidades e aperfeiçoar os sistemas produtivos, por meio da interação e troca de experiências (BRASIL, 2009).

Para a realização da visita, o OPAC informa, previamente, o agricultor a ser visitado, para que este possa preparar documentos e informações necessárias para fornecer à visita, mas também a critério do OPAC, poderá haver visitas sem aviso prévio para complementação da avaliação da conformidade. A composição da comissão de avaliação depende das normas de cada SPG, que deve estar descrito em seus regulamentos. O relatório da visita de verificação é realizado após a mesma, devendo abranger os requisitos pertinentes ao regulamento técnico da produção orgânica, assim como todas as evidências objetivas da visita, ressaltando problemas ou pontos de melhoria quando houver, indicar soluções, assim como ressaltar os pontos positivos. Após a visita de verificação acontece a reunião da comissão, onde se decide pela conformidade ou não da unidade produtiva (BRASIL, 2009).

Segundo Camargo (2015), esta é a principal diferença entre as duas visitas: a de verificação deve tomar uma posição em relação à decisão sobre se aquela propriedade é orgânica ou não, enquanto a de pares apenas sugere melhorias ou respostas a eventuais não conformidades e monitora o andamento das atividades da unidade produtiva.

- **Registros** – Segundo a legislação brasileira, todas as unidades de produção orgânica devem possuir documentos e registros de todas as operações envolvidas na produção e o OPAC deve indicar em seu manual de procedimentos operacionais quais os registros e documentos serão exigidos para a certificação (BRASIL, 2011).

Um documento exigido é o Plano de Manejo Orgânico (PMO), que deve ser aprovado pelo OPAC. Normalmente, cada OPAC estabelece o seu modelo, mas a legislação exige que, nesse documento, constem, de forma detalhada, todos os insumos e práticas adotadas nas unidades de produção. O PMO é elaborado e/ou atualizado, anualmente e o agricultor deve informar qualquer alteração realizada no mesmo.

Além desse documento, os agricultores também precisam registrar as entradas de insumos e atividades, uma espécie de “diário de campo”. Esse registro pode ser em forma de caderno, caderneta, planilhas ou de acordo com as normas do OPAC ao qual o agricultor estiver vinculado. O registro de entrada de insumos deve conter informações sobre data, tipo, quantidade e origem do insumo. Já, no registro das atividades, é importante conter minimamente informações quanto ao tipo de atividade (plantio, colheita, tratos culturais...), data, local/talhão e cultura onde foi desenvolvida a atividade.

Todos os registros devem ser guardados por, no mínimo, 05 anos, de acordo com a legislação brasileira (BRASIL, 2011).

- **Reuniões** - As reuniões constituem uma importante estratégia de conferir maior transparência ao processo, dando oportunidade de participação e autonomia aos agricultores. Cada SPG tem uma dinâmica própria, mas, em geral, as reuniões acontecem nos grupos e nos núcleos de maneira autônoma, onde os agricultores planejam ou discutem ações do interesse do grupo e relativos à certificação. São importantes para manter as relações sociais e de confiança nos

grupos, mas precisam ser bem conduzidas, de modo a propiciar a participação e envolvimento de todos.

Nesse sentido, sob a luz das teorias que abordam participação e capital social, tentaremos compreender melhor a seguir, como a participação e confiança atuam na geração de credibilidade, enquanto princípios que sustentam os SPGs.

2.4.5 A relação da teoria do capital Social com o SPG

Parece óbvio afirmar que a existência de um Sistema “Participativo” de Garantia exige a participação. O próprio nome já induz ao entendimento que deve haver envolvimento e participação dos interessados, na avaliação da conformidade, para se garantir a qualidade do produto orgânico. Por se tratar de um grupo de pessoas que se organizam em redes para realizar a avaliação da conformidade orgânica e conceder o uso de um selo oficial, pressupõe-se que é necessária a existência de relações de participação, confiança e colaboração entre os membros. Buscando compreender como os indivíduos inseridos em redes de relações sociais podem beneficiar-se dessas relações ou gerar externalidades positivas para outros membros, na década de 1980, os sociólogos Bourdieu e Coleman transformaram o capital social em um tópico específico de estudo (BONAMINO et al., 2010).

Bourdieu foi o primeiro a produzir uma análise sistemática contemporânea do capital social, definindo-o e como sendo os benefícios decorrentes da existência de uma rede de relações institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo (PORTES, 2000). Assim, o capital social desta rede de SPG poderia, entre outras coisas, ser entendido como a rede de contatos e acesso a informações e serviços, no caso estudado, a própria certificação.

Para Putnam (2007), o capital social pode ser entendido como a capacidade de uma comunidade se organizar em rede por meio de normas e relações sociais estabelecidas, a partir da confiança, participação e cooperação em benefício mútuo. A confiança, as normas e o sistema de participação, considerados como ativos do capital social, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se, mutuamente, assim, quanto maior o grau de organização e normatização das relações, maior será a confiança gerada, por sua vez, quanto maior a confiança social maior a tendência de haver cooperação entre as pessoas em busca de um benefício mútuo e coletivo, formando, assim, um círculo virtuoso (PUTNAM, 2007).

O capital social também é definido pela cooperação dentro e entre os diferentes grupos sociais, por meio das relações compartilhadas, valores e normas. Assim, o capital social passa a ser um recurso da comunidade construído pelas suas redes de relações, que estão condicionados a fatores culturais, políticos e sociais (MARTELETTO e SILVA, 2004).

A existência de capital social vem sendo associada por alguns atores como uma condição para a implantação de um SPG, visto que os ativos do capital social, também são condições básicas requeridas no funcionamento desse sistema. Caldas (2013), citada por CAMARGO (2015) faz essa constatação, ao estudar a tentativa de implantação de um SPG na Espanha, em comparação ao funcionamento do SPG da Rede Ecovida. Essa autora conclui que, para o bom funcionamento da certificação participativa, precisa haver a presença do capital social ou seja, estruturas de confiança e reciprocidade nas relações entre os atores envolvidos, para que a organização consiga, minimamente, articular e estender os benefícios do sistema.

Nesse sentido, podemos afirmar que, para implantação de um SPG onde o capital social não esteja consolidado, é necessário que ele seja trabalhado, partindo do interesse, da cultura ou das diferentes relações já existentes

(CAMARGO, 2015). Em comunidades rurais, mesmo não havendo uma organização formal, é possível que haja algum tipo de relacionamento na comunidade, seja na igreja, na escola ou mesmo em assuntos de interesse coletivo, como produção ou comercialização.

A participação é uma ação que se aprende, se conquista e se constrói, já, a confiança, como componente básico do capital social é construída pelas relações sociais que promovem a cooperação, ou seja, é necessário construir relações e, para isso, exige participação. Segundo Putnam (2007p.180): “A confiança necessária para fomentar a cooperação não é uma confiança cega. A confiança implica uma previsão do comportamento de um ator independente”. Isso significa que a confiança vem das relações entre os sujeitos que permite que um conheça o outro, a tal ponto de prever o comportamento do outro em determinada situação, a ponto de dar garantias sobre seu comportamento. A confiança no outro vai se perpetuando, com o seu histórico, ou seja, na medida em que suas ações vão confirmando seu caráter, seu compromisso e atendendo às expectativas que se tem acerca da pessoa.

Essa confiança torna-se mais fácil de ser desenvolvida em âmbito mais restrito, ou seja, em grupos pequenos onde as relações são mais intensas e a participação mais estimulada. Em contextos maiores como em um SPG, é necessária a utilização de metodologias que promovam maior aproximação e convívio entre seus membros, além de um controle por meio de regimentos e normas que promovam a participação e o cumprimento das regras.

Sabidamente nem sempre a participação em uma organização acontece da mesma forma, ou seja, pode acontecer em diferentes espaços, de diferentes maneiras e em diferentes níveis. Nos SPGs, existem diferentes espaços de participação, como as feiras, as reuniões, as visitas às propriedades e as capacitações. Pressupõe-se que a participação dos membros do sistema em cada espaço deste, aconteça de maneira diferenciada. Por exemplo, nem todos os

agricultores de um determinado SPG realizam feira e, entre aqueles que participam, podemos pressupor que nem todos atuam do mesmo modo nas decisões tomadas sobre o espaço.

Sendo a participação um ativo do capital social e uma característica básica para funcionamento de um SPG, buscamos em outros autores o entendimento da participação. Para Bordenave (1983, a palavra participação vem da palavra “parte” e com os exemplos abaixo, nos esclarece de maneira muito didática o que é participação, como e em que nível acontece.

Bulhões faz parte do nosso grupo mas raramente toma parte das reuniões;
Fazemos parte da população do Brasil, mas não tomamos parte das decisões importantes;
Edgar faz parte da nossa empresa, mas não tem parte alguma no negócio (BORDENAVE, 1983 p.22).

Esses exemplos elucidam alguns aspectos da participação e nos levam a refletir sobre a participação nos SPGs. Dessa forma, as pessoas podem, muitas vezes, fazer parte de um SPG sem, contudo, participar (tomar parte) e ainda, podem fazer parte, mas não tomarem parte das decisões importantes, ou seja, terem participação em nível diferenciado, o que o autor chama de participação ativa e passiva. O que não quer dizer que mesmo na participação de pessoas ativas não haja diferença na qualidade da participação. Para o autor, “a prova de fogo da participação não é quanto se toma parte, mas como se toma parte” (BORDENAVE, 1983, p23)

Ampliando a visão sobre a participação, Bordenave (1983) afirma que existem maneiras, graus e níveis de participação em uma organização. Um sujeito pode participar de maneira voluntária, espontânea ou, até mesmo, de maneira manipulada. Pode participar no controle e tomada de decisões importantes de sua organização, ou somente ser informado pelos dirigentes (quando convier) sobre

as decisões tomadas. Da mesma forma, pode ter um nível de participação alto, atuando desde o planejamento ou somente na execução e avaliação de uma ação.

Assim, percebe-se que a participação não é uma condição igual para todos, na acepção de Demo (2009), participação é uma conquista, um processo no sentido de uma constante vir a ser, algo que vai se construindo aos poucos, que nunca pode se dar por suficiente, nem acabado, por isso não pode ser considerado como dádiva, concessão ou algo preexistente.

Nesse sentido, a metodologia dos SPGs deve, não só cuidar para que os membros do sistema (agricultores, consumidores, técnicos e pessoas interessadas em garantir a qualidade do produto orgânico) participem dos diferentes espaços criados para a geração dessa credibilidade, como também promover uma participação em graus e níveis elevados, visto ter como princípios a confiança.

A conformação em rede dos SPGs, ou seja, o modelo de gestão horizontal, sem hierarquias, com poder de decisão compartilhado entre os membros que compõem a rede, deve proporcionar maior aproximação e convívio dos membros do sistema, favorecendo o desenvolvimento do capital social.

3. METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, procedeu-se, inicialmente, um resgate histórico do SPG Sul de Minas, abordando desde a sua constituição até o momento atual, analisando como se dá o processo de geração de credibilidade e as contribuições desse sistema para o fortalecimento da Agroecologia na região. Este trabalho se configura com o que Holliday (2007), definiu como uma sistematização de experiência, conforme o seguinte conceito:

A sistematização de experiências é uma interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir da sua ordenação e reconstrução, descobre ou explicita a lógica do processo vivido: os factores que intervieram, como se relacionam entre si e porque é que sucederam dessa forma (HOLLIDAY, 2007, p.17).

Nesse sentido, a participação ativa da pesquisadora, durante todo o processo de constituição do SPG Sul de Minas, foi importante e essencial para a obtenção e sistematização de dados e informações na reconstrução do histórico.

O trabalho também contou com uma revisão bibliográfica, análise documental e grupo focal como procedimentos técnicos metodológicos que permitiram a realização de uma análise crítica do processo.

3.1 O Universo pesquisado

O trabalho foi desenvolvido junto a Central das Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas, mais conhecida como Orgânicos Sul de

Minas (OSM). Constituída em 27 de novembro de 2012, a entidade tem sua sede no município de Inconfidentes, MG e nasceu como resultado de uma grande articulação das associações de agricultores orgânicos da região juntamente com seus parceiros, visando à constituição de uma rede agroecológica que pudesse viabilizar um Sistema Participativo de Garantia no Sul de Minas. Atualmente, congrega 09 associações e 2 cooperativas de diferentes municípios, abrangendo uma extensa área do território da região, com maior concentração no extremo Sul do Estado, conforme podemos observar na Figura 2.



Figura 2 Representação do Mapa de localização da região de abrangência do SPG Sul de Minas.

Quadro 03 Sigla, nome, município sede e municípios de abrangência da Central de Associações dos Agricultores Orgânicos do Sul de Minas.

Sigla	Nome	Ano de fundação	Município Sede	Municípios de Ambrangência (MG)
Aafasd	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias	2008	Guapé, MG	Guapé
Aaof	Associação Agroecológica de Ouro Fino	1999	Ouro Fino, MG	Ouro Fino, Inconfidentes, Borda da Mata, Luminárias, Piranguinho, Santa Rita de Caldas, Paraisópolis,
Abal	Associação dos Banicultores da Luminosa	2010	Brazópolis, MG	Brasópolis
Apanfé	Associação dos Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé	1999	Maria da Fé, MG	Maria da Fé
Apomm	Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira	2005	Pedralva, MG	Pedralva, Carmo de Minas, Soledade de Minas, Virgínia, Itamonte, Delfim

				Moreira, São Lourenço, São Tomé das Letras, Conceição do Rio Verde
Campone sa	Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros	2014	Campo do Meio, MG	Campo do Meio
Coopfam	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região	1991*	Poço Fundo, MG	Poço Fundo, Machado, Andradas
Ecominas	Associação dos Agricultores Ecológicos do Sul de Minas	2006	Pouso Alegre, MG	Pouso Alegre, Estiva, São Sebastião da Bela Vista, Santa Rita do Sapucaí.
Serras de Santana	Associação dos Agricultores Orgânicos e Biodinâmicos de Serras de Santana	2005	Sapucaí Mirim, MG	Sapucaí Mirim
Serras Verders	Associação dos Produtores Orgânicos e Biodinâmicos Serras Verdes	2005	Córrego do Bom Jesus, MG	Córrego do Bom Jesus
Sítio Esperança	Associação Sítio Esperança	2002	Lambari	Lambari

*De 1991 a 2003, a organização existia como “Associação de Pequenos Produtores de Poço Fundo”, passando ao regime de cooperativa em 2003.

3.2 A Os sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada no âmbito da OSM, com participação dos agricultores certificados pelo OPAC Sul de Minas. Para alcançar o primeiro objetivo deste trabalho que é fazer um resgate da constituição do SPG Sul de Minas, foi utilizada a análise documental e observação participante e, nesse momento, todas as entidades que compõem a OSM foram analisadas.

Para identificar como se dá o processo de geração de credibilidade no SPG Sul de Minas e verificar a influência da certificação participativa nas unidades de produção certificadas pelo OPAC Sul de Minas, o grupo focal foi priorizado como procedimento técnico e participaram desse momento os agricultores certificados dos núcleos solicitantes da avaliação da conformidade orgânica em 2014. Esse recorte se deu visando a abranger um maior número possível de agricultores, visto que os agricultores solicitantes da avaliação da conformidade em 2015, ainda não estavam certificados no ato da pesquisa. Assim, participaram os núcleos da AAOF, ABAL e APOMM. Os agricultores da AAFASD, apesar de terem iniciado no processo também em 2014 (segundo semestre) e terem sido convidados, não participaram das entrevistas de grupo focal, pela dificuldade de agenda e distância, mas os dados relativos a esse núcleo, levantados por meio da observação participante e análise documental foram incluídos na pesquisa.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Para a realização desta pesquisa de abordagem qualitativa, além de todas as informações e registros pessoais da pesquisadora, foram utilizadas a análise documental, a observação participante e a entrevista de grupo focal, como procedimentos técnicos metodológicos.

O trabalho iniciou com a revisão bibliográfica, como forma de buscar nos estudos e pesquisas de diferentes autores, o embasamento teórico para maior compreensão da realidade a ser estudada.

A análise documental, conforme afirmado por Souza, Kantorski e Luis (2011), tem uma finalidade específica e, no presente trabalho, consistiu em identificar, verificar e apreciar os documentos, preconizando a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. Nesta pesquisa, os documentos analisados foram o plano de manejo orgânico (PMO), os relatórios das visitas de verificação e visita de pares de 2014, além dos documentos normativos como Regimento do OPAC, Manual de Procedimentos e Estatuto da Orgânicos Sul de Minas. Esses documentos são próprios do OPAC Sul de Minas e de fácil acesso, pois são documentos abertos para controle social, podendo qualquer pessoa solicitar esta pesquisa. A análise desses documentos buscou o levantamento de dados e informações que contribuíssem no entendimento sobre as práticas e manejo desenvolvidos pelos agricultores certificados, o perfil de cada núcleo de certificação pesquisado e os procedimentos preconizados nos normativos.

A observação participante, outro procedimento utilizado na realização deste trabalho, é uma técnica que possibilita o conhecimento por meio da interação entre o pesquisador e o meio, propiciando uma visão detalhada da realidade (QUEIROZ et al., 2007). É reconhecida como um dos melhores acessos para o contexto estudado (CODONHO, 2013), por isso foi priorizada como procedimento metodológico, neste trabalho, visto a forte relação de confiança e interação existente entre a pesquisadora e os agricultores em questão, sendo essa relação um dos elementos primordiais para o sucesso da aplicação dessa técnica.

A observação participante teve como objetivo complementar as informações obtidas na análise documental, especialmente em relação à influência

da certificação participativa sobre as unidades produtivas certificadas pelo OPAC Sul de Minas e a utilização dos procedimentos de geração de credibilidade. Para tanto, foram considerados todos os momentos de convivência com os agricultores, em especial durante o ano de 2015. Foram visitadas 15 propriedades, sendo 06 durante as visitas de pares, 08 durante as visitas de verificação e 02 em dia de campo.

Durante a observação participante nas visitas de pares e de verificação, entre outras questões, foram observados os seguintes pontos: alteração nas técnicas de manejo, aplicação de tecnologia aprendida com outros agricultores, maior diversificação na produção e ampliação das variedades cultivadas, maior aproveitamento dos insumos internos gerados na propriedade; uso de ciclagem dos nutrientes, diminuição da entrada de insumos externos, alteração no percentual de alimento consumido pela família, produzido na propriedade, uso de cobertura de solo em relação ao ano anterior, produção de sementes para uso próprio e comercialização.

Outros momentos aproveitados para a utilização da técnica da observação participante foram durante o encontro de formação de coordenadores realizado em março de 2015, com duração de 03 dias e na reunião final do OPAC, para a deliberação dos certificados. Praticar a observação participante nesses momentos foi imprescindível para melhor compreensão da prática das atividades desenvolvidas para a geração da credibilidade e influência das práticas de manejo nas propriedades.

Outro procedimento adotado foi a coleta de dados por meio da entrevista de grupo focal, também conhecido como grupo focal, que representa uma técnica capaz de permitir a interação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, além de ampla problematização sobre os temas abordados na pesquisa (BACKES et al., 2011).

O grupo focal teve como objetivo complementar as informações obtidas na análise documental e observação participante, em relação aos procedimentos de geração de credibilidade do sistema participativo de garantia- SPG Sul de Minas. A escolha do grupo focal em detrimento da entrevista individual, deu-se pelo fato de esta técnica possibilitar uma maior reflexão, levando os participantes a explorarem seus pontos de vista, gerando suas próprias perguntas e buscando respostas para essas questões (BACKES et al., 2011).

Para a realização do grupo focal, participaram três núcleos que já se encontravam no processo de certificação participativa em 2014, AAOF, ABAL e APOMM. Visando a conseguir maior resultado, as entrevistas foram agendadas com antecedência, realizadas em pequenos grupos, nas comunidades ou municípios dos agricultores, seguindo todas as normas e orientações do Conselho de Ética da UFLA e na Plataforma Brasil. As entrevistas com os grupos focais aconteceram nos municípios de Ouro Fino, Brazópolis, Pedralva, Itamonte e Carmo de Minas. O núcleo da APOMM, por ser um núcleo dividido em quatro grupos que moram em municípios diferentes as entrevistas aconteceram em três grupos, Pedralva, Carmo de Minas e Itamonte, e os agricultores do grupo de Soledade de Minas, por serem em número menor, participaram do grupo de Carmo de Minas. Já, nos núcleos da ABAL e AAOF, houve divisão de grupo. Assim, participaram, ao todo, 47 agricultores, cerca de 09 agricultores por grupo focal. Não foram envolvidos os consumidores na pesquisa, visto ter uma participação ainda tímida no processo e não ser o foco da pesquisa.

Para conseguir um bom resultado, a pesquisa foi conduzida, sempre que possível, pela própria pesquisadora com o apoio de um relator e um aparelho gravador de áudio, seguindo o seguinte protocolo para todos os grupos, conforme orientado por Gui (2003) : agradecimento pela participação de todos; explicação dos objetivos do encontro; solicitação de autorização para gravação, esclarecendo sobre a preservação do anonimato dos participantes; explicação aos participantes sobre o procedimento, informando que a pesquisa não buscava consenso,

estimulando todos a expressar sua opinião de maneira breve, para que outros também pudessem se manifestar. Por fim, antes de iniciar a pesquisa, era comunicado que sobre a pretensão da devolução dos resultados na ocasião do encontro de formação dos coordenadores de grupo que acontece no início do ano e, ainda, sobre a disponibilização dos resultados, tão logo fossem apresentados.

Durante a atividade foram abordadas temáticas como participação, confiança, gestão em rede, processo pedagógico e registros. O roteiro e os procedimentos adotados estão no Apêndice I.

Assim, a conjugação desses procedimentos técnicos metodológicos possibilitou uma triangulação entre análise documental, grupo focal e observação participante, conferindo maior profundidade na visão e compreensão das questões estudadas.

3.4 Análise e interpretação dos resultados

Após a obtenção de todas as informações necessárias para se chegar ao objetivo desta pesquisa, foram realizadas a análise e a interpretação dos resultados. Segundo Gil (2008), enquanto a análise consiste em organizar e sistematizar os dados, a interpretação busca o sentido mais amplo das respostas, visando compreender as informações mediante a sua ligação a outros conhecimentos obtidos.

Para a realização da análise e da interpretação dos dados foi utilizada a análise do conteúdo que, segundo Berelson (1952, p.13) citado por Gil (2008), pode ser definida como: “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

Segundo Bardin (1977), citado por Gil (2008) a análise do conteúdo se desenvolve em três fases, sendo a pré-análise, exploração do material e tratamento

dos dados (inferência e interpretação). Desta forma, primeiramente após o levantamento de várias informações e dados de interesse da pesquisa, estas foram organizadas e classificadas, sendo separadas por épocas, núcleos de certificação e grupos, assim como por temas relacionados a cada objetivo para serem analisadas.

Para a interpretação dos resultados, as informações válidas foram analisadas por partes e também o todo, retomando as questões que instigaram este trabalho, assim como os objetivos propostos, buscando compreender e refletir sobre cada informação ou resultado analisado, confrontando e estabelecendo relações com as teorias estudadas (HOLLIDAY, 2007).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados aqui descritos estão relacionados aos objetivos propostos e para maior entendimento do leitor, foram divididos em três partes. Na primeira parte, foi feito um resgate do histórico de constituição do SPG Sul de Minas, iniciando pelo contexto social da região, notoriamente favorável à implantação de um SPG, seja pela localização privilegiada pelos aspectos naturais, como também pelo histórico de trabalho com a agricultura orgânica. Nesse histórico, também relatou-se o início das discussões sobre certificação participativa, quem eram os atores e como eles trabalharam, o momento importante da tomada de decisão, os desafios enfrentados e o credenciamento do OPAC, culminando nas certificações. Ainda na primeira parte deste capítulo são apresentadas as organizações atuantes no SPG Sul de Minas e o perfil dos agricultores certificados.

Na segunda parte, os resultados buscam elucidar como se dão os processos de geração de credibilidade da produção orgânica no SPG Sul de Minas, abordando quais princípios e mecanismos de controle social estão presentes e como estes são utilizados pelos agricultores.

Na terceira parte dos resultados, a análise é relativa às contribuições que o SPG trouxe para os agricultores e, conseqüentemente, para o fortalecimento da Agroecologia na região. Nessa parte, foram abordadas as ações desenvolvidas no âmbito da Orgânicos Sul de Minas, em parceria com o IFSULDEMINAS e sua influência nas unidades de produção.

4.1 Histórico de Criação da Central das Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas - OSM

4.1.1 Contexto

A região Sul de Minas é caracterizada, geograficamente, pelas grandes altitudes, clima ameno e chuvoso e uma economia fortemente voltada para a agricultura, com predominância de pequenas propriedades, notoriamente de agricultores familiares. Apresenta elevado índice de ocupação rural, mostrando ser uma região em que a atividade rural é uma das bases da economia. Os cultivos de café, morango, batata e hortaliças, destacam-se, na região, pois se apresentam como culturas de grande importância na geração de emprego e renda e de divisas.

Alguns agricultores, na região, têm buscado atender aos princípios da sustentabilidade, da produção de qualidade e da preservação ambiental, praticando seus cultivos sob sistemas orgânicos e, contribuindo para o desenvolvimento da Agroecologia, uma das razões pela qual, o consumo e a produção de alimentos orgânicos crescem a cada ano. O fato se tornou evidente pela existência de um número significativo de grupos formais de agricultores orgânicos com diferentes mecanismos de certificação e comercialização. Os mecanismos participativos de avaliação da conformidade em propriedades orgânicas da região eram, até pouco tempo, garantidos por meio de ações promovidas por instituições do estado de São Paulo, gerando um maior custo e dificultando a integração entre os agricultores.

A constituição de uma Central das Associações de Produtores Orgânicos no Sul de Minas (OSM) além de atender a uma demanda existente para a certificação participativa, teve como objetivo promover o fortalecimento da Agroecologia na região, por meio da interação dos grupos de produtores orgânicos, troca de experiências e a comercialização conjunta.

4.1.2 Quando tudo começou

A ideia da criação de um SPG no Sul de Minas estava sendo cogitada, desde 2010, por alguns agricultores na região, em especial associados da ECOMINAS. Porém, o pouco entendimento sobre os caminhos a percorrer e a falta de uma boa articulação na região, que uma ação dessa natureza exige, fizeram com que o grupo não fosse muito além de discutir o assunto em reuniões internas e apresentar a demanda à EMATER-MG e ao MAPA. Atendendo à demanda do MAPA e da Ecominas, a EMATER-MG, promoveu uma discussão sobre o tema na ocasião do Frutifica Minas, em 2011, um evento de caráter técnico promovido pela empresa, onde acontecem diversas oficinas.

Essas iniciativas serviram de base para o IFSULDEMINAS elaborar uma proposta de projeto de extensão que viesse apoiar a Agroecologia no Sul de Minas.

O projeto de extensão inicialmente chamado de “Projeto de Apoio ao Fortalecimento da Agroecologia, no Sul de Minas”, teve como objetivo fomentar a constituição de uma rede agroecológica, na região, para viabilizar a certificação participativa. Iniciou-se com a identificação dos grupos formais e informais que trabalhavam com agricultura orgânica e Agroecologia. Na ocasião, foram identificados 13 grupos com essa característica, dos quais, 09 fazem parte da OSM até hoje.

A Pró-reitoria de Extensão do IFSULDEMINAS, assumindo em um primeiro momento a coordenação dos trabalhos, fez contato com representantes de todos os grupos, convidando-os para uma capacitação que teria o apoio do Ministério da Agricultura, Associação Natural de Campinas - ANC, EMATER-MG e IFSULDEMINAS. A proposta da capacitação, já havia sido idealizada em Botucatu, na ocasião de uma capacitação sobre certificação participativa promovida pelo MAPA, onde, extensionistas da EMATER-MG e agricultores do

Sul de Minas, participaram e assumiram o compromisso de envolver outros agricultores e instituições para apoiar o trabalho na região.

O primeiro encontro dos representantes das associações de agricultores orgânicos do sul de Minas também teve como objetivo envolver o corpo técnico da EMATER-MG. Aconteceu em março de 2012, no Campus Inconfidentes, e reuniu cerca de 50 pessoas, entre representantes de associações, extensionistas da Emater, servidores do IFSULDEMINAS e do MAPA.

Esse encontro exigiu um grande esforço dos organizadores para mobilização dos grupos, pois, ainda, não existia qualquer tipo de vínculo ou aproximação desses grupos com os organizadores (IFSULDEMINAS) e a temática “Sistema Participativo de Garantia”, não era do conhecimento da maioria. Apesar dessa dificuldade e, até mesmo, insegurança sobre a proposta, esse momento foi imprescindível e marcou o início da construção da rede agroecológica no Sul de Minas. Nem todos os grupos convidados compareceram, ainda assim, foi uma grande surpresa para os presentes, saberem da existência de tantos grupos de produção orgânica na região, mostrando, claramente, um potencial para a construção de uma rede, mas também a fragilidade da articulação entre os agricultores, pois, apesar de estarem na mesma região, desenvolverem atividades similares, possuírem as mesmas dificuldades e os mesmos anseios, muitos ainda não se conheciam. Nessa capacitação, objetivou-se discutir os processos de avaliação da conformidade orgânica e conhecer a realidade e anseios destes grupos, para assim, viabilizar as ações do projeto de Apoio, ao fortalecimento da Agroecologia, na região, que seria coordenado pelo IFSULDEMINAS com o apoio da EMATER-MG.

Os temas relacionados à avaliação da conformidade orgânica foram conduzidos pelo MAPA e a ANC contribuiu com o relato da sua experiência, além do esclarecimento de diversos pontos ainda confusos para os agricultores, extensionistas e professores. Ao final, foi realizado um trabalho de grupo, visando

a maior integração entre os presentes, por meio do diagnóstico participativo, buscando levantar questões sobre as demandas mais emergentes das associações. Em síntese, a constituição de um SPG no Sul de Minas, foi entendida como a melhor forma de viabilizar a certificação participativa, promover a integração entre as associações de produtores orgânicos e destas com as instituições de ensino, pesquisa e extensão, que pudessem contribuir com essa ação. Para afirmação da ação, ao final do encontro foi definida por unanimidade a criação do SPG Sul de Minas, onde, uma comissão formada por representantes de cada grupo participante, além de servidores do IFSULDEMINAS e EMATER-MG, daria prosseguimento nas ações.

Esse momento marcou o início das ações para a constituição do SPG Sul de Minas e foi essencial a presença de várias representações de agricultores e também vários representantes das instituições públicas. Participaram desse evento dezesseis extensionistas, sete servidores do IFSULDEMINAS, seis organizações de agricultores orgânicos e uma religiosa. Destes, somente quatro extensionistas seguiram no processo, três servidores do IFSULDEMINAS e cinco entidades de agricultores participam do SPG Sul de Minas, sendo que somente uma delas participou da assembleia de constituição. Esse fato é relevante, pois revela a importância de articular com o máximo possível de instituições e parcerias no início de um trabalho, pois nem sempre todas seguem da maneira desejada ou esperada.

4.1.3 A tomada de decisão pela constituição da Central das Associações de produtores Orgânicos do Sul de Minas

Conforme descrito no item 2.3.4, um SPG é constituído pelos membros do Sistema e por um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade - OPAC. Os membros do sistema podem ser pessoas físicas ou jurídicas que fazem

parte de um grupo, classificados em duas categorias: fornecedores - constituídas pelos produtores, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores, além dos colaboradores, constituídos pelos consumidores e suas organizações, técnicos, organizações públicas ou privadas, ONGs e organizações de representação de classe. O OPAC é a pessoa jurídica que assume a responsabilidade formal pelo conjunto de atividades (BRASIL, 2009).

Para o seu credenciamento junto ao Ministério da Agricultura, o OPAC precisava estar ligado a uma instituição juridicamente constituída e diante de um cenário com mais de dez grupos existentes, muitas foram as possibilidades. Entretanto, a escolha da associação “A” ou “B”, sem a devida aproximação entre os grupos poderia significar apenas uma constituição formal, mas, de forma fria, o que poderia dificultar o sentimento de pertencimento e apropriação. Na busca de soluções, sugeriu-se que a constituição do OPAC fosse ligada ao Centro de Assessoria Sapucaí (ONG Sapucaí), uma Organização Não- Governamental constituída em meados da década de 1990 e que teve um papel importante no fortalecimento da agricultura orgânica na região de Pouso Alegre, pois abrigou a certificadora Sapucaí, assessorando agricultores na transição do sistema convencional para cultivo orgânico, assim como a certificação.

Em razão da sua experiência, em especial com agricultura orgânica e também pela regularidade documental, o grupo entendeu que a ONG Sapucaí poderia se tornar uma parceira capaz de contribuir para solucionar as dificuldades de certificação do grupo, além de promover a reativação de uma instituição que fora respeitada regionalmente. Entretanto, apesar de ser aparentemente interessante para todos, alguns dirigentes e fundadores da ONG Sapucaí se manifestaram contrários à adesão dos agricultores orgânicos e da possibilidade de abrir um OPAC, alegando que, na época, em que a entidade abrigou a Certificadora Sapucaí, só houve desgastes e prejuízos. Essa decisão frustrou muitos agricultores e colaboradores, atrasou os trabalhos, mas não foi capaz de

desanimar o grupo, muito pelo contrário, serviu para fortalecer e intensificar ainda mais o comprometimento de todos em compensar o tempo perdido.

Diante da decisão da ONG Sapucaí em não apoiar os representantes passaram a discutir as possibilidades de criação de uma nova instituição, capaz de agregar os grupos de agricultores agroecológicos, orgânicos e familiares do sul de Minas e também abrigar o OPAC Sul de Minas. Nesse sentido, a decisão foi para a constituição de uma entidade que abrigasse todos os grupos já existentes, de forma a fortalecer e valorizar o que já existia de organização. O modelo adotado foi de uma central de associações, inspirado na experiência do município de Brazópolis com a Central de Associações de Brazópolis, MG (CEABRA). Essa decisão exigiu muito esforço de alguns agricultores que naquele momento estavam mais interessados na proposta. Foram meses de trabalho discutindo estatuto e regimento interno. Muitas dificuldades foram enfrentadas, pois além da distância entre os agricultores também havia pouca interação entre eles. Nesse sentido, o apoio da EMATER-MG facilitou a participação dos agricultores da ABAL e APANFE. Já, os agricultores da APOMM contaram com o apoio da associação e a Ecominas, com esforço pessoal de alguns membros.

O envolvimento do IFSULDEMINAS foi essencial na articulação dos membros, pois todas as informações, agendamento de reuniões foram concentradas ora na Pró-reitoria de Extensão, ora no Campus Inconfidentes. A escolha do nome da nova entidade rendeu várias discussões, pois havia no grupo adeptos dos diversos modelos de sistema de produção, como permacultural, ecológico, agroecológico, biodinâmico e orgânico. A exemplo da legislação brasileira que, para efeito de certificação, entende todos esses sistemas como orgânico, o grupo entendeu que utilizar o termo “Orgânicos” seria uma forma de contemplar os diversos estilos de produção sustentável e o “Sul de Minas” seria uma forma de valorizar e delimitar um território de atuação do SPG, além de aproveitar a boa lembrança que o Sul de Minas remete, como uma região

montanhosa de terras férteis e água boa. Assim, após intenso período de trabalho, no dia 27 de novembro de 2012, aconteceu no Campus Inconfidentes a Assembleia de Constituição da Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas (Orgânicos Sul de Minas). Inicialmente com a adesão de 06 organizações¹³ e após 2 meses passou a congregar mais 04 organizações¹⁴.

Embora o tema agregador, desde o início, tenha sido a certificação participativa, percebe-se que várias associações participantes, assim como a COOPFAM, viram, nessa organização, a possibilidade de alcançar outros benefícios além do selo, que não se configurava naquele momento um entrave para a maioria dos grupos que contribuíram na constituição da Orgânicos Sul de Minas. Conforme declarado, na ocasião, por essas organizações que já tinham algum tipo de certificação, a integração das associações e cooperativas de agricultores orgânicos e a parceria com as entidades públicas só tinha a trazer benefícios para a região.

A existência de vários grupos de agricultores orgânicos já consolidados, o forte envolvimento e comprometimento dos parceiros e a disposição dos grupos em participar da proposta de criação de uma rede agroecológica na região, foram fatores que contribuíram muito para que a Orgânicos Sul de Minas fosse constituída e tivesse condição de abrigar o primeiro OPAC de Minas Gerais.

4.1.4 O Credenciamento do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) Sul de Minas

¹³ APOMM, ABAL, Serras Verdes, Coopfam, AAOF e APREX (Associação de Produtores Rurais de Extrema, só participou nesse momento e acabou sendo desligada após 2 anos sem participação)

¹⁴ APANFÉ, ECOMINAS, Serras de Santana e AAFASD.

Com a criação da Orgânicos Sul de Minas e a previsão estatutária para o funcionamento de um departamento de certificação, firmava-se o primeiro passo rumo à constituição do OPAC na região. De acordo com IN 19/2009 em seu Artigo 73, um SPG é formado pelos membros do sistema e seu OPAC. Os membros do Sistema podem ser divididos em duas categorias: fornecedores e colaboradores. No SPG Sul de Minas, os fornecedores são representados pelos agricultores associados da APOMM, AAOF, ABAL, AAFASD, CAMPONESA, COOPFAM e mais recentemente a Associação Sítio Esperança. Como colaboradores, o SPG Sul de Minas conta com o IFSULDEMINAS, a EMATER-MG e, ainda, as associações vinculadas à Orgânicos Sul de Minas APANFÉ, Serras Verdes, Serras de Santana. Esporadicamente, participam representantes de outras instituições da região como UFLA e EPAMIG, consumidores e técnicos autônomos. O OPAC do SPG Sul de Minas é representado pelo departamento de certificação da OSM e conforme exigência legal, conta com a estrutura de uma comissão de avaliação e um conselho de recursos, formado pelos membros do sistema.

Dispondo da composição mínima, o SPG Sul de Minas, por meio das representações dos agricultores e das instituições parceiras (IFSULDEMINAS e EMATER-MG) constituíram uma comissão e com o apoio do MAPA, iniciaram as tratativas para a composição dos regulamentos, regimento e formulários necessários para o credenciamento no Ministério da Agricultura. Os documentos de todos os SPGs existentes em 2013¹⁵ foram utilizados como referência para estudos e compreensão dos documentos exigidos pelo MAPA para credenciamento do OPAC. Diante da quantidade de documentos necessários e tendo em vista a inexperiência da equipe e ainda pouco conhecimento sobre as

¹⁵ ANC (Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região - SP), ABIO (Associação de Agricultores Biológicos - RJ), ABD (Associação Biodinâmica - Botucatu SP) e ECOVIDA (Rede Ecovida de Agroecologia)

reais características das propriedades orgânicas sul mineiras, a comissão entendeu que o mais sensato seria utilizar os mesmos formulários e normas da ANC que, a princípio, estavam mais próximos do grupo. Assim, após pequenos ajustes, a comissão definiu todos os seus formulários, regimento interno e manual de procedimentos operacionais, baseado nos modelos da ANC, que autorizou prontamente a utilização dos seus documentos pela OSM.

Ao longo do ano de 2013, membros da Orgânicos Sul de Minas e futuros representantes do OPAC (ainda em fase de credenciamento) se alternaram entre as capacitações do Ministério da Agricultura, reuniões para elaboração de documentos e formulários, momentos de compreensão do funcionamento de um SPG e realização das atividades de campo (visitas de pares e visitas de verificação).

Foram momentos ricos em aprendizagem e interação, mas também de grande insegurança, pois frente à necessidade de realizar os procedimentos corretos e em conformidade com a legislação vigente, o grupo acabava por exigir muito dos agricultores, principalmente em termos de participação em inúmeras visitas e dias de campo. Por outro lado, negligenciaram a parte das anotações, tanto das propriedades quanto das ações coletivas, como, por exemplo, a elaboração de atas e preenchimento dos formulários durante as visitas.

Para viabilizar a composição do OPAC Sul de Minas, as associações solicitantes da avaliação da conformidade foram denominadas “núcleo de certificação” e cada núcleo se dividiu em grupos, de acordo com as suas necessidades, localização geográfica, produção, número de agricultores e interesses. Cada grupo tem um coordenador, que entre outras atividades, responsabiliza-se pela articulação do seu grupo na realização de atividades como atualização dos documentos, interação do grupo com o núcleo e com o OPAC. Além dessas atividades, os coordenadores articulam e participam das visitas de pares e visitas de verificação, atividades consideradas como principais

mecanismos de controle social de um OPAC para atestar a conformidade orgânica. Cada uma dessas visitas acontece, no mínimo, uma vez por ano, sendo as visitas de pares realizadas entre os próprios membros do grupo, podendo ter participação de outros, e as visitas de verificação, realizadas pela comissão de avaliação do OPAC.

Para a composição do OPAC, cada núcleo indica 3 membros, sendo dois para a comissão de avaliação e um para o conselho de recursos. Normalmente, os coordenadores de grupo são indicados para exercer este papel por um período de dois anos. As entidades colaboradoras também participam do OPAC por meio de adesão formal em formulário específico do OPAC.

Antes mesmo de protocolar a solicitação de credenciamento do OPAC Sul de Minas, os profissionais da Superintendência do MAPA, no Estado de Minas Gerais, já estavam inseridos no processo e tiveram importante participação, com análises criteriosas e orientações detalhadas e precisas sobre os ajustes necessários. Dessa forma, e com o apoio do IFSULDEMINAS na articulação e ajustes dos documentos, além da boa vontade e participação dos agricultores, o processo de credenciamento aconteceu de maneira rápida, e quando foi, efetivamente, protocolado, já não necessitava de muitos ajustes, possibilitando o imediato agendamento da visita de credenciamento pelo MAPA.

Assim, em novembro de 2013, o OPAC Sul de Minas recebeu a auditoria de credenciamento que contou com a participação de auditores do MAPA. Em sucessão a essa etapa, os representantes do Ministério elaboraram um rico relatório¹⁶ sobre a visita, onde ressaltaram os pontos positivos, assim como evidenciaram pontos de melhorias, que não foram considerados entraves para que o OPAC Sul de Minas fosse credenciado. O credenciamento foi ratificado por um ofício do MAPA em 20 de dezembro do mesmo ano. Como marco inicial, o OPAC

¹⁶ Ver ofício, declaração e relatório de credenciamento no Anexo I

possibilitou a avaliação da conformidade orgânica de 20 propriedades de agricultores ligados à Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira - APOMM, pioneira no processo de construção da metodologia de avaliação da conformidade pelo SPG Sul de Minas, que receberam os certificados em 28 de dezembro do mesmo ano.

4.1.5 O Fortalecimento e Ampliação do SPG Sul de Minas

Consolidada a primeira parte da missão estabelecida para 2012 (criação da central das associações) e para 2013 (constituição do OPAC Sul de Minas), os novos desafios postos foram relativos ao fortalecimento da rede e expansão do número de agricultores envolvidos no processo de avaliação da conformidade. A certificação de 20 unidades produtivas no primeiro ano de existência da Orgânicos Sul de Minas chamou a atenção de novos grupos. Alguns já se encontravam certificados por auditoria, mas achava o custo alto, outros acreditavam que o selo orgânico poderia abrir novos mercados e alguns por acreditar que o sistema participativo seria uma forma de integração com outros grupos, proporcionando, assim, o fortalecimento da Agroecologia e Produção Orgânica na região. Ao final de 2013, a Orgânicos Sul de Minas já contava com 09 associações, 01 cooperativa e vários grupos já haviam manifestado interesse na avaliação da conformidade pelo OPAC Sul de Minas.

Novamente, os parceiros tiveram papel importante. O IFSULDEMINAS, por meio de um Edital Interno de Agroecologia, possibilitou o apoio ao *Projeto de Consolidação do SPG Sul de Minas*, que trouxe entre os objetivos, a realização de ações para a ampliação do número de agricultores orgânicos certificados e o envolvimento de novas associações e/ou cooperativas na certificação participativa.

Dentre as ações executadas por meio de apoio dos parceiros da Orgânicos Sul de Minas, destaca-se a realização do Circuito Sul Mineiro de Agroecologia¹⁷, dias de campo realizados em 2013/2014, possibilitando a integração entre os membros das associações ligadas à Orgânicos Sul de Minas. As etapas se consolidaram em um espaço de integração onde os novos grupos interessados na avaliação da conformidade orgânica pudessem iniciar as suas ações.

Por meio dessas ações, o trabalho foi se tornando volumoso e atraindo as novas associações para a certificação participativa do OPAC Sul de Minas. Muitas atividades antecedem ao processo de avaliação, que envolvem o conhecimento da legislação pelos interessados, preenchimento do caderno do plano de manejo orgânico, realização das visitas de pares e realização das visitas de verificação. Todas essas atividades tiveram o apoio da equipe do *Projeto de Consolidação do SPG Sul de Minas*. Ao final de 2014, três novas Associações cumpriram as exigências estabelecidas e passaram a compor o grupo de agricultores vinculados ao OPAC (AAFASD, ABAL e AAOF) e o número de agricultores certificados saltou para 55. Para 2015, além de duas novas organizações (CAMPONESA e Sítio Esperança) também houve acréscimo no número de propriedades que passaram pela avaliação da conformidade, ultrapassando 150 unidades.

4.2 Conhecendo as organizações que compõem o SPG Sul de Minas

O SPG Sul de Minas surgiu por meio da criação da Orgânicos Sul de Minas, em parceria do IFSULDEMINAS e EMATER-MG.

As associações e cooperativas que fazem parte da Orgânicos Sul de Minas, são chamadas no SPG Sul de Minas de núcleos e, embora tenham

¹⁷ O Circuito Sul Mineiro de Agroecologia foi composto por 9 etapas caracterizadas por dias campo em propriedades de agricultores do SPG Sul de Minas e foi importante para a integração entre as organizações ligadas a OSM (LABIGALINI et al., 2014).

interesses convergentes em relação à produção sustentável e à Agroecologia, possuem trajetórias e identidades distintas. Preservar essa identidade, foi uma preocupação demonstrada por todos desde o início da constituição da Orgânicos Sul de Minas. Atualmente, a Orgânicos Sul de Minas é composta por 09 associações e 02 cooperativas, porém, dessas organizações somente 07 são solicitantes da avaliação da conformidade, ou seja, são certificadas pelo OPAC Sul de Minas. Aqui, chamaremos estes de fornecedores do SPG Sul de Minas e as 04 que, embora estejam vinculadas à OSM por outros motivos, chamaremos de colaboradoras, pois, mesmo não solicitantes e não tendo formalização de entidade colaboradora, participam de diversas atividades, colaborando, inclusive, em visitas quando solicitados.

4.2.1 As organizações de agricultores - Fornecedoras do SPG Sul de Minas

Em 2015, somaram sete, o número de entidades solicitantes da avaliação da conformidade orgânica pelo OPAC Sul de Minas. Trata-se de entidades com grande predominância de agricultores familiares que têm no sistema de produção orgânico uma prática antiga. Quatro das sete entidades já possuíam algum tipo de certificação, antes mesmo da existência do SPG Sul de Minas.

Neste trabalho, utilizamos o termo “agricultores familiares” para aqueles que se enquadram nos critérios da Lei nº 11.326/2006, ou seja, não detém área maior que quatro módulos fiscais, utilizam predominantemente mão-de-obra da própria família para execução das atividades, tenha um percentual mínimo da renda proveniente das atividades oriundas do seu estabelecimento e ainda dirigem a propriedade com a família. Embora existam outros critérios e teorias para classificação dos agricultores, optamos por este, visto que não era o foco da pesquisa o estudo desta questão e esta é a classificação empregada no

desenvolvimento das políticas públicas. Na descrição a frente que será realizada sobre cada entidade que compõe o SPG Sul de Minas, daremos mais características referentes à produção, envolvimento familiar nas atividades e tipo de produção, tanto dos agricultores familiares, quanto dos não-familiares, para que o leitor possa conhecer um pouco mais sobre o perfil dos agricultores que compõem esta rede.

Os Gráficos 01 e 02 possibilitam a observação das informações sobre categoria dos agricultores e tempo de certificação. Percebe-se pelo Gráfico 01, que existe uma alta predominância de agricultores familiares (86,4%) certificados pelo SPG Sul de Minas, sendo esta uma característica predominante nesse sistema. Os agricultores familiares representam a COOPFAM, ABAL, AAFASD, Camponesa e Sítio Esperança. Os agricultores não familiares estão presentes em maior percentual na APOMM, seguido pela AAOF.

No Gráfico 02, é possível observar que a maioria desses agricultores vem de um longo período no sistema orgânico. Os agricultores com menor tempo de certificação, estão mais concentrados nos dois assentamentos (AAFASD e Camponesa).

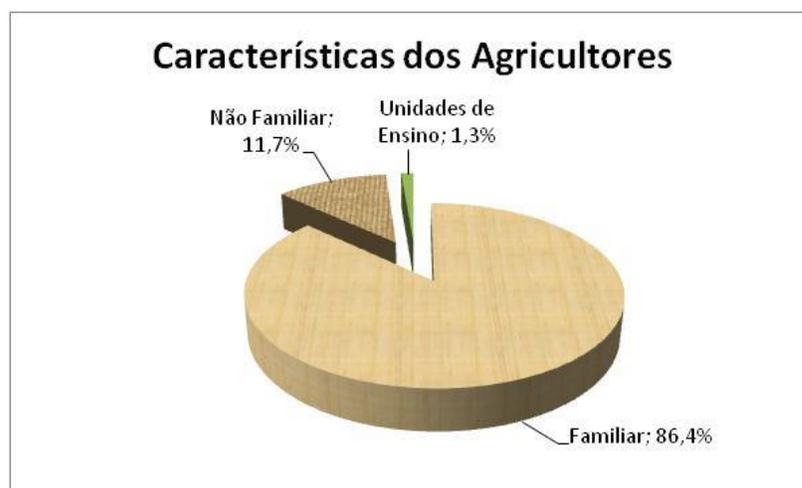


Gráfico 01 Características das unidades certificadas pelo OPAC Sul de Minas quanto a categoria - familiar ou não familiar.

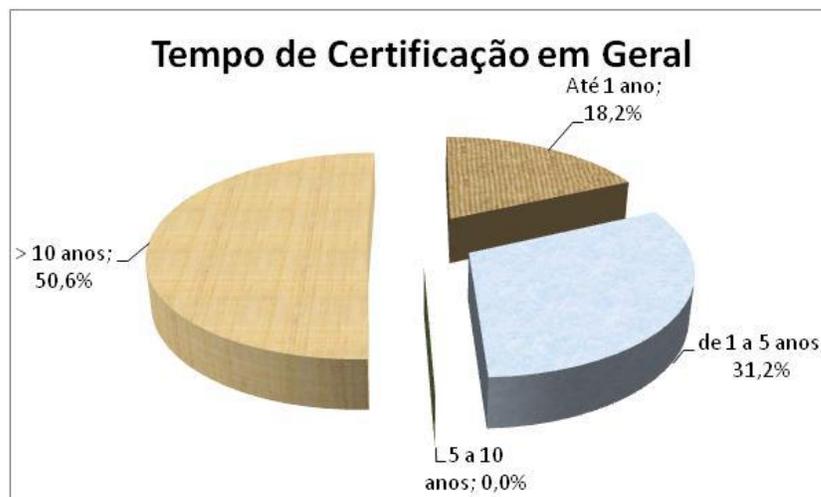


Gráfico 02 Tempo médio de certificação das unidades do OPAC Sul de Minas somando-se os tempos de certificação participativa e por auditoria.

Um breve relato de cada uma das entidades que compõem o SPG Sul de Minas pode ajudar no entendimento sobre a diversidade dessa rede, assim como a característica dos agricultores.

A AAFASD (Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias), localizada no município de Guapé, MG, assim como a Cooperativa Camponesa (Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros) do município de Campo do Meio, MG, são organizações constituídas pelos agricultores familiares dos três assentamentos da Reforma Agrária existentes na região Sul de Minas. A AAFASD, já se encontra no processo de certificação, na OSM, desde 2014, já a Camponesa (Assentamentos Nova Conquista e Primeiro do Sul), somente em 2015 solicitou adesão à OSM e, conseqüentemente, à avaliação da conformidade orgânica. Esses núcleos têm a produção agroecológica como orientação própria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As principais

atividades produtivas estão relacionadas à produção de café, hortaliças, ervas medicinais e pimentas. Destaca-se a produção coletiva de sementes de hortaliças e de cana-de-açúcar que abastece a unidade de processamento de rapadura e açúcar mascavo, da AAFASD. Os agricultores de café da AAFASD e Camponesa, também são associados na COOPFAM, o que tem viabilizado uma comercialização conjunta. A produção orgânica nos assentamentos apesar de diversificada ainda é pequena, o que dificulta o escoamento para comercialização. Ainda são poucas famílias assentadas no processo de certificação (25), mas como são mais de 100 famílias nos três assentamentos (Santo Dias, Primeiro do Sul e Nova Conquista), é possível que o número de agricultores certificados se eleve nos próximos anos. Percebeu-se também, por meio da observação participante, que a certificação orgânica trouxe maior satisfação e elevação da autoestima dos agricultores orgânicos do assentamento, que enxergam na certificação uma oportunidade de conquistar outros mercados, em especial da alimentação escolar.

A Associação Agroecológica de Ouro Fino (AAOF) é uma entidade com 16 anos de existência. Foi constituída com o propósito de fortalecer a produção orgânica e viabilizar a comercialização conjunta da produção. Nesse ínterim, os agricultores passaram pelo sistema de certificação por auditoria e quando a certificação participativa foi regulamentada no país, associaram-se à Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região - ANC, para a certificação das unidades de alguns de seus membros de forma participativa. Em 2012, contribuiu na constituição da OSM e solicitou a avaliação da conformidade pelo OPAC Sul de Minas, em 2014. Atualmente, 16 agricultores integram o quadro de agricultores orgânicos da AAOF, sendo dez unidades de produção certificadas pela OSM e as demais pela ANC. Além da produção de hortaliças, também produzem frutas, café e mel. A comercialização dos produtos se dá principalmente por meio da realização de feira em Campinas. De acordo com os relatos dos agricultores, toda a produção dos associados da AAOF pode ser comercializada na feira. A

Associação faz a gestão desta comercialização, sendo organizado uma forma de escalonamento, onde alguns agricultores se revezam nas atividades da feira, comercializando o produto de todos. Um percentual fica na associação que é revertido em forma de serviços e aquisição de bens coletivos, como o caminhão que utilizam para a feira, que foi adquirido com este recurso. Foi possível observar que para a AAOF, a feira funciona também como um atrativo para a entrada de novos membros, em especial, agricultores familiares que desejam comercializar seus produtos com preço mais justo. Os agricultores não familiares que compõem a AAOF são profissionais liberais e aposentados, não sendo nenhum deles classificado com grande agricultor.

Outra associação originalmente certificada por auditoria a integrar o OPAC Sul de Minas foi a Associação de Bananicultores da Luminosa (ABAL). Trata-se de uma associação comunitária do município de Brazópolis-MG especializados na produção de banana. Agrega cerca de 50 famílias e destas, 14 produzem no sistema orgânico. Certificados pelo IBD desde 2012, em 2014 solicitaram a avaliação da conformidade pelo OPAC Sul de Minas. Após essa adesão, têm procurado diversificar a produção com hortaliças e comercializar direto ao consumidor, por meio de feiras e mercados institucionais. Em razão da alta produção, a comercialização, por meio de intermediários, ainda é necessária. Embora trate-se de uma associação com 100% de agricultores familiares, durante a observação participante foi possível constatar que nem sempre acontece o envolvimento da família na gestão ou na atividade de produção. Em geral, os agricultores são meeiros e a atividade é desenvolvida praticamente pelo homem. Em alguns poucos estabelecimentos percebeu-se a presença dos filhos.

A COOPFAM (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região), é formada, exclusivamente, por agricultores classificados como familiares. Dentre as associações que compõem a OSM, é a mais antiga e consolidada organização de agricultores orgânicos da região. Tem como produto

principal o café certificado pelo selo *fair trade*. Com 25 anos de experiência como associação e mais de 10 anos como cooperativa, adquiriu expertise em produção sustentável, torrefação e exportação de café. Dos seus quase 300 cooperados, mais de 100 trabalham com sistema orgânico. O sistema de certificação até início de 2015, era exclusivamente por auditoria, mesmo fazendo parte da OSM. Em 2015, solicitou a avaliação da conformidade pelo OPAC Sul de Minas e passou a adotar os dois sistemas de certificação: auditoria para exportação e participativo para mercado interno. Além da produção de café, alguns agricultores têm buscado a diversificação com hortaliças, frutas e flores e, ainda, a valorização dos grupos de mulheres e de jovens. Pela observação participante, foi possível constatar que embora o café seja relatado como único produto da unidade, inclusive no certificado, as propriedades têm produção diversificada, com existência de pomares, hortas, galinhas e gado de leite. Nota-se porém, que esta produção é praticamente ignorada, não sendo valorizada e reconhecida por ser utilizada somente para subsistência e não para comercialização. Outra característica observada na COOPFAM foi o forte envolvimento da família, não somente nas atividades produtivas, mas também nos espaços sociais, políticos e de formação promovidos pela cooperativa. Além da existência de um grupo de mulheres, a entidade tem se esforçado para a formação de um grupo de jovens.

A Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira (APOMM) com sede em São Lourenço-MG, abrange cerca de 10 municípios da Serra da Mantiqueira. Além dos produtores orgânicos de hortaliças, cereais, café, mel e frutas, também congrega processadores, consumidores que tenham como objetivos o fomento à produção e consumo de alimentos saudáveis e preservação do meio ambiente. Dos 26 agricultores certificados em 2015, somente sete se enquadra na categoria de agricultor familiar. Os demais têm características variadas, sendo um processador (produção de doces de frutas e de leite) e os demais aposentados e profissionais liberais. Em geral, são pessoas da cidade que

migram para o campo em busca de um estilo de vida diferente, ou mesmo um retorno às origens, chamado por alguns autores de “neururais”. A APOMM tem uma trajetória de 10 anos voltados para ações de educação ambiental, educação alimentar, produção e comercialização de alimentos saudáveis. Mesmo antes da existência do SPG Sul de Minas, os agricultores familiares da APOMM já haviam formado uma Organização de Controle Social (OCS), indicando um claro interesse em encontrar alternativas à certificação por auditoria, visando à comercialização dos seus produtos como orgânicos. A Feira de produtos orgânicos realizada aos sábados no município de São Lourenço, desde a sua fundação, é considerada pelo grupo o principal espaço de integração e geração da credibilidade orgânica entre os próprios agricultores e também entre agricultores e consumidores. A APOMM foi a primeira associação da Orgânicos Sul de Minas a solicitar a avaliação da conformidade, contribuindo, assim, com a criação e prática dos primeiros procedimentos e definição dos mecanismos de controle social do OPAC Sul de Minas para a geração da credibilidade orgânica.

A associação do Sítio Esperança, é a mais nova integrante da Orgânicos Sul de Minas. Trata-se de um grupo dissidente da APOMM, com sede no município de Lambari-MG, que entendendo a importância da proximidade entre os membros como forma de propiciar maior interação e participação, formaram um novo núcleo, liderados pela Escola Agroecológica Sítio Esperança. Embora ainda tenha apenas 5 agricultores, tem grande desejo de proporcionar a inclusão de novos agricultores familiares e, para isso, contam com o potencial das ações educativas desenvolvidas pela Escola Agroecológica.

Essas instituições, além de fazerem parte da OSM, conforme descrito, também integram ao OPAC Sul de Minas, pois são solicitantes da avaliação da conformidade. Para 2016, serão 154 agricultores certificados pelo OPAC Sul de Minas que estão vinculados a uma das 07 entidades acima descritas.

4.2.2 As organizações de agricultores - Colaboradoras do SPG Sul de Minas

Além destas já descritas (AAFASD, Camponesa, COOPFAM, APOMM, ABAL, Sítio Esperança e AAOF), a Orgânicos Sul de Minas também tem outras entidades associadas, porém, por já possuírem certificação¹⁸ não fazem parte do SPG Sul de Minas, como fornecedores e sim colaboradoras, atuando sempre que necessário das visitas de pares ou verificação análise de documentos e formação de colaboradores. Participam, especialmente, de outras atividades da Orgânicos Sul de Minas, como projeto de sementes, circuito sul mineiro de Agroecologia e feiras¹⁹.

A APANFÉ (Associação de Produtores de Agricultura Natural de Maria da Fé) tem uma caminhada de 16 anos na agricultura orgânica. Foi constituída em 1999, por um grupo de agricultores que iniciou a conversão do manejo da produção, seguindo, inicialmente, os princípios da agricultura natural. Em 2012, vincularam-se à Associação Biodinâmica, passaram a adotar os ensinamentos da agricultura biodinâmica como orientação para a produção. Veio aderir à OSM 04 meses após a sua fundação, mas participou e colaborou em todos os momentos de discussão, sendo decisiva sua atuação na elaboração de documentos e articulação para formação dessa rede. Sua produção é voltada para a horticultura, fruticultura, agroindústria coletiva para processamento da produção de seus associados e, ainda, tem forte trabalho de conscientização, multiplicação e produção de sementes orgânicas.

A Associação de Produtores de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras Verdes e a Associação de Agricultores Orgânicos e Biodinâmicos Serras

¹⁸ Ecominas, certificados por auditoria pelo IBD (Instituto Biodinâmico) e Apanfé, Serras Verdes de Serras de Santana certificados pelo sistema participativo no OPAC ABD de Botucatu.

¹⁹ Atividades descritas nos itens 4.4.2 e 4.4.3.

de Santana, sediadas nos municípios de Córrego do Bom Jesus e Sapucaí Mirim, respectivamente, são entidades de agricultores familiares que cultivam hortaliças, frutas e sementes. São associações com mais de 10 anos de experiência que nasceram de grupos dissidentes da Orgânicos da Mantiqueira, uma associação de agricultores orgânicos e empresários que fica sediada no município de Gonçalves-MG.

Atualmente, os agricultores de Serras Verdes e Serras de Santana, assim como os agricultores da APANFÉ, são também associados à Associação Biodinâmica - ABD em Botucatu-SP, onde são certificados pelo sistema participativo, no OPAC ABD Botucatu. O forte trabalho de sementes desenvolvido pela ABD também tem sua raiz nessas associações que, juntamente com a APANFÉ e APOMM, têm sediado, há 5 anos, um evento voltado para a preservação, multiplicação, capacitação e troca de sementes orgânicas e crioulas.

Por fim, ainda compõem a Central das Associações de produtores orgânicos do Sul de Minas a Associação de Produtores Ecológicos do Sul de Minas, a ECOMINAS, com sede em Pouso Alegre-MG, mas com abrangência regional. A associação reúne cerca de 10 produtores da região de Pouso Alegre, quase todos certificados pelo sistema de auditoria, possuem tradição na produção orgânica de diversos alimentos, entre os quais se destacam o café, morango, feijão, batata, cenoura, lichia, outras variedades de frutas e diversas hortaliças. A ECOMINAS, apesar de ter sido a primeira associação a discutir a certificação participativa no Sul de Minas, é a única associação da rede que continua no sistema de auditoria, com exceção da sua presidente, que se associou à COOPFAM e, com isso, é certificada pelo OPAC. Além da presidente, outros membros, diante das dificuldades e particularidades do núcleo, acabaram migrando para outras associações da OSM em busca da certificação participativa.

4.2.3 O papel das instituições parceiras

Conforme já relatado, a constituição do SPG Sul de Minas teve a importante colaboração da EMATER-MG, do IFSULDEMINAS e do MAPA, que atuaram como entidades articuladoras e parceiras no processo.

A EMATER-MG esteve presente desde as capacitações iniciais (oficinas) oferecidas pelo MAPA e foi responsável pela primeira discussão da temática no Sul de Minas durante o Frutifica Minas de 2011, conforme já relatado no 1.1. A inserção da empresa no processo acontece pela constante presença dos Coordenadores Técnicos da Unidade Regional de Pouso Alegre e da Unidade Verde Minas do município de Poços de Caldas, presentes desde o início das discussões. Também vale ressaltar a participação dos extensionistas locais de alguns municípios como Córrego do Bom Jesus (sede da associação Serras Verdes), Poço Fundo (sede da COOPFAM) e do município de Brazópolis, onde a EMATER-MG é sempre elogiada pelos membros da Associação dos Banicultores da Luminosa. No processo de fortalecimento da Agroecologia na região a atuação da EMATER-MG tem sido importante também na formação dos extensionistas, participação em visitas e principalmente atendimento de demandas diagnosticadas durante os momentos de interação com os agricultores orgânicos (Circuitos, visitas, reuniões e eventos).

Ressalta-se que, mesmo a EMATER-MG não tendo um posicionamento claro para uma extensão agroecológica, é notório o empenho que a Unidade Regional de Pouso Alegre e a Unidade Verde Minas em Poços de Caldas tem envidado em prol da Agroecologia na região. Nas reuniões da OSM, são constantes os relatos de que a aproximação da EMATER-MG com os agricultores orgânicos foi um dos maiores ganhos que o SPG proporcionou. A reclamação por falta de assistência técnica e o distanciamento dos técnicos em alguns municípios,

também é comum nas reuniões e visitas onde a participação destes não ocorre, mas apesar disso, é evidente a dedicação e esforço por parte de alguns técnicos.

A participação e contribuição do IFSULDEMINAS foi central na constituição dessa rede agroecológica na qual se transformou o SPG Sul de Minas. Desde o início, apoiado e incentivado pela Pró-Reitoria de Extensão, o Campus Inconfidentes, sede da Orgânicos Sul de Minas, abrigou e ainda se inseriu na nova organização com a solicitação de avaliação da conformidade de uma área do recém-criado Setor de Agroecologia, onde acontecem as pesquisas, os cultivos agroecológicos e a multiplicação de sementes crioulas. Com essa completa inserção no processo, houve maior envolvimento dos estudantes e maior apropriação da metodologia. A atuação do Instituto Federal também possibilitou credibilidade e agilidade ao processo de constituição, registros e credenciamento da OSM e do seu OPAC. A credibilidade, entre outros fatores, tem relação com o intenso envolvimento de alguns servidores nas atividades e também pelo bom nome que a instituição possui na região, com longo histórico de ações em prol do desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar que, em 2013 e 2014, por meio de recursos discricionários, o Instituto Federal apoiou com abertura de editais específicos²⁰ o desenvolvimento de diversos projetos para o fortalecimento da Agroecologia na região, em especial a implantação, consolidação e fortalecimento do SPG Sul de Minas. Por meio dessa ação, foi possível a concessão de bolsas de iniciação às ações extensionistas dos estudantes dos cursos de Gestão Ambiental e Agronomia que, no ano seguinte, passaram a formar o grupo de estudos em Agroecologia e Entomologia 'Raiz do Campo'. Esse grupo de estudantes, sob a coordenação de três servidores, é responsável pelo setor de Agroecologia que é certificado pelo OPAC Sul de

²⁰ O incentivo a projetos de extensão e pesquisa em Agroecologia no IFSULDEMINAS foi realizado com recursos discricionários a partir de demandas de produtores do sul de Minas Gerais (ROCHA et al., 2013).

Minas, onde desenvolvem além de cultivos agroecológicos, pesquisas com multiplicação e preservação de sementes crioulas, implantação do sistema agroflorestal, bioconstrução e ações de educação ambiental. Tem participação ativa nas visitas de verificação, organização e conferência dos registros e documentos do OPAC.

O IFSULDEMINAS, por meio do grupo Raiz do Campo, tem apoiado outras ações da OSM que fortalecem o SPG, como a comercialização em feira livre, inserção de alimentos orgânicos no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), projeto de preservação de sementes crioulas, estágio de vivência em propriedades orgânicas, organização de eventos, dias de campo e apoio logístico para as reuniões. Enfim, é notório que, nessa parceria, há um benefício mútuo. As ações de extensão que o Raiz do Campo desenvolve junto aos agricultores orgânicos estão longe de serem assistencialistas ou mesmo difusionistas. Essas ações têm contribuído para o alcance da missão institucional do IFSULDEMINAS relacionada à formação dos estudantes e ao desenvolvimento regional sustentável. Ao contribuir com o SPG Sul de Minas, o IFSULDEMINAS se fortalece, na região, como instituição de ensino, pesquisa e extensão, oportunizando aos estudantes a formação de uma consciência crítica e social que somente a Extensão é capaz de proporcionar e sem dúvida, contribui com o desenvolvimento sustentável na região.

Outro parceiro com grande protagonismo para o surgimento e credenciamento do SPG Sul de Minas foi o MAPA, especificamente as superintendências de Belo Horizonte, MG e Piracicaba, SP²¹. A iniciativa do órgão em estimular e fomentar os profissionais e agricultores sul mineiros, desde 2010, somada às capacitações realizadas e ao acompanhamento minucioso da tramitação documental do OPAC, garantiu maior celeridade e contribuiu para

²¹ O apoio do órgão se deu desde o início, principalmente por meio dos auditores Lygia Bortolini e Marcelo Laurino.

manter a coesão e a animação do grupo de trabalho durante o processo de credenciamento. Durante e também após o credenciamento, a participação dos profissionais do MAPA foi importante ainda para as capacitações sobre mecanismos de controle social, legislação e organização documental.

4.2.4 O funcionamento do processo de certificação no SPG Sul de Minas

O OPAC Sul de Minas é abrigado pela OSM e esta, por sua vez, possui escritório dentro da Incubadora de Empresas (INCETEC) do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. Como a OSM foi constituída com o objetivo de viabilizar o processo de certificação, assumindo legalmente, por meio do seu CNPJ, a responsabilidade pelas questões relacionadas à avaliação da conformidade orgânica, é muito comum, equívocos sobre quem é o SPG Sul de Minas, quem é a OSM e quem é o OPAC Sul de Minas. Simplificando aqui, o SPG abrange a OSM, o OPAC e qualquer entidade ou pessoa interessada na certificação participativa que oficialize sua adesão por meio de formulários do OPAC, ou seja, é um sistema mais abrangente que reúne pessoas, organizações e entidades governamentais para realizar a certificação participativa.

A OSM é uma central de associações que integra as organizações dos agricultores orgânicos da região, interessadas não só na certificação, mas também na integração, fortalecimento e valorização da Agroecologia e produção orgânica. Já o OPAC Sul de Minas é o departamento de certificação da OSM responsável pelas avaliações de conformidade orgânica, composto pelos representantes dos membros do sistema, fornecedores e colaboradores do SPG Sul de Minas. No Quadro 04, apresenta-se, de forma resumida, essas informações.

Quadro 04 Organismos e composição/função do processo de certificação no Sul de Minas Gerais.

ORGANISMO	COMPOSIÇÃO/FUNÇÃO
SPG Sul de Minas	É constituído pelos grupos de agricultores que participam da OSM, o OPAC e os colaboradores, representados por instituições e consumidores.
Orgânicos Sul de Minas (OSM)	Associação que congrega diversos grupos de agricultores orgânicos e viabiliza a certificação pela criação do seu departamento de certificação.
OPAC Sul de Minas	É o Departamento de Certificação da OSM, sendo responsável legalmente pelas questões relacionadas à certificação.

Partindo desse entendimento básico, vamos compreender melhor, como funciona o processo de avaliação da conformidade orgânica no SPG Sul de Minas.

Sobre a entrada de novos membros na certificação participativa, pode-se dizer que se trata de uma decisão da base, ou seja, dos grupos de agricultores. Ao ingressar um novo membro em um grupo de certificação, cabe aos agricultores do próprio grupo aceitá-lo e também orientá-lo quanto à documentação, registros e normativos do OPAC. O grupo organiza e realiza a visita de pares na unidade de produção, orientando-o sobre os procedimentos necessários para receber a avaliação da conformidade. Estando o membro apto a receber a visita de verificação, na avaliação do seu grupo, o coordenador solicita ao OPAC, por meio de formulários próprios, sua avaliação da conformidade orgânica, que acontecerá na mesma ocasião que as demais propriedades que compõem o referido grupo, por meio da visita de verificação. A decisão da avaliação da conformidade, se dará ao final da visita de verificação, porém, a deliberação do certificado será na reunião final do OPAC.

O selo emitido pelo OPAC Sul de Minas tem duração de 01 ano, conforme determina a lei. Desde os primeiros selos, o OPAC Sul de Minas padronizou que todos os certificados têm validade de janeiro a dezembro. Também está

padronizado que todas as visitas de pares acontecem no primeiro semestre, como forma de preparar o agricultor para receber a visita de verificação, que acontece no segundo semestre e após a realização de todas as visitas de verificação é realizada a reunião do OPAC para deliberação sobre a emissão dos certificados. Nessa reunião, também acontece uma socialização das experiências de cada núcleo e a avaliação das visitas. Esses procedimentos, até o momento, têm contribuído e facilitado a administração na emissão dos certificados. Quando algum agricultor solicita adesão no meio do ano, precisa acompanhar as visitas de verificação do seu grupo, e somente no próximo ano iniciará o processo com visita de pares em sua propriedade. A critério do grupo, pode acontecer visita de pares e verificação no segundo semestre, como forma de agilizar a emissão do certificado, mas, esse procedimento somente é adotado quando o agricultor já está inserido de alguma forma com a OSM por meio de alguma associação e notoriamente tem condição de ser certificado.

No Quadro 05, pode-se observar as ações e procedimentos a serem seguidos pelos membros para a obtenção da certificação.

Quadro 05 Ações e procedimentos ligados ao processo de certificação participativa do OPAC Sul de Minas.

AÇÃO	PROCEDIMENTO
Solicitação de adesão ao grupo	O grupo analisa o pedido e se necessário realiza uma visita à unidade de produção.
Caso aprovada a entrada de novo membro	O novo membro é orientado quanto aos procedimentos, normas e documentação: Plano de manejo orgânico, formulários e registros das atividades.
Realização de visita de pares (1º Semestre)	O grupo troca experiências, sugere melhorias na unidade produtiva e confere os registros e documentação necessária.

Realização de visita de verificação (2º Semestre)	O agricultor recebe a comissão de avaliação para decisão da conformidade orgânica.
Reunião do OPAC	A decisão da comissão de avaliação será confirmada pelo OPAC e se tudo certo, o agricultor receberá a certificação para o próximo ano.
Certificado	O certificado terá validade de um ano (Janeiro a Dezembro).

Fonte: Documentos do OPAC (2015)

Os documentos normativos do OPAC são: estatuto da OSM, manual de procedimento operacional do OPAC, regimento interno do OPAC, formulários para a entrada de novos membros tanto fornecedores quanto colaboradores, contrato com o OPAC, solicitação de avaliação da conformidade, formulários de visitas de pares e visita de verificação. Todos os documentos ficam disponíveis no escritório da OSM, que também funciona como escritório do OPAC, podendo ser solicitados por qualquer pessoa. Em geral, todas as entidades da Orgânicos Sul de Minas recebem cópia em arquivo digital e/ou impressa desses documentos quando ingressam e cabe a elas, a socialização com os seus membros.

Em se tratando da adesão de um novo núcleo, ou seja, uma associação ou cooperativa de agricultores, a entidade interessada deve, primeiramente, proceder sua vinculação à OSM, enviando correspondência à presidência, que aguarda a próxima assembleia para oficializar a adesão. Antes disto, por e-mail, a diretoria já informa e manifesta sua opinião, pois as Assembleias são semestrais, podendo demorar dependendo da época de solicitação. Após entrada na Orgânicos, o grupo passa a receber orientação sobre os procedimentos da avaliação da conformidade. Essas orientações têm sido realizadas, principalmente, pelos servidores do IFSULDEMINAS com o grupo de Agroecologia “Raiz do Campo” e pelos agricultores, coordenadores de grupo e coordenador do OPAC. Não existe uma

norma sobre isso, até o momento, todas as orientações foram realizadas voluntariamente, embora alguns coordenadores já discutam a possibilidade de cobrar por essa consultoria, pois gera custo e demanda tempo dos agricultores.

O OPAC Sul de Minas possui, atualmente, 154 agricultores certificados, ligados a 28 grupos e esses grupos em 07 núcleos. Cada grupo possui um coordenador e é esse coordenador que representa os demais agricultores nas reuniões ou espaços onde são planejadas as visitas, discutidos a entrada de novos membros, a revisão de documentos e questões ligadas ao processo de certificação. Dentre os coordenadores, existe um escolhido para ser coordenador do OPAC. Esse coordenador tem a função de assinar e emitir em nome do OPAC os certificados, além da atribuição de fazer fluir a comunicação entre os coordenadores e destes com todo o SPG.

Os procedimentos básicos para a avaliação da conformidade que envolve maior planejamento são as visitas de pares e de verificação. O MAPA exige um cronograma atualizado dessas visitas. Com o aumento do número de unidades avaliadas, em 2015 esse planejamento passou a ser realizado, juntamente, com um evento de formação e integração dos coordenadores do OPAC²². Nesse encontro, os coordenadores, juntamente com representantes da diretoria da OSM, dos membros colaboradores da EMATER-MG e IFSULDEMINAS, elaboram o cronograma das visitas de pares, visitas de verificação, constituem as equipes com o quórum mínimo previsto nos regimentos, revisam e alteram documentos quando necessário e ainda elaboram a programação das atividades coletivas de capacitação e integração como o circuito de Agroecologia e Festa das Sementes. O encontro tem duração de 03 dias e, ainda, conta com a discussão e entendimento

²² Para saber mais sobre esse encontro, ver VEIGA, J.C.; HIRATA, A.R.; FRANCO, F.F.; LABIGALINI, I; GUERRERO, A.R.; ROCHA, L.C.D. A experiência de integração e formação da Central das Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 9., *Anais...* BELÉM, PA. 2015.

do papel do coordenador, especialmente como forma de inserir e capacitar os novos coordenadores.

Por fim, trataremos sobre as despesas da certificação. O custo com a certificação é pago pelo agricultor quando recebe o selo e variável de acordo com a categoria familiar e não familiar. No ano de 2015, o valor foi de R\$ 150,00/ano para agricultores familiares e R\$ 220,00/ano para agricultores não- familiares. A gestão desse recurso que entra no caixa da OSM, anualmente, é feita pelo tesoureiro e, praticamente, é utilizada para viabilizar a participação dos agricultores nas visitas de verificação e reunião do OPAC. Até o momento, não se tem gastos com espaço, incluindo uso de telefone, internet e secretária, pois estes têm sido arcados pelo Campus Inconfidentes, que ainda auxilia com transporte para as visitas, sempre que possível, uma vez que servidores e estudantes sempre acompanham essas ações como atividades de extensão. Nas visitas de pares, realizadas no próprio grupo com pouca participação de agricultores de outro núcleo, os custos de deslocamento e alimentação, quando existem, ficam por conta de cada agricultor participante. Já, as visitas de verificação, onde é obrigatória a presença de, no mínimo, um agricultor de outro núcleo (aval cruzado), o OPAC assume as despesas com o deslocamento, alimentação e, ainda, uma diária equivalente ao dia de serviço na propriedade (R\$ 50,00). Essa forma de compensação tem sido muito positiva e vista como necessária para envolver mais pessoas que, por falta de mão de obra na família, muitas vezes não podem se ausentar da propriedade, e com o auxílio, têm condições de contratar um substituto, no dia em que realiza visita. O valor da certificação anual é calculado em função desses custos, durante o encontro de formação de coordenadores, assim como a decisão de como utilizar o recurso.

Em síntese:

Por meio da reconstrução do histórico de formação do SPG Sul de Minas, com descrição detalhada do contexto, dos atores, da metodologia e procedimentos utilizados para a constituição e funcionamento dessa rede, foi possível perceber alguns elementos importantes nesse processo. Entre eles, podemos citar o contexto favorável para a implantação do SPG, com forte presença e comprometimento de agricultores orgânicos organizados, além da clara experiência e histórico das associações existentes. Outro fator que destacamos, foi o apoio dos parceiros, assumindo, desde o início, o papel de facilitadores do processo, viabilizando, por meio de projetos, apoio administrativo, técnico e logístico. Verificou-se, ainda, que esse apoio tem proporcionado uma redução dos custos, tornando a certificação mais acessível, além de uma maior credibilidade pelo envolvimento de instituições públicas. Por outro lado, a parceria também trouxe benefícios às instituições parceiras, aproximando técnicos e estudantes da agricultura orgânica e influenciando o discurso e a prática dessas instituições.

4.3 Os processos de geração de credibilidade e avaliação da conformidade Orgânica no SPG Sul de Minas

Diversos são os processos de geração da credibilidade para a garantia da qualidade orgânica em um SPG. Em todos eles, diferentemente de uma certificação por auditoria, onde a credibilidade advém de um distanciamento entre auditor e auditado (imparcialidade), as relações sociais construídas entre membros do sistema (agricultores e colaboradores) representam um importante mecanismo de controle para a garantia da qualidade.

Por meio do grupo focal e observação participante, esta pesquisa buscou entender como se dá o processo de geração da credibilidade para a avaliação da conformidade orgânica no SPG Sul de Minas, baseado nos princípios descritos pelo Fórum Latino- Americano de SPG (CARTA, 2009): participação, confiança,

transparência, autodeterminação e diálogo de troca de saberes. E no entendimento dos principais mecanismos de controle social utilizados, como a visita de pares, visita de verificação, reuniões e registros.

4.3.1 Os princípios que sustentam o SPG Sul de Minas

4.3.1.1 Confiança

Inicialmente, o grupo focal buscou entender como são construídas as relações de confiança no SPG Sul de Minas. Nesse sentido, os agricultores participantes da entrevista, relataram que, no âmbito do núcleo, ou seja, no âmbito das associações, a confiança entre os membros advém das relações sociais e o convívio preexistente aos trabalhos de certificação participativa. Alguns residem na mesma comunidade, mantendo relações de amizade ou parentesco, outros, mesmo distantes desenvolvem ações conjuntas, como participação em feiras e outras atividades relacionadas ao funcionamento da associação. Essa capacidade de organização, convivência e confiança mútua para o desenvolvimento de ações coletivas que levam ao benefício mútuo é o que Putnam (2007) denomina de Capital Social. Para Camargo (2015), o conceito de capital social é bastante eficaz para a compreensão do funcionamento dos SPGs, pois trata-se de uma visão onde as relações entre os indivíduos importam, conforme relatou um dos participantes no grupo focal:

A confiança vem do contato com os agricultores... a confiança em si, eu acho que é gerada a partir do momento que você conhece a pessoa, vê a realidade da pessoa, através de estar próximo da pessoa vai gerando confiança (J.P.S., Entrevista, 2015).

Aqui, o agricultor aborda a questão da importância dessas relações de convívio para se estabelecer confiança. Essas relações estão vinculadas ao “estar próximo”, de se visitarem, interagirem e manterem alguma forma de contato, de modo a obter informação sobre cada membro do grupo. Dessa forma, a interação pessoal torna-se um meio econômico e seguro de obter informações acerca da confiabilidade das pessoas, fomentando a confiança (PUTNAM, 2007 p. 182).

Nesse sentido, foi constatado durante a observação participante que os grupos se cercam de vários cuidados na aceitação de um novo membro, como a necessidade de indicação de um membro da associação, obrigatoriedade de acompanhar as atividades e, ainda, buscam sempre trabalhar em grupos menores, buscando proporcionar maior convívio e participação nos espaços criados pela certificação.

Para se trabalhar em grupos menores, os núcleos se dividem em grupos e, em cada grupo, existe a presença de um coordenador. Nas palavras de um agricultor, o papel dos grupos seria de filtrar os problemas, discutir na base, pois para ele, é na base que as pessoas se conhecem e é mais fácil resolver os conflitos, conforme seu relato: *“Dentro de cada núcleo, tem grupos e já existe uma filtragem... os grupos funcionam como um filtro de linha e se os problemas do grupo chegarem no OPAC não funciona”* (M.J.B., Entrevista, 2015)

Atualmente, o SPG Sul de Minas tem 07 núcleos e cada núcleo está subdividido em grupos, de acordo com critérios estabelecidos pelos próprios agricultores, que, em geral, obedecem às condições geográficas ou afinidades pela atividade desenvolvida.

No Quadro 06, apresentam-se as informações sistematizadas do SPG Sul de Minas, em relação aos quantitativos dos grupos e agricultores certificados, bem como dos municípios de abrangência de cada núcleo. Neste quadro, é possível notar as divisões em grupo realizadas em cada núcleo, o que demonstra a preocupação em trabalhar com grupos sempre menores, com maior afinidade e, principalmente, proximidade. A proposta de divisão do grupo de Itamonte em dois grupos, no próximo ano, foi dada pelo seu coordenador que, embora tenha clareza da afinidade e confiança que une seu grupo, mostrou-se preocupado com o tamanho e a distância que separa seus membros, dificultando a participação em atividade de interesse do coletivo, como reuniões, dias de campo e feira. Em sua fala, esclarece que *“é pesado o papel da coordenação de grupos assim, somos*

agricultores, temos que produzir, vender e, ainda, cuidar do grupo, não dá acompanhar e fazer o que precisa ser feito” (I.M.F., Entrevista, 2015).

Quadro 06 Núcleos, municípios de abrangência, número de grupos, número de agricultores, vinculados ao OPAC Sul de Minas.

Núcleos	Municípios abrangência (MG)	Nº de grupos	Agricultores Certificados OPAC Sul de Minas
AAFASD	Guapé	05	14
AAOF	Ouro Fino, Inconfidentes, Borda da Mata	03	10
ABAL	Brazópolis	03	13
APOMM	Pedralva e Delfim Moreira, Carmo de Minas, Itamonte, Virgínia, Conceição Aparecida, São Tomé das Letras, Soledade de Minas, São Lourenço	04	26
COOPFAM	Poço Fundo, Machado, Andradas, São Sebastião da Bela Vista, Campo do Meio, Guapé, Campestre	11	74
CAMPONESA	Campo do Meio	03	14
Associação Sítio Esperança	Lambari	01	3

Fonte: Documentos do OPAC (2015)

Os procedimentos e critérios relacionados à entrada de novos membros nos núcleos de certificação, embora sejam definidos em cada grupo/núcleo e não

pela Orgânicos Sul de Minas, percebe--se uma semelhança entre eles. Em geral, foi relatado que o candidato a ingressar no processo de certificação precisa ser apresentado por um ou mais membros, “apadrinhado”, com isso, exige-se que o novo membro já seja da confiança de alguém, e esta é transmitida aos demais. Além disto, também se exige que o candidato acompanhe as atividades por um determinado tempo, que varia de acordo com cada grupo, (este tempo pode chegar até um ano) e seja visitado antes da adesão oficial. Com isso, na opinião dos grupos, exclui-se a possibilidade de pessoas estranhas que não comungam com os ideais do grupo venham fazer parte da organização.

Como o SPG Sul de Minas ainda é recente, não existem relatos de problemas com a entrada de membros não confiáveis, mas já houve um caso onde o membro não se adequou ao sistema participativo, buscando na auditoria a certificação para a sua produção.

No caso da ABAL, a exigência ainda é maior, pois só admite a entrada de agricultores familiares que residem na comunidade (Luminosa). Questionados sobre o porquê, o grupo alegou que esta é uma condição para que eles possam dar a garantia da conformidade, pois a proximidade entre eles permite o acompanhamento, conhecimento do processo de produção e intenção do agricultor. O fato de ser “agricultor familiar”, faz com que o grupo tenha maior interação e identidade.

...Primeiro entra no grupo, integra com o grupo, começa entender o processo. Alguém tem que conhecer a pessoa. Ir lá. À medida que o tempo vai passando, vai melhorando a relação.... Um só apresentar também é ruim... Tivemos uma pessoa que foi prefeito e ajudou fundar nossa associação, mas mora longe e hoje quer entrar, mas ele não pode (Agricultores da ABAL, Entrevista, 2015).

Em relação à confiança em outros núcleos, foi diagnosticada situação diferente, pois antes da constituição do SPG Sul de Minas, estas entidades eram distantes umas das outras, não existindo relações estabelecidas e muitas sequer se conheciam, com exceção das associações²³ que são vinculadas à ABD (Associação Biodinâmica). A confiança, nesse caso, está relacionada no processo, eles acreditam na metodologia e no sistema que o OPAC adota para dar a garantia da conformidade. Os núcleos acreditam que as mesmas exigências cobradas dos seus grupos, também são cobradas dos outros. Novamente, a teoria do capital social auxilia na compreensão dessas relações construídas no SPG Sul de Minas, onde a participação e o estabelecimento de regras estimulam a cooperação e a confiança, reduzindo as possibilidades de transgressão e favorecendo modelos de cooperação futura (PUTNAM, 2007).

Observa-se que entre agricultores do mesmo núcleo de certificação as relações sociais e coletivas desenvolvidas por eles antes mesmo da existência do SPG são suficientes para que exista confiança. Quando se deparam com a solicitação de entrada de novos membros ou, no caso, com a convivência com outros grupos que, por não serem do convívio, ainda não gozam dessa credibilidade, os agricultores se valem das normas e regras construídas por cada organização e pelo OPAC.

As regras sociais segundo Coleman, transferem do ator para outrem o direito de controlar uma ação, normalmente porque tal ação tem “externalidades”, isto é, consequências (positivas ou negativas) para outrem (PUTNAM, 2007, p. 181).

Assim, nota-se que as regras e normas internas dos núcleos dão suporte à geração de confiança, quando ainda não existe a interação, transferindo para

²³ Serras Verdes, Serras de Santana e Apanfé.

outros o controle da ação. Ou seja, o que um faz por hábito e crença, será cobrado por meio de normativos daqueles que estão ingressando no sistema. No caso, o outro passa a ser a entidade traduzida pelo OPAC ou, até mesmo, pela própria associação da qual faz parte.

Outro fato lembrado pela maioria dos núcleos é que a Orgânicos Sul de Minas se constituiu da união de núcleos maduros e já consolidados na Agroecologia. Mesmo que as entidades estivessem isoladas, a credibilidade de cada uma já era conhecida e, ainda somado a isso, tem a credibilidade das instituições parceiras que acompanham cada núcleo como EMATER-MG e o IFSULDEMINAS na assessoria da OSM.

A confiança com outros grupos se dá pela Orgânicos Sul de Minas e por vocês. O que se cobra da APOMM também se cobra dos demais... a confiança nos outros grupos é outorgada pela OSM e pelos coordenadores do grupo. (Agricultores APOMM, Entrevista 2015).

Observa-se, assim, o que afirma Putnam (2007, p. 178), segundo o qual “A cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar confiança: confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você”.

Entretanto, a interação entre os núcleos do SPG, de modo geral, ainda é baixa. O pouco tempo de existência do SPG e ainda a distância entre os grupos, parecem dificultar essa interação. Zolin e Hinds (2002), citados por Medaets (2003), afirmaram que existem situações em que os sujeitos estão geograficamente distantes um dos outros e que, por isso, devem confiar mais em tecnologias para potencializar sua interação. Nesses casos, a confiança pode se desenvolver com mais dificuldade, pois os membros têm menos oportunidade de interagir face a face, tem menos interação espontânea e, muitas vezes, são mais heterogêneos, porque pertencem a diferentes contextos. Essa teoria é confirmada no relato dessa agricultora.

A convivência com outros núcleos desconhecidos gera receios, devido à responsabilidade solidária que todos assumem, mas a metodologia de conhecer os outros grupos pelas visitas é o que pode gerar essa confiança (D.B.M., Entrevista 2015).

Porém, observa-se que essa visita cruzada, onde os membros de um núcleo visitam agricultores de outros núcleos, está muito centralizada na pessoa do coordenador. Foi lembrado que o coordenador, representante do grupo no OPAC, ao participar das visitas de avaliação em outros núcleos assume a responsabilidade em nome daquele grupo na avaliação da conformidade. Para que isso funcione bem, o coordenador precisa cumprir seu papel de articulador nessa rede, melhorando a comunicação do grupo com o OPAC como um todo, o que, talvez pela falta de experiência, ainda não esteja acontecendo, efetivamente, em todos os grupos, segundo informações obtidas durante as entrevistas e confirmadas pela observação participante. No entanto, durante as discussões e reflexões provocadas durante as entrevistas, ficou claro que os grupos se mostraram dispostos a contribuir com as melhorias e entendimento. A rotatividade dos coordenadores foi trazida, em todos os grupos, como fator importante para que todos possam se conhecer melhor e assumir as responsabilidades.

Em geral, os núcleos mostraram confiança no sistema participativo, nas metodologias, nas instituições apoiadoras e no trabalho que já foi realizado, indicando que a confiança, defendida como um princípio pelo Fórum Latino Americano de SPG está presente SPG Sul de Minas.

4.3.1.2 Participação

Pode-se dizer que a participação para a avaliação da conformidade nos SPGs é muito mais que somente uma ação desejável: trata-se de uma premissa básica, requerida e obrigatória para o funcionamento de um sistema participativo. A legislação brasileira reconhece que certificação pode acontecer de forma participativa, sendo esse reconhecimento, uma conquista, pois nem sempre os envolvidos e interessados na garantia da qualidade puderam participar desse processo.

O grupo focal e a observação participante buscou compreender quais são os espaços de participação e como ela acontece no SPG Sul de Minas. Constatou-se que, na visão dos agricultores, as visitas de pares, de verificação, as reuniões, feiras e os dias de campo, foram os espaços considerados mais importantes para a geração da credibilidade, pois necessitam da participação de todos os membros do sistema, em especial dos agricultores para que cumpram o seu papel. Relataram que o grau e os espaços de participação variam de pessoa pra pessoa e entendem ser natural essa diferenciação, afirmando ser impossível cobrar o mesmo nível de participação de todos.

Para eles, cada um participa e colabora da forma que tem mais condição, lembrando que enquanto alguns atuam no papel de diretoria ou coordenação de grupo, outros ficam mais na produção e comercialização. Os primeiros têm mais oportunidades de participar das ações fora do âmbito do núcleo, como é o caso das reuniões de OPAC e das visitas de verificação.

A participação acontece de maneira diferente entre os agricultores. É preciso ter um olhar para cada situação. Não dá para cobrar de todos o mesmo nível... em relação à visita, é necessário cobrar mais a

participação, pois é importante que todos se visitam, se conheçam, pois é isso que gera a credibilidade (R.S., Entrevista, 2015).

As visitas de pares e de verificação foram lembradas como importante espaço de geração de credibilidade, por isso, não abrem mão de que todos os agricultores solicitantes da avaliação da conformidade participem. Na visão dos agricultores, a participação nas visitas acontece de maneira satisfatória, mas entendem que, por ser o principal mecanismo de controle social e garantia da credibilidade do SPG, precisa ser melhorada. A presença de técnicos ainda está restrita aos colaboradores do IFSULDEMINAS e em alguns municípios da EMATER-MG. Sobre a participação de consumidores, apesar de não ser obrigatória pelos normativos do SPG Sul de Minas, o grupo tem feito esforço para envolvê-los, mas ainda com raras participações.

Em relação às visitas, alguns defendem que é preciso ter mais foco na verificação da conformidade e não somente troca de saberes e interação. Mas, para outros, o momento da visita para interação é muito importante para o fortalecimento do sistema e mesmo sendo mais “solta” o grupo dá conta de avaliar a conformidade, pois existe um roteiro que precisa ser seguido e um formulário a ser preenchido, além disso, alegam que a confiança é a maior garantia.

Quando se trata da visita de verificação em outros núcleos, entendem que os agricultores precisam participar mais para se estabelecer a confiança. Na prática, é quase sempre o coordenador que participa e, nem sempre, existe o espaço para que esse coordenador converse com seu grupo para repassar a percepção que ele teve das unidades visitadas. Com isso, a interação entre agricultores de núcleos diferentes tem sido baixa e a maioria alegou não conhecer todas as unidades certificadas ou conhecer poucas de outros núcleos.

Mesmo entre os coordenadores e membros de diretoria, considerados com alto grau de participação, a participação não acontece da mesma forma, alguns

têm maior disponibilidade e outros, maior preparo. Na opinião dos agricultores, a distância e os inúmeros afazeres que a produção exige, têm dificultado a participação de todos nos diferentes espaços, daí justificaram a participação de um representante em diversas atividades.

Temos dificuldades de nos encontrar. Temos um ideal e uma realidade. Temos desde o começo umas “figuras” que se dispõem a fazer esta ponte e por isso não temos todos o mesmo domínio (A.A.N., Entrevista, 2015).

Esse depoimento traduz a dificuldade enfrentada por muitos agricultores, em razão da distância e aos afazeres, mas para alguns agricultores, em especial aqueles que atuam na função de coordenador ou diretoria de alguma associação, a situação de dificuldade é a mesma para todos, mas o sistema não funciona se não houver participação.

...todos nós somos pessoas ocupadas, mas sem participar a coisa não funciona. Já escutei que “tava tendo reunião demais, se eu não dispensava da reunião... eu não dispense ninguém. (P.R.D.S., Entrevista, 2015).

Demo (2009), afirma que muitas desculpas são justificativas para o comodismo, uma vez que participação supõe compromisso, envolvimento e presença em atividades nem sempre tranquilas.

Em se tratando de participação nas atividades do SPG Sul de Minas, o ideal, na visão do agricultor, seria o mesmo grau de participação para todos, mas conforme o relato, a realidade não permite. A participação de um representante tem sido a estratégia encontrada, normalmente esse representante é quase sempre o coordenador ou um membro da diretoria.

Apesar do pouco tempo de constituição do SPG Sul de Minas, e pouco relacionamento entre agricultores de diferentes núcleos, a cooperação é percebida

em situações onde esta é requerida. Exemplos são as feiras, onde há sempre muito envolvimento e colaboração, levando-nos a analisar que o capital social já está consolidado, pois foi herdado das instituições que compõem a OSM. Segundo Putnam (2007), voluntariamente, a colaboração em comunidades com Capital social herdado (como estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistema de participação cívica) é facilitada.

Na acepção de Demo (2009), a participação nunca está de modo totalmente satisfatório, pois se trata de um processo e, como tal, está sempre em construção. A cultura da participação requer tempo para ser construída (CAMARGO, 2015) e, nem sempre, essa construção é rápida ou acontece da mesma forma para todos. Ao que parece, o SPG Sul de Minas, apesar de todos os avanços, ainda precisa de um pouco mais desse tempo para ampliar e elevar o nível da participação dos seus membros.

Nesse sentido, os agricultores reforçaram a necessidade da formação dos agricultores dentro do sistema, para que compreendam a importância da participação como mecanismo de geração de credibilidade, enfatizando que sem participar não dá para conhecer e sem conhecer não é possível confiar. A formação para eles acontece quando todos atuam como coordenador, nesse sentido, em todos os grupos de entrevista, há consenso de que deve haver sempre um rodízio anual ou bianual, para que todos contribuam e tenham a oportunidade de participar com maior intensidade e, com isso, aprender mais.

Dessa forma, ficou evidente que o fortalecimento do SPG Sul de Minas depende da participação ativa de todos os seus membros, mesmo que em grau diferente.

4.3.1.3 Transparência e auto determinação

Sobre os princípios da transparência e da autodeterminação, definidos na carta de princípios do Fórum Latino- Americano, várias vezes referenciada neste trabalho, teve-se um entendimento que esses princípios estão inter-relacionados e fortemente ligados à forma de gestão de um SPG, que deve ser descentralizada e horizontal, não havendo uma hierarquia ou centralização na tomada de decisões. Nesta pesquisa, buscou-se investigar sobre a prática desses princípios, abordando questões sobre o conhecimento a respeito dos membros que participam do sistema, se conhecem os procedimentos de avaliação da conformidade, se participam das decisões importantes ou sabem como elas são tomadas e, por fim, se assumem e fazem questão de participar do planejamento e execução das atividades como forma de contribuir com o funcionamento do sistema. As respostas a essas questões tiveram diferentes abordagens que passam pela comunicação, atuação dos coordenadores como elo dos agricultores com o OPAC, conhecimento e questionamento sobre os mecanismos de avaliação da conformidade, conceitos básicos do SPG, além da consciência do comodismo que causa em alguns o apoio dos parceiros.

O modelo de gestão em rede, característica de um SPG, aproxima todas as informações e decisões da base. Dessa forma, é possível maior envolvimento dos atores locais, gerando mecanismos de apoio ao desenvolvimento local, fortalecendo a autonomia dos agricultores (CARTA, 2009) e conferindo maior transparência ao sistema.

Santos (2005) afirmou que as informações a respeito do processo de avaliação da qualidade e obtenção do selo precisam ficar sempre disponíveis, não sendo, portanto, confidenciais.

Entendendo que uma boa comunicação é essencial ao modelo de gestão em rede, para que o conhecimento e apropriação da metodologia seja melhor, investigou-se como a comunicação acontece no SPG sul de Minas. Nesse sentido, foi percebida uma certa fragilidade, indicando que as informações nem sempre

chegam na ponta, ou seja, muitas vezes, para no meio do caminho ou melhor dizer, no nó da rede.

No grupo focal, afirmaram que as informações do OPAC sobre entrada de novos membros, eventos e reuniões não são de conhecimento de todos, ou, demora para chegar. Apesar da Orgânicos Sul de Minas dispor de páginas na internet (site e redes sociais), os agricultores não estão acostumados ou, não é uma ferramenta acessível a todos, assim como e-mail. Reconhecem os esforços da OSM e atribuem a dificuldade de informação a pouca atuação do coordenador como “nós” dessa rede, aproximando o OPAC do seu grupo. Em geral, foi informado que os coordenadores concentram mais o trabalho em organizar e participar das visitas, além de enviar documentos para o OPAC.

Buscou-se, portanto, compreender como os agricultores estão inseridos no processo de avaliação da conformidade, se eles compreendem a metodologia, conhecem as entidades que fazem parte da rede e, ainda, se participam da gestão, das decisões e planejamento das atividades do SPG Sul de Minas. Sobre o processo de avaliação da conformidade, os membros manifestaram ter pleno conhecimento do processo para a obtenção do selo, a função de cada mecanismo de controle e da importância deles para a geração da credibilidade, citando as visitas e os registros sem, contudo, deixar de ressaltar a importância da confiança e participação. Para J.P.B. *“as visitas cumprem bem o papel de avaliação, mas não é tudo, precisa ser complementada com os registros e o que vale mesmo é a confiança”* (J.P.B., Entrevista 2015).

Em relação ao funcionamento do SPG como rede que envolve diversas organizações, os agricultores demonstraram pouco conhecimento das organizações que compõem a rede. Alguns tiveram dificuldade em distinguir a OSM do SPG e do OPAC e a divisão entre núcleos e grupos não está tão clara para todos, o que é essencial para entender e participar das decisões tomadas no SPG. Segundo Santos (2005), quanto maior for a participação dos atores no

processo de certificação participativa, melhor será a compreensão e prática de todo o processo. Quanto mais dinâmico e organizado for o grupo, mais fácil será trabalhar e gerar credibilidade e melhor a transparência. Para o autor, essa aproximação da certificação com a base (agricultores e certificação) é uma característica própria dos SPGs que favorece essa participação. Essa afirmação demonstra que a compreensão, a transparência e a autonomia estão muito atreladas à participação, sendo que esta, muitas vezes, é tímida ou acontece de forma passiva para muitos.

Essa fragilidade pode estar associada à forte presença do IFSULDEMINAS desde o início do processo de constituição do SPG, levando alguns a se acomodarem, transferindo para o IFSULDEMINAS, suas próprias responsabilidades, como convocar uma reunião, providenciar espaço e, até mesmo, resolver problemas específicos do grupo em visitas de pares. Como já descrito, neste trabalho, a participação é uma cultura que precisa ser construída. Nem sempre se tem o hábito de participar e é sempre mais prático receber as coisas dos outros (DEMO, 2005). No sentido da transparência, participar significa ampliar as possibilidades de tornar as ações mais visíveis.

O fato de o Campus Inconfidentes, ser a sede da OSM, se, por um lado, contribui para diminuir as despesas e proporcionar outros benefícios à entidade, por outro lado, pode estar levando muitos agricultores a se acomodarem, esperando as decisões e iniciativas virem do IFSULDEMINAS, além de alguns associar o OPAC, como algum órgão do IFSULDEMINAS ou tutelado por ele, conforme relata um coordenador mais experiente.

Muitos veem vocês (do IFSULDEMINAS) como babás da OSM. O coordenador faz isso (referindo ao OPAC) e todos precisam entender a função dele e só entende quem exerce ou participa (J.P.B., Entrevista, 2015).

Cientes dessa dependência e fragilidade, o IFSULDEMINAS organizou em 2015 o encontro de integração da OSM, onde aconteceu também a formação dos coordenadores. Conforme já descrito, nesse encontro, os coordenadores se reuniram para discutir seu papel, fazer o planejamento das visitas, revisar documentos e avaliar as ações. Com certeza, este foi um importante momento de formação criado no SPG Sul de Minas, pois o coordenador de grupo assume uma responsabilidade muito importante na geração de credibilidade, sendo responsável por fazer a ponte entre os agricultores do seu grupo com o OPAC e com os outros grupos e o OPAC. Além disso, ainda é um disseminador de informação e contribui na cadeia de relações de confiança. Esse encontro foi avaliado por todos como necessário para estabelecer e fortalecer as relações de confiança na rede, além de conferir maior autonomia aos agricultores para planejar e executar as atividades respeitando as especificidades dos grupos. Com isso, o evento passou a ser obrigatório e compor o calendário de atividades do SPG Sul de Minas, deixando de ser apenas um evento do IFSULDEMINAS.

O cronograma de todas as visitas que resulta deste trabalho é divulgado no site da Orgânicos Sul de Minas e também encaminhado ao MAPA. Essa definição e divulgação no início do ano, permite que os interessados se programem para participar, além de conferir maior transparência ao sistema, pois as visitas são abertas para todos.

Nesse sentido, percebe-se que embora existam fragilidades em relação à transparência e autodeterminação, o grupo tem consciência que precisa buscar meios para se apropriar de toda a metodologia e controle das decisões e ao desenvolver ações como este encontro, mostra que estão caminhando rumo a uma independência e uma maior apropriação do processo.

4.3.1.4 Diálogo de Saberes

Sem dúvida alguma, um dos maiores benefícios propagados pelos defensores da certificação participativa está no diálogo dos saberes. O sistema busca respeitar, resgatar e valorizar os diferentes saberes e culturas, estimulando a sua integração (CARTA, 2009).

Além do resgate e valorização de saberes promovidos por essa integração, pode-se também afirmar que essa troca de saberes promove a construção do conhecimento agroecológico, mesmo que seja por meio de uma não conformidade encontrada, que será discutida e coletivamente indicando uma solução (FONSECA et al., 2000). Nesse sentido, uma não- conformidade surge como uma oportunidade de ser discutida e transformada em um novo saber.

No SPG Sul de Minas, os agricultores reconhecem essa contribuição para o processo pedagógico, entendendo que a metodologia da certificação participativa, em especial as visitas, em razão de seu caráter educativo tem proporcionado uma valorização do saber local, surgindo como uma prática social que favorece a construção do conhecimento.

Essa é a grande beleza do sistema, pois os grandes ensinamentos da produção orgânica não serão encontrados em livros e sim com os agricultores. O sistema nos dá a oportunidade de nos encontrarmos e aprendermos com estes grandes mestres (R.S., Entrevista, 2015).

Observa-se, nesse relato, que o agricultor engrandece a metodologia do sistema por oportunizar uma integração com agricultores orgânicos tradicionais, que, na opinião dele, são os mestres na arte de produzir orgânico. Essa valorização do saber tradicional proporcionada por um SPG, como metodologia de organização social promove o empoderamento dos agricultores (LEITE, 2013).

Entre os agricultores orgânicos, não são raras as reclamações em relação à falta de uma assistência técnica especializada, especialmente para aqueles que

estão em transição ou pretendem iniciar a conversão do sistema convencional para orgânico. Assim, a metodologia de avaliação da conformidade no sistema participativo, com envolvimento de agricultores, técnicos e consumidores na realização de visitas às propriedades para avaliação da conformidade, é defendida pelos envolvidos como uma grande oportunidade de aprendizado e troca de saberes. Proporciona a possibilidade de ter o que Caporal e Costabeber (2004 p. 74) denomina de uma extensão rural agroecológica, ou um “processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias que permitem a participação dos sujeitos envolvidos na construção do conhecimento”.

Os conhecimentos construídos por meio dessas práticas sociais, nas quais se transformaram as visitas, dias de campo e, até mesmo, as reuniões, são os mais diversos e contribuem para que cada vez mais, as unidades produtivas adotem práticas e princípios importantes para sustentar a produção orgânica.

Diversos agricultores manifestaram durante as entrevistas a satisfação com uma prática aprendida ou ensinada. Conforme mencionado, *“tudo que sei hoje sobre o manejo orgânico, é resultado do que aprendi após o SPG”* (J.P.B., Entrevista, 2015) ou, ainda, *“no orgânico a gente compartilha, a gente não tem medo de expor e tem companheirismo. Somos uma equipe onde todos trabalham juntos”* (E.M.F., Entrevista, 2015).

Os agricultores da APOMM, lembraram que uma grande contribuição desse sistema foi a preocupação com a preservação das sementes crioulas. O cuidado, plantio e multiplicação dessas sementes foram lembrados pelos presentes como o maior ganho que o SPG trouxe ao núcleo APOMM. Outras contribuições também foram ressaltadas por esse núcleo, como o uso do E.M.²⁴, conhecimento

²⁴ E.M. Sigla que abrevia Effectiveness Microorganisms, ou Microorganismos Eficientes. São fungos coletados em serapilheira de matas e que apresentam capacidade de contribuir com a decomposição da matéria orgânica e com a melhoria da qualidade dos solos.

de estufas de baixo custo e, principalmente, o aprendizado com os registros, organização e visão holística da unidade.

Os agricultores da ABAL relataram ter aprendido diversas técnicas tanto com os companheiros mais experientes do grupo (como desbrotar e controlar o mato), como também com produtores de outros grupos durante as visitas de verificação (ex. escolher a variedade de acordo com a fertilidade do solo). Percebe-se que mesmo em grupos onde o relacionamento é forte, em razão de proximidade e, até mesmo, ao parentesco, a metodologia das visitas foi importante para disseminar um conhecimento e uma prática antiga que, mesmo sendo aplicado por um vizinho, era desconsiderada antes de se realizar visitas com o objetivo de avaliar a conformidade, mas também trocar experiências.

Na percepção dos agricultores da AAOF, a troca de experiências sempre acontece e afirmaram que, muitas vezes, quem visita aprende até mais do que ensina e é sempre perceptível essas melhorias nas propriedades.

Conforme afirmado por Santos (2005), a certificação participativa pode ser um processo educativo e pedagógico importante, uma vez que ela é realizada por pessoas que têm uma proximidade umas com as outras e também com a realidade local, conhecem melhor a situação e podem contribuir nas mudanças necessárias.

Observa-se no SPG Sul de Minas, uma diversidade muito grande de organizações e pessoas que favorecem o diálogo de saberes. Alguns já estão no “movimento orgânico” há mais de 20 anos, vieram de grandes centros para desenvolver uma agricultura alternativa. Outros, mesmo estando no campo, resistiram aos pacotes tecnológicos da agricultura convencional. Existem agricultores tradicionais, que já usaram produtos da agricultura convencional e têm ainda os que estão chegando ao campo, que querem ser agricultores por opção, muitas vezes com curso superior em outras áreas, mas com uma vontade incrível de aprender.

Ainda registra-se aqui a participação de três grupos de mulheres agricultoras, sendo duas da reforma agrária e um grupo de produtoras de café orgânico que leva o nome de “orgânico feminino”, um setor de Agroecologia, local de pesquisa que se insere nesse grupo e, por fim, uma escola agroecológica de nível fundamental que traz a Agroecologia como eixo norteador da grade curricular. Essa diversidade é também fator importante no fortalecimento do diálogo de saberes. Em depoimentos ficou claro que essas diferenças não incomodam, muito, pelo contrário, são consideradas como uma motivação e causam satisfação em participar de um sistema que busca uma certificação, mas também tem uma preocupação muito grande com a inclusão das pessoas e das ideias.

Quando temos um grupo como o da reforma agrária, isso é estimulante. É importante somarmos forças para sermos uma alternativa...foge um pouco do lado financeiro e conhece muita gente, faz muitas amizades... o princípio é mais ideológico (Agricultores AAOF, Entrevista, 2015).

Toda essa diversidade constitui um ambiente muito rico de ideias, favorável à construção do conhecimento, em especial às práticas e técnicas de manejo do sistema orgânico, tão necessárias no sistema orgânico.

4.3.2 Mecanismos de Controle Social utilizados pelo SPG Sul de Minas

O OPAC Sul de Minas, por meio do seu manual de procedimentos operacionais, estabelece seus mecanismos de controle social, determinando que serão considerados como tais, todos os documentos e registros mantidos na unidade de produção, as visitas de pares, as visitas de verificação, assim como as

participações nas atividades do SPG e nas reuniões do OPAC ocorridas entre as visitas de verificação. Neste trabalho, buscou-se compreender como o SPG Sul de Minas utiliza e aplica essas técnicas para o controle social e avaliação da conformidade orgânica. Além dos mecanismos de controle social determinados pelo manual, também foram inseridas as feiras, neste trabalho, por terem sido indicadas durante o grupo focal como atividade do SPG Sul de Minas essencial para o exercício do controle social.

4.3.2.1 Sobre os Registros

Os registros das atividades produtivas e comerciais de uma unidade de produção, além dos formulários e atas geradas nas visitas realizadas para a avaliação da conformidade, constituem-se em obrigações para se avaliar a conformidade orgânica de uma unidade de produção sendo uma das formas de se comprovar a prática das normas e regulamentos da produção orgânica. Os registros mínimos exigidos pelo OPAC Sul de Minas referentes às unidades produtivas são: Histórico da área, Plano de Manejo Orgânico (PMO) e Diários de Campo. Esses documentos devem estar sempre disponíveis na propriedade para a apresentação ao grupo e à comissão de avaliação, durante as visitas de pares e verificação. A seguir, apresenta-se um detalhamento de cada instrumento de registro utilizado e exigido pelo SPG Sul de Minas.

a) Histórico - O histórico da propriedade é um documento aplicável, principalmente, para unidades em fase de transição agroecológica e precisa demonstrar e comprovar o tempo que a área está em conversão, se está sendo ou não acompanhada por algum técnico e proporcionar evidências sobre o que vem sendo feito na área a ser certificada. É desejável o anexo de laudos técnicos que comprovem as informações descritas, assim como fotos, relatos, depoimentos. Na

pesquisa documental realizada nos documentos do OPAC Sul de Minas, percebeu-se que, nem sempre, os históricos foram feitos dessa forma, alguns nem existem e a justificativa é que se trata de unidades produtivas orgânicas há muitos anos, de conhecimento de todo o grupo que atesta e confia na fala do agricultor. Nesse caso, alguns fazem relatos de próprio punho e assinam, outros utilizam a própria certificação anterior (auditoria), como histórico, comprovando que a unidade já vem conduzindo o manejo dentro das normas exigidas para produção orgânica. Esses procedimentos foram considerados suficientes pelo OPAC e aprovados na auditoria de manutenção do credenciamento do MAPA. O histórico vem sempre acompanhando do PMO.

b) Plano de Manejo Orgânico (PMO) - Trata-se de um documento obrigatório pela legislação que deve conter o croqui da unidade de produção discriminando as áreas, parcelas e as respectivas culturas; quanto pretende plantar ou criar de cada espécie vegetal ou animal; descrição geral do sistema de produção; como é feito o preparo do solo; controle de plantas invasoras, insetos e doenças; quais insumos e sementes utiliza e qual a origem dos mesmos; como é feita a nutrição do solo ou dos animais; qual a origem e como é feito o controle da qualidade da água utilizada; como é feita a proteção ambiental; como são feitas as barreiras quando aplicável; descrição do processo da pós-colheita até a embalagem; e descrição do plano de processamento, quando aplicável²⁵. O plano de manejo orgânico deverá ser elaborado e atualizado anualmente e enviado à Comissão de Avaliação do OPAC Sul de Minas, podendo também ser modificado, alterado e aperfeiçoado pelo grupo durante as visitas.

O OPAC Sul de Minas utiliza um modelo que foi disponibilizado pelo próprio MAPA e, em geral, todos os agricultores tiveram um apoio no ato do

²⁵ Procedimento descrito no Manual de Procedimentos operacionais do OPAC Sul de Minas.

preenchimento, seja de um técnico, servidor e estudantes do IFSULDEMINAS e, principalmente, dos outros agricultores. Em relação ao modelo, por ser uma proposta educativa, trazendo modelos preenchidos, na opinião de alguns agricultores os exemplos inibem o agricultor a pensar em suas práticas ou em outra forma de relatar. Nesse sentido, O OPAC Sul de Minas já trabalha na elaboração de uma proposta de um novo PMO que deverá ser apresentado aos coordenadores de grupo no encontro de formação, previsto para março de 2016, quando deverão ter esse documento alterado.

A percepção dos próprios agricultores, aliados à disponibilidade de um grupo em propor as melhorias, demonstra um amadurecimento, pois, no início de funcionamento, ou seja, no primeiro ano, os agricultores elogiavam o modelo e com o passar do tempo, vão percebendo que cada unidade tem uma maneira, cada agricultor tem seu estilo e, por isso, seguir um modelo pronto, não é a melhor opção.

Outra crítica é sobre a própria exigência de um plano de manejo orgânico. Para alguns agricultores, em especial os horticultores, em certas situações o manejo é muito diversificado e no campo nem tudo dá pra ser planejado, ou seja, é difícil prever todas as caldas ou técnicas que vão utilizar, pois algumas dependem da situação. Um exemplo disso, foi um produtor de café, certificado também por auditoria pela exigência da exportação, que não previu a aplicação de um certo produto em sua área. Com a seca de 2015, teve um problema na lavoura e foi obrigado a utilizar o produto que, mesmo sendo permitido pela legislação, foi considerado uma não conformidade, pois não constava no PMO. Essa situação demonstra que, nem sempre, dá para planejar tudo em uma unidade de produção como, por exemplo, não se pode planejar a falta de chuva. Ter um plano e não seguir, não resolve, e ter um plano perfeito, é impossível.

Outros agricultores já defendem a utilização do PMO e alegam que o documento ajuda a enxergar a propriedade como um todo. Que parar para escrever

o que pretende plantar, qual área e como, é um exercício de planejamento que não faz parte da rotina de um agricultor, mas, ao fazer, ele acaba se acostumando e se beneficiando desta exigência. Durante as entrevistas, questionados sobre o uso do PMO, os agricultores afirmaram que precisam melhorar e transcrever melhor a realidade da propriedade. Nas palavras de um agricultor, *“precisa funcionar como janela para quem vê de fora e espelho para quem anota, o agricultor precisa se enxergar nele”* (M.J.B., Entrevista 2015).

c) Diário de Campo - Deve conter informações sobre entrada de insumos e práticas realizadas. Pode ser feito de diversas maneiras, como registros em planilhas, caderno de campo, agendas, enfim, é importante que esteja registrado.

O OPAC Sul de Minas, recomenda que o registro de entrada de insumos deve conter as informações sobre data, tipo, quantidade e origem (compra, doação, permuta...) de cada insumo. No registro das atividades, é importante conter, no mínimo, informações quanto ao tipo de atividade (plantio, colheita, aplicação de caldas...), data, local e cultura onde foi desenvolvida a atividade. Os registros de atividade e entrada de insumos podem ser realizados em um mesmo documento ou em documentos separados, o mais importante é garantir que sejam registrados e façam sentido para o agricultor. Esta é uma preocupação de todos os coordenadores e colaboradores do OPAC Sul de Minas. Desde as primeiras orientações, esse sentido é explicado para o agricultor, de forma a deixar claro que, se ele fizer somente por uma exigência, sem entender para que serve, dificilmente conseguirá registrar o que precisa, podendo ser uma tarefa extremamente cansativa e de pouca utilidade para a geração de credibilidade.

Durante as entrevistas, vários agricultores manifestaram que os registros ajudam a compreender melhor sua unidade de produção e, com isso, melhora na gestão. Afirmaram que o OPAC Sul de Minas ao iniciar as avaliações da conformidade sem imposição de modelos de registros, ou seja, aceitando, no

início, a maneira que o agricultor está acostumado a fazer e, aos poucos, ensinando como pode ser melhorado, oferecendo planilhas como modelo, educou o agricultor de modo a fazer sentido suas anotações. Quando questionados sobre a utilização dos registros, caso não fosse obrigatório para a avaliação da conformidade, muitos afirmaram que continuariam registrando, pois essa prática tem contribuído muito com a forma de enxergar a propriedade e perceber sua evolução, mas outros, disseram que não anotariam, embora reconheçam a necessidade para fim de certificação. Em geral, percebe-se que as anotações têm melhorado, principalmente em relação às práticas de produção, gestão e comercialização.

4.3.2.2 As visitas

De todos os procedimentos realizados em um SPG para avaliação da conformidade orgânica, com certeza, as visitas às propriedades (visitas de pares e visita de verificação) são as que mais expressam os princípios do sistema participativo. Isso, porque elas exigem a presença ativa dos membros, conferindo maior transparência ao processo, contribuindo para a geração das relações de confiança, além de se constituir num importante espaço para troca de experiências e construção do conhecimento agroecológico.

A metodologia das visitas é definida em cada SPG e pode variar de acordo com as individualidades encontradas. Ressalta-se que o mais importante é que cumpram seus objetivos, ou seja, promovam ações de natureza preventiva para garantir os cumprimentos técnicos da produção orgânica, tenham condições de identificar não-conformidades nas propriedades e contribuir para a resolução dos problemas e aperfeiçoamento do sistema, além de promover a troca de experiências entre os participantes (BRASIL, 2009).

No SPG Sul de Minas, as unidades de produção recebem duas visitas ao ano, sendo uma visita de pares e outra visita de verificação. Em geral, as visitas de pares acontecem no primeiro semestre, como forma de preparar a unidade produtiva para a avaliação da conformidade, que será realizada no segundo semestre pela comissão de avaliação durante a visita de verificação. Para que essas visitas aconteçam conforme o esperado e cumpram com seus objetivos é preciso que sejam bem organizadas. Este trabalho de organização vem sendo feito pelo coordenador de cada grupo, e consiste em convidar e confirmar a participação dos membros (atentando para o quórum mínimo estabelecido), definir horário e local de encontro para iniciar as visitas, providenciar os formulários para preenchimento e após visitas, encaminhar os formulários ao OPAC. O calendário das visitas (pares e de verificação) é elaborado no primeiro trimestre do ano e divulgado no site da Orgânicos Sul de Minas. Nessa definição de agenda, também são definidas as equipes que participarão das visitas de verificação. Para melhor entendimento do leitor, serão descritos os principais procedimentos e a metodologia que tem sido utilizada pelo SPG Sul de Minas na execução dessas atividades.

Visita de pares – Após definição das datas de realização das visitas, cada coordenador se responsabiliza por organizar a agenda com os agricultores do seu grupo. O primeiro passo é garantir a participação dos fornecedores e dos colaboradores. De acordo com o manual de procedimentos operacionais do OPAC Sul de Minas, é obrigatória a presença de 2/3 dos agricultores do próprio grupo, além da presença do coordenador e do agricultor visitado. A presença de colaboradores (consumidores e técnicos) não é obrigatória, mas desejável (OPAC, 2015). Faz parte dessa organização, providenciar para que seja garantida a alimentação, visto que algumas propriedades são distantes e as visitas demoradas. Uma prática muito comum na APOMM que tem sido disseminada para as outras

associações, é o café solidário, onde cada participante leva algum alimento para partilhar. Em outros grupos, a alimentação é oferecida pelo agricultor que recebe a visita e há outros, onde, simplesmente, é reservado um restaurante e cada participante assume sua despesa. É respeitada a condição e a cultura de cada agricultor, pois alguns gostam e podem receber o grupo em casa, outros já têm cultura diferente, e oferecer uma alimentação, acaba sendo uma dificuldade.

Cada grupo organiza a dinâmica conforme sua realidade, alguns grupos realizam até quatro visitas em um mesmo dia, especialmente quando as unidades são pequenas e próximas, mas quando as unidades de produção são distantes, grandes ou ainda quando existe o desejo do grupo de aproveitar o momento da visita para realizar alguma prática ou reunião, fica difícil visitar mais que duas unidades por dia. A coordenação da visita é realizada normalmente pelo coordenador do grupo ou por alguém indicado por ele. Coordenar significa conduzir os procedimentos, orientar sobre a metodologia, definir o trajeto, preencher o formulário e o relatório da visita, procurando incentivar a participação, troca de experiências e discussão sobre temas de interesse do grupo.

O OPAC disponibiliza um roteiro de orientação dos aspectos que devem ser observados antes e durante a visita. A primeira orientação é para que o coordenador instrua os agricultores visitados a elaborar, manter atualizados e deixar disponíveis os registros referentes às práticas e atividades realizadas na unidade referentes à produção. Este tem sido um ponto frágil em muitos grupos, pois não há esta orientação e, muitas vezes, há dificuldade ou, até mesmo, resistência de alguns agricultores quanto aos registros.

A visita tem início com um relato do agricultor visitado sobre seu histórico na produção orgânica, principais práticas de manejo, avanços e dificuldades encontradas. Durante o grupo focal, esta prática foi lembrada por vários agricultores como importante, primeiro pela valorização do agricultor, que tem oportunidade de falar do seu sistema e, em segundo, pela confiança que se

estabelece ao conhecer melhor a história de cada um. Alguns se lembraram de que, apesar de conhecer a pessoa há muitos anos, foi somente depois das visitas que passaram a conhecer melhor a história de vida de alguns agricultores e, com isso, confiar ainda mais. Após essa “abertura” passa-se à conferência da documentação. O objetivo não é de fiscalização, mas de contribuir para que o agricultor melhore seus registros, preparando-se para receber a visita de verificação. Para agricultores que estão iniciando, normalmente acontece uma espécie de orientação ou até oficina, onde o agricultor vai preenchendo vários documentos e registros com o apoio do grupo como, por exemplo, o plano de manejo orgânico. Nas visitas de manutenção do certificado, o grupo também aborda as pendências ou sugestões de melhorias descritas nos formulários das últimas visitas que serão conferidas a campo. Essa primeira etapa da visita, que acontece ainda “em casa”, tem demorado cerca de uma hora. Após isso, o grupo percorre toda a unidade de produção, observando o manejo realizado em cada cultura ou criação, se as pendências foram atendidas, relacionando o conteúdo dos registros com a realidade observada e o mais importante, socializando e trocando experiências sobre práticas de manejo do sistema orgânico.

Durante a visita ou, ao final dela, de acordo com a habilidade e entendimento do coordenador, vai sendo preenchido um formulário, que é disponibilizado pelo OPAC. Esse formulário contém algumas questões abordando requisitos e critérios exigidos pela legislação, para a produção orgânica, envolvendo, além das questões de produção, temas sociais e ambientais. Ao final da visita, é realizado um relatório ressaltando os pontos positivos, pontos de melhoria e, até mesmo, a impressão que o grupo teve da unidade de produção. Os formulários se diferenciam de acordo com o escopo, para a certificação na unidade (produção primária vegetal, processamento e apicultura). A cópia do formulário e do relatório assinado pelos participantes, que, em geral, é uma ata, é enviada ao OPAC no prazo máximo de 15 dias. O tempo total da visita varia de acordo com

o tamanho da área, tipo de manejo, questões de dúvidas e troca de experiências. Em geral, cada visita dura cerca de 2 a 3 horas.

Em se tratando da qualidade da participação nas visitas de pares, pode se dizer que existe uma participação ativa por parte dos agricultores, percebendo que quase sempre todos participam, contribuindo bastante na discussão e tomada de decisão. Entretanto, percebe-se que tem sido frágil a participação dos consumidores, mesmo sendo incentivados e entendido como importante para maior transparência e confiança no processo, assim como a participação de técnicos da extensão. Segundo os agricultores, os consumidores alegam que o convite chega em última hora e que é difícil ter disponibilidade. Os agricultores já perceberam que é importante investir mais esforço para envolver consumidores e vêm discutindo estratégias, como colocar cartazes nas feiras para convidar os consumidores com a máxima antecedência, bem como o convite feito aos técnicos da EMATER-MG e, ainda, buscar parcerias com outras instituições de ensino, além do IFSULDEMINAS para participar.

Recentemente, uma reportagem em um programa da televisão²⁶ sobre a venda de falsos orgânicos em feiras livres provocou ainda mais a discussão da importância de envolver o consumidor no processo de certificação, pois ele pode ser um partícipe do movimento agroecológico. Na fala de um agricultor *“agora mais que nunca temos que levar nossos consumidores nas visitas, para que vejam a seriedade do nosso trabalho”* (C.P. Comunicação pessoal, 2015).

Os custos das visitas de pares com deslocamento e alimentação, são arcados pelos próprios agricultores do grupo, não havendo nenhum ressarcimento por parte do OPAC ou OSM.

²⁶ Fantástico – Programa da Rede Globo exibido no dia 31/01/2016. Disponível em <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/v/fantastico-deste-domingo-31-denuncia-a-venda-de-falsos-produtos-organicos-no-brasil/4774768/>

Visita de Verificação – As visitas de verificação no SPG Sul de Minas ocorrem segundo organização e coordenação da comissão de avaliação do OPAC e devem ter a presença mínima do agricultor visitado, um membro representando a diretoria da OSM, um representante dos membros colaboradores e um coordenador da visita de verificação que, preferencialmente, deverá ser um coordenador de grupo de outro núcleo, garantindo, assim, o “aval cruzado” e o “olhar externo” (OPAC, 2015).

Visando a otimizar o deslocamento e agilizar as visitas, sem contudo perder seu objetivo de avaliar a conformidade e promover integração e troca de experiências, o OPAC Sul de Minas vem adotando, desde 2014, uma metodologia diferenciada, procurando realizar as visitas de um núcleo ou grupo em um só dia, com formação de várias equipes. Dessa forma, define-se a quantidade de unidades produtivas a serem visitadas e a quantidade de equipes necessárias para visitar todas. As equipes são formadas, observando o quórum mínimo estabelecido. Quem organiza a visita, é o coordenador do grupo. Porém, quem irá coordenar, será o representante do OPAC (coordenador de outro núcleo).

Assim, exemplificando com o núcleo da ABAL, que tem 12 unidades para serem visitadas, e considerando que cada equipe visita três unidades por dia, os coordenadores desse núcleo definem a necessidade de quatro equipes que são contactadas pelo anfitrião. Uma dificuldade que surge com frequência é relacionada à participação dos membros da diretoria da OSM. Como a diretoria é composta por poucos membros, acaba ficando sobrecarregada. Quando se opta por indicar outra pessoa, a participação sempre recai em algum agricultor do próprio grupo, o que, muitas vezes, contribui para cumprir o quórum, mas não representa a diretoria de fato. Percebeu-se que essa exigência fazia sentido quando existiam poucas unidades e, com isso, a diretoria tinha condições de participar.

Com essa metodologia, o OPAC consegue otimizar o transporte, pois normalmente os coordenadores da visita serão oriundos de um mesmo núcleo.

Essas equipes, inicialmente, encontram-se em um local e horário previamente combinado, onde são repassadas as orientações do roteiro de visita de verificação, além da divisão dos participantes em equipes, definindo quais unidades cada equipe irá visitar. Os colaboradores completam as equipes e a EMATER-MG e IFSULDEMINAS têm uma participação ativa no processo, tendo contribuído, de forma significativa, com a geração de credibilidade do sistema.

Antes da saída para as propriedades, normalmente tem café solidário ou ofertado pelo grupo anfitrião. Trata-se de um momento agradável onde os colaboradores, consumidores e agricultores se interagem e fortalecem os laços de confiança e amizade. Da mesma forma que na visita de pares, a visita de verificação também se inicia com o relato dos agricultores visitados, conferência de documentos e visita a campo, onde é preenchido o formulário disponibilizado pelo OPAC. Nesse formulário, são abordadas questões sociais, produtivas e ambientais. Diferentemente do que ocorre no formulário de visita de pares e considerando que, na verificação é dada a decisão da conformidade, o formulário já inicia questionando se houve pendências ou não-conformidade apontadas na visita de pares e, em caso positivo, como foram atendidas. Aborda também sobre os registros, quais foram apresentados e, se são satisfatórios ou não. O formulário também descreve, quando encontradas, as não-conformidades, as medidas de correção e o prazo para a realização dessas medidas. Da mesma forma que também são descritos os pontos de melhorias sugeridos pelo grupo. Ao final desse relatório, o grupo dá a decisão da conformidade ou não da unidade produtiva, onde todos assinam e o formulário é enviado ao OPAC no prazo máximo de 15 dias.

Encerrada as visitas do dia, todas as equipes se juntam para uma reunião final, onde cada equipe compartilha os acontecimentos da visita. Vale lembrar que é o coordenador que inicia o relato e depois abre a fala para os demais membros da equipe. Ressalta-se, nesse momento, as melhorias, os pontos críticos e as sugestões da comissão de avaliação, informando qual foi a decisão sobre a

conformidade orgânica. Trata-se de mais um momento de compartilhamento de experiências e saberes, onde se reforça, ainda mais, as relações de confiança. Em um desses momentos, houve o seguinte depoimento de uma agricultora que veio para coordenar a visita:

Tenho orgulho de saber que faço parte do mesmo grupo que vocês [Orgânicos Sul de Minas]. Vocês me inspiram confiança e me sinto privilegiada de ter participado deste momento com vocês (L.O.B., Entrevista, 2015).

Esse depoimento demonstra o quanto as visitas contribuem para o fortalecimento das relações de confiança tão necessárias para a geração da credibilidade do SPG.

Nas visitas de verificação, a participação dos consumidores tem sido mais intensa, mas ainda está longe do ideal. Alguns grupos já perceberam que não precisa ser um consumidor de feira, que a participação de um secretário de educação, nutricionista da alimentação escolar, assim como professores e representantes de qualquer instituição de ensino pode contribuir na geração da credibilidade.

Durante o grupo focal, os entrevistados afirmaram que, apesar da participação acontecer de maneira satisfatória, por ser o principal mecanismo de controle social e garantia da credibilidade do SPG, precisa ser melhorado, principalmente quando se trata das visitas em outros núcleos, pois somente os coordenadores dos grupos têm participado e, nem sempre, existe o espaço para que esse coordenador converse com seu grupo para repassar a percepção que ele teve das unidades visitadas. Percebe-se que muitos agricultores já estão entendendo a importância de realizar as visitas em outros núcleos como forma de conhecer mais o processo e quem faz parte dele, aprender mais, trocar experiência e aprimorar o seu sistema de produção. Nessa entrevista, a maioria dos

agricultores alegou não conhecer todas as unidades certificadas ou conhecer poucas de outros núcleos.

Ainda sobre as visitas de verificação, ressaltaram que estas precisam também ter foco na verificação da conformidade e não somente para troca de saberes e interação. Essa observação foi feita em um grupo que entende que a visita de pares é mais apropriada para a interação e troca de saberes, por isso cabe mais a participação de consumidores, já, a visita de verificação, precisa ter o foco na avaliação, mas sem deixar de trocar experiências. Nesse sentido, em todos os núcleos, o circuito de Agroecologia foi lembrado como importante estratégia para interação, troca de experiências e construção das relações de confiança entre os agricultores de diferentes núcleos.

4.3.2.3 As reuniões

Outro espaço importante identificado nesta pesquisa que funciona como um mecanismo de controle social e favorece a relação de confiança são as reuniões. Segundo Comerford (1999), além do seu caráter instrumental de simples meio de tomar decisões e discutir assuntos de interesse dos membros da organização, as reuniões também podem ser vistas como importante instrumento de construção das relações sociais, pois criam espaços de sociabilidade que contribuem para a consolidação de redes de relações que vão além da estrutura formal da organização.

Anualmente, o OPAC Sul de Minas realiza duas reuniões ordinárias e extraordinariamente, quantas forem necessárias. A primeira reunião ordinária acontece no início do ano, com o objetivo de planejar as visitas (pares e verificação) e também revisar e alterar documentos e formulários, que o OPAC julgar necessário. Essa reunião acontece junto à formação dos coordenadores conforme mencionado anteriormente.

A segunda reunião acontece no final do ano, com o objetivo de avaliação das ações e deferimento dos certificados. Nessa reunião, conforme constatado na observação participante, cada núcleo de certificação faz uma explanação das atividades do ano, especialmente sobre as visitas de verificação, ressaltando os pontos positivos, os avanços nas propriedades, assim como as dificuldades encontradas. Após explanação de todos os núcleos, é realizada uma conferência na “pasta” de cada agricultor. Essa pasta fica arquivada no OPAC e contém todos os documentos, formulários e relatórios referentes à unidade do agricultor. Para essa conferência, as pastas são levadas ao local da reunião pelo secretário do OPAC, e distribuída entre os coordenadores, observando que, nessa conferência, ninguém fica com pastas de agricultores do próprio núcleo, ou seja, um núcleo sempre avalia as pastas dos agricultores de outro núcleo. Cada coordenador analisa cerca de 5 pastas, faz anotações sobre dúvidas e pendências encontradas para esclarecimento na plenária.

Caso seja encontrada alguma irregularidade em documentos de unidades de produção que foram consideradas orgânicas e aptas a receber o selo pela comissão de avaliação durante a visita de verificação, não cabe ao OPAC contestar, somente solicitar comprovações, ou nova avaliação para que se esclareça. Além do controle social realizado pela conferência da documentação (PMO, formulários de visitas e outros registros que julgarem importantes), esse momento também contribui para uma maior integração entre os coordenadores por meio do diálogo e das conversas sobre as unidades, troca de experiências em relação às práticas de manejo e de registros, enfim, é um momento onde exercem a participação ativa, o controle social e a responsabilidade solidária, bases para a avaliação da conformidade nos SPGs.

Ao final da reunião, é gerada uma ata constando informações sobre situação dos agricultores de cada núcleo que irão receber o certificado no próximo ano. Portanto, para que os agricultores estejam aptos a receber o selo, não basta

somente cumprir os regulamentos da produção, precisam também comprovar que mantêm uma organização documental que dá condições de comprovação da avaliação da conformidade.

Essa segunda reunião do OPAC acaba se tornando uma preparação para receber a visita de credenciamento do OPAC que acontece anualmente. Nessa visita, realizada por auditores do MAPA, é necessário que toda a documentação esteja organizada e completa. Vale ressaltar, que o papel do IFSULDEMINAS, por meio do grupo de Agroecologia Raiz do Campo tem sido fundamental para que estes documentos se mantenham completos e organizados, o que foi, inclusive, ressaltado como um ponto positivo pelos auditores do MAPA, durante a visita de credenciamento de 2015.

Pode-se observar, nessas reuniões do OPAC que não existe uma hierarquia explícita, a coordenação das reuniões é alternada entre os membros da diretoria e o coordenador do OPAC, com alguma mediação dos colaboradores do IFSULDEMINAS, em especial no início das reuniões enquanto anfitriões, uma vez que as reuniões têm acontecido sempre nas dependências do IFSULDEMINAS.

Além dessas duas reuniões, podem acontecer outras extraordinárias, de acordo com o interesse e necessidade, mas, em razão do custo e dificuldades gerados pela distância, mesmo havendo sempre demanda por mais reuniões, elas têm sido limitadas. O uso do e-mail de grupo tem contribuído para resolver questões menores ou apenas de caráter informativo.

Ainda sobre as reuniões, independente das reuniões do OPAC, cada núcleo tem sua dinâmica própria de organização e realização das reuniões, que consideram importantes para funcionamento e credibilidade do sistema. A ABAL, em especial, relatou que, com o apoio da EMATER-MG, o grupo se reuniu, semanalmente no início da adesão ao SPG Sul de Minas para estudar os documentos normativos e a legislação de orgânicos. Atualmente, eles realizam

reuniões quinzenais e, na percepção deles, é um momento de aprendizagem que contribui para a construção das relações de confiança e dá mais segurança no sistema. Conforme afirmou um dos entrevistados: *“São as reuniões que promovem o fortalecimento da confiança entre nós, pois aproxima e dá liberdade para falarmos o que precisa ser dito”* (B.F.M., Entrevista, 2015). Foram lembrados pelo grupo, casos onde foi preciso “chamar a atenção de companheiros”, mas que o diálogo franco e aberto não prejudica a união do núcleo, pelo contrário, fortalece a confiança entre eles.

Nos demais grupos, também houve relatos de valorização das reuniões como importante mecanismo de controle social. Entretanto, no núcleo da APOMM, nos três grupos entrevistados, houve divergências em relação à quantidade e à forma que elas vêm acontecendo. Para a diretoria e coordenadores de grupo de certificação, a participação em reunião é menor que o desejado, enquanto alguns agricultores reclamaram do excesso e da metodologia que tem sido utilizada.

Em geral, as reuniões acontecem aos sábados, após a feira na cidade de São Lourenço, MG. Se, por um lado, facilita para quem já realiza a feira, otimizando seu deslocamento, por outro, eles já estão cansados e querem que a reunião seja rápida. Já, para os que não realizam feira, é um momento de encontro, de “colocar a prosa em dia”, sem contar que se deslocam longas distâncias (para alguns mais de 100 km), para uma reunião, onde a pauta é diversificada e, nem sempre, pertinente a todos. Para superar esse desafio, o núcleo vem discutindo diferentes formas e estratégias de realizar a reunião (diferentes dias, locais e horários são escolhidos para possibilitar uma maior participação). Em um grupo entrevistado, o assunto foi tão debatido que um dos membros sugeriu que a utilização do “skype”²⁷ fosse considerada para reunião, evitando deslocamentos e

²⁷ Software gratuito que permite conversar pela internet com pessoas de qualquer lugar do mundo por meio de chamadas de vídeo, áudio ou mesmo por textos.

mantendo a comunicação entre os membros. Ficou claro que as reuniões têm sido verdadeiras assembleias e o grupo precisa urgentemente definir novas metodologias para a sua realização, propiciando que todos participem daquilo que é necessário, sob pena de perder importantes membros do grupo e sobrecarregar alguns que produzem, mas não participam da feira. Por fim, percebeu-se que o que está sendo pouco para uns, tem sido excessivo para outros, mas todos reconhecem a importância das reuniões para fortalecer as relações sociais, melhorar o sistema de gestão com maior participação e transparência e, principalmente, contribuir para a geração da credibilidade da certificação participativa.

4.3.2.4 As Feiras

As feiras de produtos orgânicos, realizadas pelos núcleos da APOMM e AAOF, foram citadas como importante mecanismo de controle social, por ser um espaço que ajuda a construir e fortalecer as relações de confiança tanto entre os agricultores, que passam a se encontrar semanalmente e estabelecer laços de amizade, como também, destes para com os consumidores, que têm a oportunidade de conhecer melhor quem e como é produzido o alimento, por meio das conversas e convívio oportunizados no espaço da feira.

Na APOMM, a feira funciona há mais de 10 anos na cidade de São Lourenço, MG e foi uma das primeiras demandas dos membros após o surgimento da entidade. Com o passar do tempo, foi se consolidando como um importante espaço de interação e fortalecimento dos laços de confiança entre os membros e também da sociedade para com estes. A feira promoveu visibilidade para o trabalho associativista e produtivo da APOMM e se transformou no principal mercado, além de ser a porta para o ingresso dos novos membros da associação.

Além da importância para a construção das relações sociais, Santos (2005) acrescenta a relevância desse espaço para aprimoramento da produção numa perspectiva mais ecológica, afirmando que as feiras:

São espaços de interação social onde as relações entre agricultores e consumidores, agricultores e agricultores e consumidores e consumidores são construídas e fortalecidas numa perspectiva de aprimoramento da proposta ecológica (SANTOS, 2005 p.20).

Essa afirmação é confirmada pelos agricultores da OSM, que relatam que é na feira o espaço de maior interação entre eles e, com isso, a troca de experiências sobre o manejo também é muito comum.

No caso da AAOF, a feira acontece em Campinas, SP, e a participação dos agricultores no dia da feira é realizada por meio de revezamento. Todos os agricultores que enviam produtos participam da escala e se responsabilizam pela comercialização dos produtos de todos os agricultores da associação. O núcleo já faz feira há 16 anos e, em conjunto, já adquiriu um caminhão e planeja a aquisição de outros bens. Essa ação, na visão dos membros, reflete o alto nível de confiança existente entre eles, pois quando existe a relação comercial, a confiança se torna imprescindível. Conforme Zolin e Hinds (2002), citadas por Medaets (2003, p.73) “maiores níveis de confiança são necessários quando maiores níveis de risco estão envolvidos”.

Para os agricultores, a feira é mais que um espaço de comercialização de produtos saudáveis, trata-se de um importante mecanismo de controle social que tem favorecido muito a geração de credibilidade do sistema, pois por meio desse espaço, percebe-se claramente a promoção de alguns princípios básicos e elementares para o funcionamento de um SPG, como: o exercício da participação ativa, o fortalecimento e a criação das relações de confiança, a total autonomia

dos agricultores na comercialização, além do processo pedagógico presente nas relações sociais entre agricultores e destes com os consumidores.

Em síntese:

Sobre os processos de geração de credibilidade e avaliação da conformidade no SPG Sul de Minas, vale ressaltar que a existência do capital social, expresso pela capacidade de organização, participação e relações de confiança pré-existentes nas organizações que compõem a Orgânicos Sul de Minas, foi importante para o processo de implantação e funcionamento dessa rede.

Outro enfoque considerável desse tópico foi a importância da inter-relação dos princípios e procedimentos para a geração da credibilidade, sendo a participação, um dos pontos centrais no processo de avaliação da conformidade. Percebeu-se, neste trabalho, que a participação dos consumidores e outros parceiros precisa ser mais estimulada, como forma de dar maior visibilidade e credibilidade ao processo.

Já, em relação aos mecanismos de controle adotados pelo SPG Sul de Minas, constatou-se que é esse conjunto de práticas que vai desde as visitas às propriedades até a participação em feira, associadas aos princípios que dão legitimidade à certificação participativa. As visitas de pares e verificação, com participação ativa dos membros do sistema, desde o seu planejamento, tem conseguido entre outras, estabelecer as relações de confiança e promover a construção do conhecimento agroecológico.

4.4 As contribuições do SPG Sul de Minas para o fortalecimento da Agroecologia na região

Conforme descrito no referencial teórico do presente trabalho, a Agroecologia apresenta um processo triplo articulado que envolve as dimensões

da ciência, da prática ou tecnológica e da social ou política (TOLEDO, 2012 apud ASSIS et al., 2013). Nesse sentido, para a compreensão das contribuições do SPG Sul de Minas para o fortalecimento da Agroecologia na região, buscou-se, mesmo que de forma sucinta, relacionar o modo como as ações ligadas à certificação participativa têm sido somadas às dinâmicas ecológicas, agronômicas, sociais e organizacionais das unidades de produção certificadas para torná-las mais sustentáveis, além de compreender como essa nova articulação pode contribuir com a comercialização e nas relações entre os agricultores.

Normalmente, para as unidades de produção orgânica/agroecológica com certificação, são atribuídas características positivas, esperando que estas apresentem diversidade de cultivos, estabilidade e qualidade do solo, manejo adequado e natural de insetos, preservação de florestas, proteção das águas, sementes, dentre outras.

No entanto, o que se desenha como ideal, pode estar ainda distante da realidade de muitas propriedades, especialmente daqueles agricultores que iniciaram o processo de transição agroecológica mais recentemente. Informações e técnicas de cultivos escassas, redução na produção, são alguns dos problemas enfrentados pelos agricultores iniciantes, alegando que são poucos os profissionais no mercado que apresentam competência suficiente para a proposição de soluções às dificuldades apontadas. Em situações como as descritas, é possível notar, claramente, o papel do SPG, na busca de soluções para as unidades de produção.

4.4.1 As contribuições para o aperfeiçoamento do sistema produtivo

a) Diversificação de cultivos

Em relação a essa dimensão, percebem-se avanços e dificuldades vivenciados pelos agricultores. Iniciando pela diversidade de cultivo, nota-se que existem situações bem diferenciadas entre os núcleos de certificação, havendo

vários agricultores com um único cultivo em sua propriedade, com destaque para banana, café, morango ou batata (monocultura), um grupo de agricultores com um número limitado de plantas cultivadas, com poucos objetivos comerciais e, normalmente, restrita aos cultivos de ervas medicinais, aromáticas e pequenos canteiros de horta doméstica (pouco diversificados), como também agricultores que cultivam mais de 20 variedades de interesses comerciais (diversificado). No Gráfico 3, é possível observar a situação das propriedades em relação à diversificação da produção.

Ainda relativo à produção, observaram-se unidades de produção apícola (abelhas africanizadas) cujos principais produtos são o mel, pólen e própolis. Produtos processados (Gráfico 3) também fazem parte do escopo do OPAC, principalmente voltados para a produção de café, derivados da cana-de-açúcar, doces à base de leite, amendoim e chocolate.

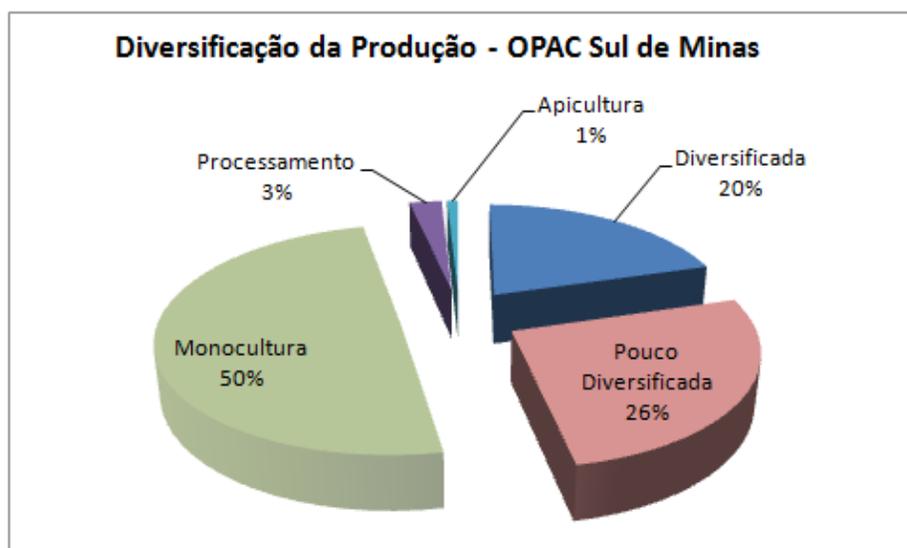


Gráfico 03 Diversificação da produção em unidades certificadas pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade do Sul de Minas.

Na maioria das áreas de monocultivos, percebeu-se uma marcante relação da produção com a história local aliada a uma adaptação das lavouras, ao clima e solos. Em Brazópolis (ABAL), por exemplo, o cultivo de bananeiras faz parte do cotidiano dos agricultores de Luminosa há décadas, com relatos de bananais com mais de noventa anos de plantio. Fato semelhante é observado em áreas de monocultivos de café, no município de Poço Fundo (COOPFAM), onde a história de vida de muitas famílias está fortemente ligada à produção cafeeira. No caso específico da COOPFAM, foi possível observar, em algumas propriedades, que a monocultura é somente em áreas destinadas à produção de café para a comercialização. Nos arredores da casa, existe uma grande diversidade de cultivos de frutas e hortaliças, assim como criação de galinhas e uma vaca para o leite destinados à subsistência da família. Esses produtos, na ótica dos agricultores, não têm valor comercial, por isso, nunca são declarados na certificação, mesmo sendo produzidos no sistema orgânico. Questionados por que o limão não era incluído na certificação, uma agricultora se espantou, perguntando: “quem compraria limão caipira?”.

Durante as visitas (pares e verificação) a diversidade é sempre assunto debatido. Muitos agricultores defendem que a função da terra está relacionada ao sustento (alimentar) da família e que, nesse sentido, uma propriedade agrícola deve diversificar a sua produção. No formulário de visitas de pares do OPAC Sul de Minas, os questionamentos: “*se alimenta de produtos que produz? Quanto do que produz você utiliza na sua alimentação?*” têm contribuído para fomentar e tornar presente as discussões sobre o tema. Enquanto em algumas propriedades, a produção era diversificada e tinha por objetivo atender, primeiramente, às demandas da família, e depois a comercialização, em outras, toda a produção certificada era destinada à comercialização e à alimentação da família composta por produtos convencionais comprados em supermercados. A partir dessa análise, muitos passaram a diversificar ou a discutir as possibilidades de diversificação da

produção em suas unidades, inclusive com espécies vegetais nativas (não--agrícolas). Gliessman (2001) descreve sobre a importância da diversificação de espécies em uma unidade produtiva e estabelece formas para se criar esses ambientes. O autor cita técnicas como os cultivos de cobertura de solo no inverno, a manutenção de árvores nativas no ambiente, o provimento de locais de pouso e abrigo para predadores (inimigos naturais), cultivos de gramíneas e plantas perenes que podem contribuir com a restauração de uma paisagem degradada.

No OPAC, Sul de Minas, é comum também o desenvolvimento e a socialização de técnicas de cultivos desenvolvidas pelos próprios agricultores, como, por exemplo, as técnicas de preparo do solo, sistema de plantio em papelão, pousio/rotação, plasticultura, controle de pragas e doenças, caldas e preparados diversos (XAVIER, 2014) dentre outras. Essas técnicas formam um arcabouço de soluções testadas que são difundidas por ocasião das visitas e dias de campo, enriquecendo as trocas de experiências.

b) Meio ambiente

No aspecto ambiental, a socialização de temas como a preservação de áreas de preservação permanente (APP), reservas legais, a proteção dos solos e da água são comumente tratados entre os agricultores, que nem sempre têm o entendimento claro da importância dessas ações. Entre os agricultores, os temas ambientais são constantemente apresentados e debatidos e problemas ou dificuldades apontadas em uma propriedade têm, em muitos casos, suas soluções imediatamente apresentadas. Normalmente, as práticas propostas vão, desde sugestões simples (podas) até manejos mais complexos, como, por exemplo, a implantação de sistemas agroflorestais, manejo de plantas espontâneas ou preservação de matas ciliares.

Para Machado e Machado Filho (2014), os procedimentos agroecológicos sempre são definidos a partir da proteção ambiental e o manejo correto do solo

em uma propriedade agrícola, por exemplo, mantém e até eleva o teor de matéria orgânica, melhorando a sua qualidade. Gliessman (2001), fazendo uma análise sobre as relações entre os sistemas agrícolas e as paisagens, afirma que quando o manejo do agroecossistema é executado em nível de paisagem os ecossistemas naturais presentes podem se tornar recursos para os agroecossistemas que, por sua vez, também contribui para a manutenção do ecossistema natural.

Durante a realização desta pesquisa, foi constatado que vários agricultores têm inserido algumas práticas conservacionistas no manejo de suas unidades, como a proteção de nascentes, preservação de mata ciliar e, ainda, a implantação do sistema agroflorestal. O uso dessas práticas, discutidas e cobradas nos diferentes espaços de integração, como as visitas, têm sido importantes para a melhoria das suas unidades de produção, sendo relevantes em aspectos correlatos às dimensões agroecológicas, caracterizando-se como importante ferramenta de fortalecimento da Agroecologia na região.

4.4.2 A contribuição para a construção do conhecimento Agroecológico

a) O trabalho com sementes

Em uma certificação participativa, espera-se que os resultados possam ir além da obtenção de um selo, proporcionando por meio da sua dinâmica de funcionamento, ferramentas e estratégias que auxiliem os agricultores na resolução dos seus problemas e promovam o desenvolvimento das comunidades.

Sabidamente, as sementes representam as partes da planta preparadas para garantir a continuidade da espécie, de acordo com as condições ambientais onde se desenvolvem. O monopólio desse importante recurso genético tem colocado em risco a existência da agricultura orgânica, assim como a autonomia, liberdade e a sustentabilidade dos agricultores. Atualmente, diversas famílias agricultoras têm buscado minimizar os impactos causados pela introdução de sementes melhoradas ou alteradas geneticamente, fortalecer os cultivos de sementes

adaptadas a cada região e garantir a preservação da biodiversidade, por meio de diferentes estratégias de preservação e multiplicação das sementes.

No Sul de Minas, as Associações de Agricultores Serras Verdes, Serras de Santana e APANFÉ desenvolvem, há vários anos, trabalhos de resgate, de multiplicação e de preservação de sementes adaptadas às características de clima e solo da região, por meio de trabalhos de melhoramento participativo, coordenados pela ABD. Esse trabalho vem se fortalecendo, inserindo novas associações, como a AAFASD e, mais recentemente, a APOMM. Desde 2011, essas associações também têm realizado as Festas das Sementes com participação cada vez mais expressiva de agricultores e movimentos orgânicos. Esse evento vem se fortalecendo a cada ano, e foi a base que possibilitou a Orgânicos Sul de Minas, Associação Biodinâmica, Associação Biodinâmica do Sul, Ministério da Agricultura e IFSULDEMINAS a realizarem, em 2014, o III Encontro Internacional da Rede de Sementes Livres (III EIRSL). O evento, que contou com a participação de representações de cerca de dez países, aconteceu durante quatro dias e foi relevante, em especial, para os agricultores sul mineiros, por contribuir para estimular novos guardiões e guardiãs de sementes.

Diante das incertezas em relação à disponibilidade de sementes para o cultivo em sistemas orgânicos (BRASIL, 2014), aliados ao histórico das ações de preservação e multiplicação de sementes crioulas na região e ainda visando a desenvolver ações que corroborem com o Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar (BRASIL, 2015), o SPG Sul de Minas tem buscado promover um espaço de intercâmbio de sementes e a criação de sistemas de apoio às iniciativas com as mesmas finalidades. Assim, o IFSULDEMINAS, colaborador ativo do SPG, tem se inserido nessa temática e, desde 2013, vem contribuindo na realização de feiras, catalogação e multiplicação de sementes. Em 2015, por meio de aprovação de projetos em editais apoiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Ministério da

Educação, com o objetivo de fomentar essas ações por meio de estudos e pesquisas sobre sementes crioulas, melhoramento participativo e a criação de um banco de sementes que irá potencializar as possibilidades de trocas e armazenamento das sementes. O banco já conta com uma câmara fria doada por um agricultor e com recursos do projeto outros equipamentos ainda serão adquiridos. A gestão e funcionamento do banco está sendo discutida e, em breve, os próprios agricultores irão definir as regras para depósito e retirada das sementes.

Durante o grupo focal, foi relatado pelos agricultores da APOMM, que uma grande contribuição do SPG Sul de Minas foi a preocupação com a preservação das sementes crioulas. O cuidado, plantio e multiplicação destas sementes foram lembrados nas entrevistas como o maior ganho que o SPG trouxe ao núcleo. Em todos os grupos participantes da entrevista, foi reconhecida a contribuição do SPG para as melhorias nas unidades de produção, oportunizando aos agricultores uma atualização constante de conhecimentos, possibilitando uma intensa e itinerante socialização de técnicas de sucesso e experimentações diversas que, por vezes, suprem ou minimizam a carência de profissionais de assistência técnica. No relato do agricultor *“Melhorou muito! Com as trocas de sementes estamos plantando milho que nunca plantamos... Não pela produtividade, mas para entendermos o sentido da diversidade”* (P.D. Entrevista 2015).

b) Circuito de Agroecologia

A criação da OSM, por meio da união de várias entidades, até então, distantes entre si e sem relações aparentes, trouxe para o debate inicial a necessidade eminente da existência de espaços para reconhecimento e interação entre os membros da central. Dessa demanda e por meio de uma parceria entre a OSM, EMATER-MG e IFSULDEMINAS, surgiu o Circuito Sul Mineiro de

Agroecologia (CSMA)²⁸. O CSMA trouxe uma proposta de construção do conhecimento agroecológico, centrada na valorização do saber tradicional e na troca de experiências que, ao mesmo tempo, promoveu capacitação técnica e fortaleceu as relações entre os núcleos da SPG Sul de Minas.

Cada etapa do circuito funcionou como um “dia de campo” que aconteceu na propriedade de um agricultor pertencente a um núcleo. Foram duas edições do circuito, totalizando nove etapas. O número limitado de participantes, aliado ao protagonismo dos agricultores que foi marcante em todas as etapas realizadas proporcionou melhores condições para a troca de experiências, diálogo e interatividade entre os presentes.

Caporal e Costabeber (2000) ressaltaram a necessidade de reconhecimento dos saberes tradicionais dos agricultores e suas famílias, tão importantes quanto o conhecimento científico, pois, é dessa interação de saberes que resulta um novo saber capaz de contribuir para o desenvolvimento dos potenciais agrícolas de cada agroecossistema e dos potenciais de desenvolvimento sustentável presente em cada comunidade.

Nesse sentido, o CSMA valorizou o saber tradicional, inserindo os agricultores na condição de protagonistas, pois o tema principal do evento foi a socialização do seu conhecimento relacionada à sua prática na produção. Os temas conduzidos pelos agricultores foram plantio direto sobre a braquiária, cultivo orgânico de tomate, cenoura e a produção de morango orgânico, compostagem Biodinâmica, café orgânico com produtividade, certificação participativa de áreas novas, produção de mel orgânico e a produção de banana orgânica. O evento trazia, ao mesmo tempo, a integração com as instituições parceiras, com apresentação de temas chamados de secundários, envolvendo a socialização de

²⁸ Ver Labigalini et al. (2014)

tecnologias sociais como: a construção de fossa séptica de evapotranspiração, pintura ecológica cores da terra e custos de produção de café orgânico.

Outra ação do CSMA foram as trocas de sementes. Durante cada etapa, os participantes foram orientados para levarem as sementes disponíveis em suas propriedades para a realização das feiras trocas. As sementes apresentadas pelos agricultores das diferentes regiões foram catalogadas e foi coletada uma amostra para a conservação/multiplicação no banco de sementes.

Com a realização das etapas do circuito, a Orgânicos Sul de Minas iniciou sua trajetória de consolidação como rede agroecológica e possibilitou momentos de interação entre seus membros. Entretanto, diante das dificuldades organizacionais e de mobilização o circuito perdeu força e encerrou suas edições ainda no início de 2015. Inicialmente, nem mesmo os próprios agricultores deram conta do papel e da contribuição do CSMA, para o fortalecimento do SPG Sul de Minas. Percepção que foi abordada em diversos momentos, durante a realização do presente trabalho, especialmente nas entrevistas de grupo focal. Os agricultores da APOMM afirmaram que os dias de campo que ocorreram foram importantes para fortalecer a confiança entre os membros e que estão fazendo falta, pois as atividades específicas do SPG não suprem, na totalidade, a necessidade de interação e capacitação.

Atualmente, há uma importante reflexão a ser feita na OSM: se momentos de interação, como os proporcionados pelo CSMA, são importantes para o fortalecimento do SPG, se são espaços de ricas trocas de saberes e descontraídos e se contribuem para as melhorias das técnicas de cultivos nas propriedades da maioria dos participantes, por que a ação perdeu força? Por que os núcleos não estão se mobilizando para a continuidade desse espaço ou para a construção de outros?

As respostas aos questionamentos do parágrafo anterior ainda parecem tímidas, mas suficientes para reafirmar que já há percepção da importância da

manutenção de momentos de trocas de experiências. Durante as entrevistas, um agricultor comentou que o CSMA era o momento que proporcionava o encontro entre os membros da OSM sem objetivo declarado de avaliação da conformidade e que, dessa forma, promovia maior troca. Já, outro agricultor analisou:

A visita mais para “inspeção” fica boa, mas perde um pouco a parte das trocas de saberes. Se retomássemos o circuito de Agroecologia esse procedimento seria reforçado. Nas visitas de pares até que se cumpre, mas é muito corrido. (P.R.D.S., Entrevista, 2015).

Também analisando sobre a realização do CSMA, o agricultor J.P.B. manifestou dizendo que *“a falta dos dias de campo faz diminuir o foco das visitas, pois as pessoas ficam querendo trocar conversas”* (J.P.B., Entrevista, 2015). As dificuldades por parte das associações, agricultores anfitriões, colaboradores e participantes para a realização de cada etapa, existem, mas a superação destas certamente será também o fator mais importante para a sua manutenção, fortalecendo a Agroecologia e o SPG Sul de Minas.

c) Unidades de ensino, extensão e pesquisa

O SPG Sul de Minas tem influenciado também nas atividades de extensão, pesquisa e ensino em instituições públicas da região, criando oportunidades para a realização de trabalhos por estudantes e servidores. No IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, por exemplo, foi criado o Setor de Agroecologia que possibilita um suporte às ações do OPAC e é também fortalecido por essa entidade. A unidade conta com cerca de 2,4 hectares divididos em cultivos anuais e perenes, reserva legal e sistema agroflorestral recém-implantado. Ainda no campus Inconfidentes, foi constituído o grupo de Estudos em Agroecologia e Entomologia “Raiz do Campo” que realiza a maior parte das suas atividades voltadas ao apoio das ações da OSM. Atualmente, são

aproximadamente 20 estudantes inseridos nos projetos do setor relacionados a experimentação de técnicas agronômicas apresentadas pelos agricultores e, também, na multiplicação e testes com sementes crioulas do banco de sementes. Para maior envolvimento, os membros do grupo Raiz do Campo decidiram pela solicitação da avaliação da conformidade orgânica da área e, atualmente, a unidade vinculada a AAOF e encontra-se certificada pelo OPAC Sul de Minas.

Na UFLA, os projetos de extensão e pesquisas em melhoramento participativo de sementes crioulas, a realização de eventos (encontros e workshops) com abertura de espaços para discussões com agricultores, somadas às ações do Núcleo de Agroecologia Mantiqueira e outros grupos de Agroecologia, têm mantido ativos os trabalhos da instituição e possibilitado aproximação com a agricultura orgânica na região. Essas relações têm possibilitado o crescimento e uma maior participação da universidade no cotidiano dos agricultores.

Outra instituição de ensino com atuação no âmbito da OSM é a Escola Agroecológica Sítio Esperança, em Lambari, MG. A instituição trabalha com a educação de crianças entre 2 e 6 anos e Ensino Fundamental até o quinto ano, desenvolvendo uma proposta pedagógica voltada aos saberes transdisciplinares com forte integração com a natureza e práticas como cultivo de hortas e conscientização pessoal, social e ambiental. Em 2015, passou a compor o grupo de Agricultores Orgânicos das Águas Virtuosas que reúne agricultores familiares, da região, que buscam a certificação para suas unidades junto ao OPAC Sul de Minas.

Em relação aos trabalhos acadêmicos, a OSM tem oportunizado pesquisas para trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação em diversas instituições (CODONHO, 2013; CARMARGO, 2014; CARVALHO, 2014; GUERRERO, 2014; XAVIER, 2014; FRANCO, 2015; VEIGA, 2015). Os trabalhos trataram de temas diversos com abordagens voltadas às técnicas de

cultivo, certificação, qualidade de solos ou relacionadas às questões sociais e políticas dos agricultores junto à rede. Além dos trabalhos citados, o presente estudo e outras pesquisas encontram-se em andamento, demonstrando a relevância da rede para o sul de Minas.

4.4.3 Contribuições do SPG Sul de Minas para a Comercialização

Conforme abordado no referencial teórico deste trabalho, vimos que as contribuições da Agroecologia entendidas como ciência multidisciplinar, vão além dos aspectos técnicos e produtivos, incorporando também outras dimensões como a social, econômica e política. Buscando compreender como o SPG Sul de Minas, por meio de sua dinâmica de funcionamento, seus princípios e mecanismos de controle têm atuado nas dimensões sociais e políticas da Agroecologia, foi analisado como tem sido realizada a comercialização dos produtos orgânicos.

A produção de alimentos dentro dos princípios agroecológicos, se apresenta mais do que uma forma de produzir com preservação ambiental, mas também como uma forma de garantir a segurança alimentar das famílias, tanto produtoras quanto consumidoras, por meio da oferta de produtos saudáveis. Porém, com a demanda crescente por alimentos de qualidade, muitos agricultores, familiares ou não, passaram a visualizar oportunidades para novas fontes de renda. Nesse sentido, uma das grandes críticas do movimento agroecológico à certificação está na alegação de que a agricultura orgânica tem se transformado em nicho de mercado, em uma “agricultura de produtos”, onde a pressão do mercado pode distanciar agricultores dos princípios da agricultura orgânica.

Criar mecanismos de comercialização local de forma a proporcionar maior relacionamento entre produtores e consumidores, criando relações de confiança e solidariedade entre eles, além de garantir preço justo ao consumidor e ao produtor, é uma pauta que está presente em todas as reuniões da Orgânicos

Sul de Minas, desde o primeiro encontro. Assim, várias iniciativas e proposições têm sido realizadas, porém, nem sempre com êxito. É perceptível que a proximidade com grandes centros consumidores, como as cidades de São Paulo e Campinas, aliada à alta demanda e valorização por esses produtos, nessa região, tem dificultado iniciativas de comercialização local, por meio das redes de comercialização que garanta a disponibilidade de produtos com preço mais acessível aos consumidores.

Uma dessas iniciativas foi a feira da OSM, que foi motivada por meio das reuniões e visitas, onde os agricultores passaram a trocar informações e conhecer as estratégias adotadas em cada núcleo ligado à Central, que comercializavam em feiras. A decisão por realizar uma feira em Pouso Alegre, MG, tinha a proposta de reforçar as relações entre as associações que compõe a OSM, priorizar o mercado local (uma vez que quase tudo é comercializado em outros estados), e ainda, ser um espaço de troca de produtos, que serviria tanto para consumo próprio, como também para ser comercializado nas outras feiras que cada núcleo realizava. Assim, os produtos de uma associação poderiam ser comercializados por outra associação em outra cidade. Após algumas reuniões para articulação, discussão das normas de funcionamento e escolha de local, em agosto de 2013 os agricultores ligados a ABAL, AAOF, APOMM, COOPFAM e ECOMINAS inauguraram um espaço de feira de produtos orgânicos na cidade de Pouso Alegre. Apesar do sucesso e animação inicial, antes mesmo do seu primeiro aniversário, a feira que funcionava em um espaço da Central de Abastecimento de Pouso Alegre (CEASA), já acumulava algumas dificuldades. A escassez de chuvas tornava complicada a missão dos agricultores de produzir para atender a dois ou mais mercados e, ainda, à distância e à falta de uma divulgação eficiente tornaram as vendas pouco atrativas para muitos agricultores que acabaram desistindo.

Atualmente, a feira permanece ativa, funcionando todas as quartas, em novo local e representada por agricultores da COOPFAM e ECOMINAS.

Entretanto, apesar da redução no número de feirantes, o contato entre os agricultores possibilitou a criação de um intercâmbio de um núcleo para outro, e produtos de uma associação passaram a compor a sua lista de produtos de outra em distintos locais de comercialização. Dessa forma, a banana produzida pela ABAL é comercializada pela AAOF em Campinas, SP e de forma semelhante circulam outros produtos como o açúcar mascavo da AAFASD e a laranja ponkan da APOMM.

A entrega em domicílio, foi outra iniciativa de comercialização conjunta, originada das feiras, uma comodidade para o consumidor e uma garantia para o agricultor, que já sai de casa com a venda garantida da produção ou parte dela. Assim tem acontecido com os feirantes de Pouso Alegre. O grupo já tem consumidores fieis na cidade de Pouso Alegre e Varginha (município que fica a 150 km de Pouso Alegre). Vale lembrar, que estas vendas antecipadas têm garantido a existência da feira, pois, de acordo com relato dos agricultores, o volume das entregas, na maioria dos dias, tem superado a venda direta na barraca.

Outras estratégias de comercialização em feiras são também exploradas pelos núcleos do SPG, como já mencionados o espaço da AAOF em Campinas / SP aos domingos, da APOMM, em São Lourenço/ MG aos sábados e em Itajubá/ MG às quintas-feiras. Apesar de ainda pequenas atendendo a um grupo reduzido de consumidores, têm contribuído para a divulgação da Agroecologia, na região, com a geração de renda para os agricultores e, principalmente, para o fortalecimento das relações de confiança entre feirantes e consumidores.

Os preços praticados nessas feiras nem sempre são atrativos para o consumidor, o transporte, assim como a pouca oferta dos produtos oneram os preços, restringindo, em alguns casos, o acesso a uma pequena parcela da população com maior poder aquisitivo. Provocados por essa situação, a OSM tem buscado, nos mercados institucionais, uma forma de popularizar a oferta. Atualmente, agricultores de todos os núcleos de certificação já comercializam no

PNAE, embora ainda sejam poucos. Para esses agricultores, a comercialização pelo PNAE tem sido um diferencial na renda, uma garantia no mercado e uma forma de popularizar o consumo de alimentos orgânicos, contribuindo com a segurança alimentar das crianças da rede pública, além de provocar maior discussão nesses espaços sobre os sistemas de produção de alimento. Nesse sentido, uma grande contribuição do SPG Sul de Minas foi a provocação para debates na câmara municipal de Pouso Alegre, que culminou na aprovação da Lei Nº 7084/2014, que estabelece a obrigatoriedade na aquisição gradual de alimentos orgânicos pela prefeitura municipal para a alimentação dos estudantes das escolas municipais. Embora essa lei não tenha sido efetivada por meio da aquisição de alimentos orgânicos em 2015, criam-se mecanismos legais e possibilidades para a aquisição, significando a conquista de um reconhecimento legal da importância da produção orgânica, em função de sua qualidade comprovada e da garantia da segurança alimentar dos beneficiários.

Ainda em relação à comercialização pelos fornecedores do SPG Sul de Minas, vale lembrar as particularidades desses atores. Pelo Gráfico 4, é possível observar as diferentes formas de comercialização realizada pelos fornecedores do SPG Sul de Minas.

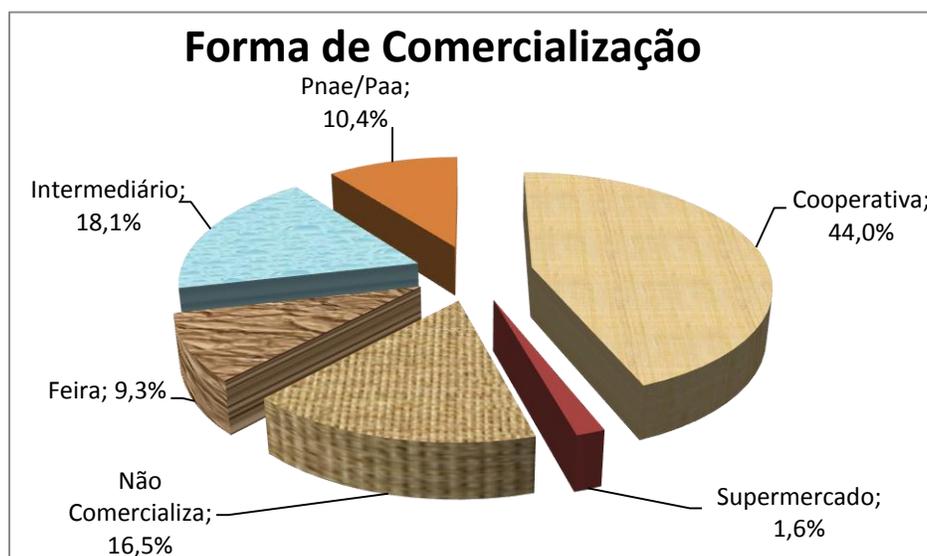


Gráfico 04 Forma de Comercialização dos Fornecedores do Sistema Participativo de Garantia do Sul de Minas

A expressiva comercialização realizada por meio de cooperativa (44%), está relacionada à comercialização do café pela COOPFAM, que também comercializa o café dos agricultores da AAFASD e Camponesa. A comercialização direta à rede varejista de supermercados (1,6%) é bem tímida, sendo identificada que acontece no núcleo da AAOF, em especial para produtos como café e mel, pois, nesse grupo, o forte da comercialização é feira. Observa-se também que boa parcela dos agricultores certificados pelo OPAC Sul de Minas (16,5%) ainda não têm uma produção disponível para a comercialização, esses agricultores estão mais concentrados na APOMM, AAFASD e Camponesa. A participação no SPG Sul de Minas, para muitos desses agricultores, significa uma possibilidade de iniciar uma produção dentro dos princípios agroecológicos, buscando, por meio da interação, a troca de experiências, apoio técnico e oportunidades de acesso ao mercado. A comercialização em feiras (9,3%) e PNAE

(10,4%), conforme descrito tem sido intensificado após o SPG Sul de Minas. A venda para intermediários (18,1%), ainda se faz necessária, principalmente pela falta de uma articulação interna no SPG Sul de Minas que dê conta de escoar toda a produção, especialmente a banana e os produtos produzidos em escala maior.

Conforme já descrito, a monocultura é uma realidade, em especial nos núcleos da COOPFAM (café) e ABAL (banana), sendo a comercialização em espaços como mercados varejistas e exportação, uma necessidade de escoamento de produção. Ainda assim, observa-se uma grande contribuição do SPG Sul de Minas, na comercialização desses núcleos. A COOPFAM, que antes exportava cerca de 90% do café produzidos pelos seus cooperados, em 2015, acessou, pela primeira vez o PAA Institucional, comercializando café orgânico para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essa comercialização só foi possível graças ao certificado do OPAC Sul de Minas, visto que não possuíam certificação para o mercado nacional. Outra contribuição para esse núcleo que o SPG Sul de Minas tem proporcionado, está na maior participação dos agricultores nas questões relacionadas ao produzir e certificar, antes realizada, quase que, exclusivamente, pelos técnicos da cooperativa.

O núcleo COOPFAM ainda conta com o grupo de Mulheres Organizadas Buscando a Independência (MOBI), que têm buscado na produção e na certificação participativa um maior reconhecimento da atuação da mulher no campo. Além do “café feminino”²⁹, o MOBI, tem buscado maior diversificação de sua produção, iniciando em 2014 um projeto de implantação de produção de rosas e flores tropicais, que já se encontram certificadas pelo sistema participativo. A presidência da OSM é ocupada por uma mulher desse grupo, desde a sua

²⁹ Café orgânico produzido exclusivamente pelas mulheres do grupo MOBI, que tem conquistado grande notoriedade no mercado internacional pelo *Fair Trade* (Comércio Justo) e também no Mercado interno.

constituição, e foi por meio dessa participação, que se deu o envolvimento e a solicitação da conformidade da COOPFAM no SPG Sul de Minas. O MOBI vem dando bons exemplos de participação da mulher para além dos espaços de produção, afinal, como elas mesmas dizem, *“se servimos para plantar, cuidar e colher, também servimos para votar, decidir e receber os frutos do nosso trabalho”* (R.S.P., Comunicação Pessoal).

Na perspectiva da dimensão política, o SPG Sul de Minas tem avançado em termos de participação e visibilidade regional, promovendo encontros, eventos e provocando discussões em diferentes espaços, porém, ainda está muito aquém do potencial dessa rede e da necessidade de atuação como movimento da agricultura orgânica. Poucos agricultores participam de comissões e conselhos em seus municípios e como rede, a OSM ainda não tem nenhuma participação na Articulação Mineira de Agroecologia (AMA), o que deixa a região sem representação nesse importante espaço. Apesar disso, recentemente ocupou um espaço na Comissão Estadual de Produção Orgânica de Minas Gerais (CPOrg-MG) e, por meio deste espaço, pretende propor a formação de uma rede de certificação participativa junto ao SPG Brotas Cerrado. O início dessa articulação está sendo feito pelos colaboradores do IFSULDEMINAS e o MAPA e torna-se interessante uma vez que organizações de outras regiões já vêm se inspirando no modelo do SPG Sul de Minas e buscando seu apoio para constituir seu próprio SPG, como é o caso do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), no Vale do Jequitinhonha (Turmalina, MG), da Associação de Apicultores de Bocaiuva, no norte de MG e pela rede de consumidores MOGICO (Monte de Gente Interessada em Comprar Orgânico) de Juiz de Fora, na Zona da Mata.

Apesar dos desafios e do longo caminho que o SPG Sul de Minas precisa percorrer para que venha, de fato, a influenciar o modo de produzir e consumir na região em que está inserido percebe-se que, com um tempo curto de existência, tem desempenhado um papel importante na inclusão de agricultores familiares

para acesso ao mercado orgânico, na disponibilidade de produto saudável na região e também na promoção de espaços de discussão e oportunidades para a promoção da Agroecologia.

4.4.4 Percepções dos agricultores sobre a atuação do SPG Sul de Minas

Durante o grupo focal, buscou-se compreender a percepção dos agricultores em relação à atuação do SPG Sul de Minas, quais os fatores contribuíram e como foram percebidos pelos agricultores.

Foram muitas as manifestações positivas, ressaltando diversos aspectos para justificar a satisfação como: integração com outros agricultores orgânicos do sul de Minas, baixo custo da certificação, ampliação de mercado, o caráter social sempre presente e, ainda, a integração e aproximação dos agricultores com o IFSULDEMINAS, EMATER e MAPA.

Outro fato abordado foi a flexibilidade e disponibilidade das pessoas em sempre contribuir para incluir novos membros, dar oportunidades aos que querem ingressar na produção orgânica. Para os agricultores que vieram do sistema de auditoria, a credibilidade das visitas, o controle social no sistema participativo é bem maior que na auditoria. Falou-se que *“as visitas na auditoria causavam preocupação, pois não havia envolvimento e, ainda, não entendiam direito”* (B.F.M., Entrevista, 2015). Ainda foi ressaltada a visibilidade que o SPG trouxe para a produção orgânica da região, proporcionando melhoria e ampliação de mercado. A preocupação com a diversificação foi abordada pelos agricultores da ABAL, que sentem essa necessidade. *“O pessoal precisa diversificar a produção, pois agora já temos mercado pra tudo”* (B.P., Entrevista, 2015).

Para a APOMM, a valorização dos agricultores orgânicos foi lembrada como motivos de grande satisfação com o SPG Sul de Minas, conforme o seguinte relato:

Antes já produzíamos de maneira orgânica, mas não tínhamos o reconhecimento nem como agricultor e nem a valorização dos nossos produtos, com o SPG, nosso grupo passou a ter mais visibilidade, e respeito. A certificação tornou o nosso produto orgânico de fato e de direito (P.R.D.S., Entrevista, 2015).

Para os agricultores que não tinham tradição com o manejo orgânico ou, até mesmo, com a atividade agrícola, a recepção e acolhida pelos agricultores tradicionais foram lembradas como motivo de grande satisfação por fazer parte do SPG Sul de Minas. “Antes, quem queria trabalhar de maneira orgânica ficava sozinho, quebrando cabeça, e com o SPG, fomos recebidos e acolhidos, aprendemos muito com o grupo” (L.O.B, Entrevista, 2015). Este depoimento, traduz o sentimento de gratidão da agricultora e nos remete aos benefícios além do selo, que o SPG proporciona.

Em Síntese:

Neste tópico sobre a contribuição do SPG Sul de Minas para o fortalecimento da Agroecologia, foi possível perceber que, mesmo em um curto espaço de tempo, esta rede vem provocando pequenas e significativas mudanças nas dimensões ecológicas, técnicas, sociais e políticas na região.

Percebe-se que a diversificação de cultura, aliada às práticas e manejos ecológicos, como rotação de culturas, cobertura de solo, ciclagem de nutrientes, preservação de nascentes, mata ciliar e, até mesmo, implantação de sistemas agroflorestais têm sido disseminados por meio das atividades promovidas pelo SPG Sul de Minas, como dias de campo e visitas às propriedades.

Outra ação que vem se consolidando com uma prática no SPG Sul de Minas é o cuidado com a preservação de sementes crioulas, por meio das feiras de troca e multiplicação. As dinâmicas de funcionamento do SPG têm agregado agricultores e instituições em ações que vêm promovendo a geração de

consciência, conhecimento e iniciativas na busca de soluções para os problemas relacionados à disponibilidade de sementes para produção orgânica.

No campo da construção do conhecimento agroecológico, percebe-se avanços no reconhecimento da importância do saber tradicional como base para o conhecimento científico e, nesse sentido, o SPG Sul de Minas tem influenciado e provocado diversos estudos acadêmicos, além de promovido espaços para diálogo de saberes e construção do conhecimento, como as visitas de pares, visitas de verificação e CSMA.

Por fim, para que a certificação participativa seja mais que um selo, o SPG Sul de Minas, tem buscado nos mercados locais e institucionais uma forma de estabelecer relações sociais e garantir a credibilidade para o sistema. A monocultura está muito presente entre os agricultores da OSM, contudo há indícios que a integração e a discussão podem provocar uma gradativa mudança neste cenário. Nota-se que os agricultores percebem os benefícios que o SPG tem possibilitado, ressaltando menor custo da certificação, maior interação entre os agricultores e instituições, promovendo a construção do conhecimento agroecológico e aperfeiçoando os sistemas de produção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o reconhecimento dos SPGs pela legislação brasileira, estes passaram a constituir uma importante ferramenta para a garantia da qualidade dos produtos orgânicos no Brasil. Sua dinâmica de funcionamento, com destaque para as visitas com a participação de agricultores, técnicos e consumidores, tornou-se um mecanismo capaz de garantir que a qualidade do produto orgânico por ele certificado, vá além do não- uso de agrotóxicos ou produtos químicos, mas também ateste as qualidades intrínsecas aos princípios das agriculturas orgânicas que vêm se perdendo e podem ser resgatados por esse sistema de avaliação da conformidade. Para isso, é necessário que os agricultores se apropriem dos procedimentos, por meio de uma participação ativa, e sejam protagonistas desse processo.

Nesse sentido, no início deste trabalho, foram levantadas algumas questões como: os agricultores compreendem o sentido dos mecanismos de controle social? Eles praticam os princípios da certificação participativa? De que forma esse processo tem influenciado no manejo da sua unidade de produção? Eles percebem algum benefício além da certificação e do que ela representa com nicho de mercado? Essas perguntas nortearam esta pesquisa e apresentam uma estreita relação com a rápida trajetória do SPG Sul de Minas.

Para responder a essas questões, o trabalho iniciou-se com um resgate histórico da constituição do SPG Sul de Minas. O primeiro aspecto relevante dessa trajetória foi a descoberta da existência de um contexto muito favorável para a formação de uma rede. A presença de vários grupos organizados em torno da produção orgânica, o apoio de instituições de ensino, extensão e pesquisa e o

momento político instaurado com grande demanda por produtos certificados, aliados às dificuldades enfrentadas por assistência técnica especializada para a agricultura orgânica, foram fatores impulsionadores para a implantação do SPG Sul de Minas.

A parceria entre IFSULDEMINAS e EMATER-MG apoiados pelo MAPA foi importante para que o processo de constituição fosse ágil, havendo consenso entre os próprios agricultores que, sem esse apoio, essa articulação, dificilmente, aconteceria, embora algumas associações já cogitassem a constituição do SPG na região. Em todos os SPGs do Brasil foi identificado o apoio de alguma instituição ou organização, ficando claro que o processo de constituição é burocrático e depende de técnicos envolvidos que assessorem os agricultores no processo de constituição e credenciamento do OPAC, especificamente pela grande exigência de documentação. Porém, percebe-se, em diversos momentos, que o SPG Sul de Minas tem uma forte dependência da parceria com o IFSULDEMINAS que precisa ser repensada como forma de garantir sua autossustentação e independência do sistema.

O fato do Campus Inconfidentes sediar a OSM e o escritório do OPAC, pode ser analisado sob vários aspectos e um deles está associado à uma dependência do SPG Sul de Minas para com o IFSULDEMINAS, pouca autonomia e ainda baixo nível de envolvimento dos agricultores na gestão. Como contraponto a isso, existe o lado da conquista de um espaço nunca ocupado por agricultores orgânicos, mas, frequentemente, preenchido por empresas interessadas em divulgar os seus produtos e contribuir na “formação” de profissionais para vender e defender o uso de agrotóxicos. Com essa “ocupação”, os agricultores da OSM provocaram a criação do grupo de estudos em Agroecologia e Entomologia Raiz do Campo, que hoje desenvolvem projetos e ações de interesse dos agricultores orgânicos, como as pesquisas com sementes, certificação participativa, PNAE, dentre outras. A agricultura orgânica também

ganhou notoriedade dentro da instituição, provocando reflexões e mudanças no discurso e na ação de diversos profissionais e estudantes.

Dessa forma, fica claro que o apoio é importante e necessário, especialmente nos primeiros anos, porém, esse apoio não pode causar acomodação e é preciso sempre pensar formas de sustentabilidade do SPG. É fundamental também que as ações sejam de “mão dupla” que os benefícios sejam percebidos tanto pelo SPG quanto pelas instituições parceiras. O grupo precisa cada vez mais criar espaços de participação e tomada de decisões e cuidar para que as decisões sejam de conhecimento de todos, conferindo maior transparência ao processo. Estimular a participação dos agricultores em espaços além da propriedade e do seu núcleo deve ser uma prática cotidiana.

Outro aspecto que também merece destaque é o capital social existente nas organizações que compõem a Orgânicos Sul de Minas. Foi identificado, na pesquisa, que a confiança, base para o controle social e a responsabilidade solidária dos SPGs, são pré-existentes ao SPG Sul de Minas, assim como a participação em atividades sociais e de cooperação mútua. Vale lembrar que todas as organizações que hoje fazem parte da OSM têm trajetória longa, algumas com mais de 20 anos de existência. Porém, essa mesma relação de confiança e participação ativa existentes no âmbito do núcleo, nem sempre se aplica ao SPG Sul de Minas, evidenciando a necessidade de promover ações que garantam maior participação e integração entre os agricultores de diferentes núcleos. As visitas de verificação e o Circuito Sul Mineiro de Agroecologia (CSMA) se mostraram importantes nesse aspecto.

Sobre as visitas de verificação, por requererem a participação de um membro de outro núcleo (aval cruzado), torna-se um espaço importante para promover a confiança e interação, porém, em razão do custo com transporte, alimentação e diárias custeados pelo OPAC, acaba restringindo a participação ao quórum mínimo, onde, normalmente, são os coordenadores do grupo que

participam. Nesse sentido, percebeu-se que a capacitação dos coordenadores para que os mesmos sejam proativos e difusores das informações recebidas aos membros do seu grupo é fundamental. Os agricultores relataram que confiam nos demais núcleos também pela segurança repassada pelos coordenadores. A importância de rotatividade de agricultores na coordenação do grupo vem sendo discutida como estratégia de dar a todos a oportunidade de conhecer e atuar em outros espaços além do espaço do próprio núcleo, o que se mostra como importante para trabalhar o capital social onde ele ainda não existe.

Já, o CSMA, quando parou de ser agendado pelos colaboradores do IFSULDEMINAS na intenção que os agricultores assumissem maior compromisso com a organização desse evento, deixou de acontecer, o que reforçou que o apoio dos mediadores na organização é importante, porém é necessário que se construa estratégias para que os agricultores possam, cada vez mais, ir se responsabilizando pelos espaços de articulação.

Diante dos desafios para um maior empoderamento apontados, o SPG Sul de Minas vem buscando estratégias para envolver mais os agricultores nos espaços de planejamento, execução e avaliação das atividades, como forma de promover maior apropriação dos processos de geração de credibilidade. Para exemplificar, vale lembrar o encontro de formação de coordenadores que será realizado pelo segundo ano. Esse encontro que tem a duração de três dias, reúne todos os coordenadores de grupo, representantes dos colaboradores e diretoria da OSM, além de contar com a presença de auditores do MAPA como forma de contribuir com o entendimento de várias questões que surgem durante a formação. O momento se torna rico pela integração promovida entre os presentes, a troca de experiências, a construção do conhecimento, além de importantes decisões tomadas em relação ao processo de avaliação da conformidade, com destaque para a definição de calendário e equipe de visitas, reformulação de documentos e reflexão sobre os princípios do SPG Sul de Minas.

Respondendo às primeiras questões sobre a compreensão dos agricultores sobre os mecanismos de controle social e a prática dos princípios dos SPG, pode-se afirmar que, apesar do curto tempo de existência do SPG Sul de Minas, o empenho, a dedicação, aliados à experiência em trabalhos associativistas dos agricultores, reforçados pelo apoio dos parceiros, fizeram com que se apropriassem de maneira muito satisfatória de todo o processo de geração de credibilidade de um SPG, seja a aplicação do que chamamos, neste trabalho, de mecanismos de controle (visitas, registros, reuniões, dias de campo), seja pela prática e reconhecimento dos princípios como confiança, participação, transparência, autodeterminação e diálogo de saberes que sustentam os SPGs. É importante ressaltar mais uma vez que não existe uma participação ideal, ela é um processo e como tal nunca está pronta, a participação é dinâmica, assim como são dinâmicas as relações que são construídas numa rede, que precisa de ações constantes para a sua manutenção e fortalecimento.

Por fim, respondendo as outras questões sobre a influência do SPG nas unidades de produção e a percepção dos agricultores sobre os benefícios da certificação participativa, esta pesquisa evidenciou o reconhecimento dos agricultores de que a certificação é apenas um dos benefícios proporcionados pelo SPG Sul de Minas. O fato de vários agricultores certificados migrando da auditoria para a certificação participativa e outros que não comercializam e ainda assim solicitaram a avaliação da conformidade, é uma grande prova de que visualizam os benefícios da certificação participativa para além de um selo. Mais que a abertura de novos mercados, reconhecem que o processo proporciona uma troca de experiências, valorização dos saberes e integração que torna possível a construção de um conhecimento agroecológico que supre boa parte das deficiências por uma assistência técnica especializada, que promoveu melhorias nas práticas e manejos do sistema produtivo. Ressalta-se também que em alguns casos, a própria aproximação com o serviço de ATER e com uma instituição de

ensino foi citada como um dos grandes ganhos do SPG Sul de Minas, pois, para alguns grupos, não existia qualquer aproximação com essas instituições. É natural que com assistência técnica mais presente com a dinâmica das visitas e a constante troca de experiências, o manejo nas unidades de produção seja influenciado. Essas influências, embora pouco perceptíveis visualmente, talvez pelo curto tempo que participam do processo, são relatadas pelos agricultores como a adoção de uma técnica nova, preservação de um curso d'água antes degradado por falta de uma orientação, o manejo mais adequado do mato e, até mesmo, uma variedade resgatada por meio de uma semente ou muda ganhada em algum momento de integração.

Para encerrar esta dissertação, sem, contudo, encerrar a discussão sobre o SPG Sul de Minas, vale reforçar alguns pontos evidenciados nesta pesquisa que poderão servir de pressupostos para outros grupos que desejam trilhar por esse caminho. Primeiro, que o apoio à implantação de um SPG por alguma instituição ou organização é fundamental e necessário, devendo estar na pauta das reivindicações dos agricultores orgânicos aos serviços de ATER, instituições de ensino, sindicatos e governo que atuam na região. Em segundo lugar, o capital social é um fator que deve ser levado em consideração na implantação de um SPG, ele é imprescindível, pois seus ativos são também princípios que sustentam um SPG, devendo ser trabalhado onde ainda não exista. Em terceiro lugar, os agricultores participantes de um SPG precisam buscar mais que uma certificação de baixo custo, considerar os benefícios além do selo, pois nem sempre os custos serão menores, visto que a participação também requer investimentos. Por fim, pode-se afirmar que a metodologia adotada por um SPG, como no caso do Sul de Minas, além de garantir a qualidade do alimento orgânico e assegurar ao consumidor que os processos de produção atendem aos requisitos estabelecidos na legislação, também promovem a integração de pessoas e instituições, resgatam

valores e princípios, fortalecendo a Agroecologia, na região, em que este está inserido.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L.S. et al. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da Agroecologia. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.26, p.143-160, jul./dez. 2012.

ALVES, A.C.O; SANTOS, A.L.S; AZEVEDO, R.M.M.C. Agricultura orgânica no Brasil: sua trajetória para a certificação compulsória. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.7, n.2, p.19-27, 2012. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/10085>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

ASSIS, T.R.P. et al. Agricultura familiar e Agroecologia no sul de Minas Gerais - reflexões iniciais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER) - Novas fronteiras da agropecuária no Brasil e na Amazônia: desafios da sustentabilidade, 51., 2013. **Anais...**, Belém, PA, [s.n], 2013.

ASSIS, R.L. **Agroecologia no Brasil**: análise do processo de difusão e perspectivas. 2002. 150 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

BACKES, D.S. et al. Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v.35, n.4, p.438-442, 2011.

BONAMINO, A.; ALVES, F. FRANCO, C. Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. **Revista Brasileira de Educação**, v.15, n.45, set./dez. 2010.

BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORSATTO, R.S.; CARMOS, M.S. Agroecologia e sua epistemologia. **Interciência**. v.37, n.9, p.711-716, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33925502010>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 07 dez. 2014.

_____. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm>. Acesso em: 07 dez. 2014.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa 007, 1999**. Estabelece as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e de certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem animal e vegetal. Revogada pela IN 64/MAPA/2008. Disponível em <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa 019, 2009**. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica. Disponível em <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLeislacaoFederal>> Acesso em: 28 abr. 2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa 046, 2011**. Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. Disponível em <

<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=consultarLegislacaoFederal>> Acesso em: 28 abr. 2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>>. Acesso em: 09 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Instrução Normativa 017, 2014**. Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/IN-17.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Portaria Interministerial nº01/2015. Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar e estabelece objetivos e diretrizes para sua implantação**. Disponível em < <http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2016

CALDAS, N.V. et al. Certificação de produtos orgânicos: obstáculos à implantação de um sistema participativo de garantia na Andaluzia, Espanha. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.50, n.3, p.455-472, jul./set. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032012000300004&script=sci_abstract>. Acesso em: 26 mar. 2015.

CALDAS, N.V. **A certificação de produtos orgânicos no Brasil e na Espanha**. Pelotas: Ed. Universitária: UFPel, 2013.

CAMARGO, C.R. **Sistemas participativos de garantia na agricultura orgânica brasileira: ação coletiva e construção de redes de conhecimento agroecológico**. 2015. 175 f.: il. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. A Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n1, jan./mar.2000.

_____. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

_____. **Agroecologia**: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2002. (Série Programa de Formação Técnico-Social da EMATER/RS. Sustentabilidade e Cidadania, texto 5).

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F.R.; AZEVEDO, E. **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. 192 p.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.15, n.4, p.679-684, 2006.

CARTA FORO LATINOAMERICANO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTÍA. **Carta de princípios del foro Latino-Americano de sistemas participativos de garantía**. Antônio Prado, RS. 2009. Disponível em: <<http://www.ifoam.bio/sites/default/files/page/files/cartadeprincipiosdofrumlatinospgsespaol.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____. **Carta de princípios del foro Latino-Americano de sistemas participativos de garantía**. Antônio Prado, RS. 2007. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/certificacao_participativa.php?id_categoria=10>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____. **Carta de princípios del foro Latino-Americano de sistemas participativos de garantía**. Torres, RS. 2004. Disponível em:

<http://www.centroecologico.org.br/certificacao_participativa.php?id_categoria=10>. Acesso em: 05 abr.2015.

CARVALHO, L.A.H.B. **Análise da percepção ambiental de produtores orgânicos do Sul de Minas**: estudo de caso da Associação Agroecológica de Ouro Fino - AAOF. 2014. 44p. Monografia (Graduação em Gestão Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Inconfidentes, Inconfidentes, 2014.

CODONHO, C.G. **“Ser orgânico”**: agricultura ecológica e novas ruralidades no sul de Minas Gerais. 2013. 291p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.

COMERFORD, J.C. **Fazendo a luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999. 76p..

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo:Cortez, 1999. 176p.

ECODEBATE. **Estudo levanta a situação atual da agricultura de base ecológica no Brasil e em São Paulo**. Redação Ecodebate, 2011. Disponível em: <www.ecodebate.com.br/2011/06/30/estudo-levanta-a-situacao-atual-da-agricultura-de-base-ecologica-no-brasil-e-em-sao-paulo/>. Acesso em: 23 set. 2013.

DIDONET, A.D. et al. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: EMBRAPA, 2006. 31p.

FEIDEN, A. et al. Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 179-204, 2002.

FERES, A.M.B. **A reorganização da agropecuária orgânica do estado do Rio de Janeiro em face da legislação brasileira atual e a formação do sistema participativo de garantia da ABIO.** 2012. 144p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2012.

FERRARO, A.R. Epistemologia da agroecologia: dialética versus positivismo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v.34, p.117-134, ago. 2015. DOI: 10.5380/dma.v34i0.37953.

FONSECA, M.F.A.C. et al. **Agricultura orgânica:** introdução às normas, regulamentos técnicos e critério para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói : Programa Rio Rural, 2009. 58 p. (Programa Rio Rural. Manual Técnico, 19).

FONSECA, M.F.A.C. **A Institucionalização do mercado de orgânicos no mundo e no Brasil:** uma interpretação. 2005. 505p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, 2005.

FRANCO, F.P. **Efeito alelopático de plantas espontâneas sobre a germinação de sementes e desenvolvimento inicial de plântulas de feijão.** 2015. 29p. Monografia (Graduação em Agronomia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Inconfidentes, Inconfidentes, 2015.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991. 156p. (Biblioteca básica). Disponível em <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/contents.html>>. Acesso em: 01 mar. 2015.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220p.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. 653p. il.

_____. 4.ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

GOMES, J.C.C. As bases epistemológicas da Agroecologia. In: CAPORAL, F.R.; AZEVEDO, E.O. (Orgs.). **Princípios e perspectivas da agroecologia**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011. v.1. cap. 1, p.13-42.

GUERRERO, A.R. **Caracterização física do solo em estágio inicial de cultivo orgânico**. 2014. 46p. Monografia (Graduação em Gestão Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Inconfidentes, Inconfidentes, 2014.

GUI, R.T. Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido. **Revista de Psicologia: Organização e Trabalho**, v.3, n.3, p.135-160, jan./jun. 2003.

HECHT, S.B. A evolução do pensamento Agroecológico. In: ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. Cap. 1, p. 21-51.

HOLLANDA, A.P.P.; ABREU, M.C.S. Os desafios da implantação da certificação orgânica (Sistemas Participativos de Garantia - SPG) no estado do Ceará. In: XVI SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, 16., 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo [s.n.], 2013. p.1-16.

HOLLIDAY, O.J. **Sistematização de experiências: aprender a dialogar com os processos**. Rio de Janeiro : Ed. CICAC, 2007. 74p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). **Fluxos e informações na economia solidária: comercialização e certificação participativa**. Rio de Janeiro: Editora Ibase, 2011. 30p.
INTERNATIONAL FEDERATION OF ORGANIC AGRICULTURE MOVEMENTS (IFOAM). **Global comparative study on interactions between social processes and participatory guarantee systems: a best practice study for**

learning and development with cases studies from Africa, Asia, Europe and Latin America. IFOAM: Germany, 2014. 90p.

LABIGALINI, I. et al. Circuito de Agroecologia do Sul de Minas como mecanismo de integração entre os grupos de agricultores da região. In: JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 6., 2014. SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO DO IFSULDEMINAS, 3., 2014. **Anais...**, Pouso Alegre: IFSULDEMINAS - Campus Pouso Alegre, 2014.

LEITE, R.M. Dez anos de regulamentação da agricultura orgânica, experiência de sistema participativo de garantia, avanços, desafios e oportunidades da agroecologia e produção orgânica no Brasil. **Planeta Orgânico**. 2013. Disponível em: <planetaorganico.com.br/site/wp-content/uploads/2013/06/Dez_anos_de_Regulamentacao_da_Agricultura_Organica.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 2007. 182f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, L.C.P.; MACHADO FILHO, L.C.P. **A dialética da agroecologia**: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo : Expressão Popular, 2014. 360p. il.

MARTELETO, R.M.; OLIVEIRA E SILVA, A.B. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n.3, p.41-49, set./dez. 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>, acesso em 13 de março de 2016.

MEDAETS, J.P.P. **A construção da qualidade na produção agrícola familiar**: sistemas de certificação de produtos orgânicos. 2003. 226p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2003.

MEIRELLES, L. **Produto ou produto ecológico?** Centro Ecológico de Assessoria e Formação em Agricultura Ecológica. Dom Pedro de Alcântara, jul. 2000. 9p. Disponível em: <://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=20> . Acesso em: 20 set 2015.

_____. Sistemas Participativos de Garantia - origem, definição e princípios. **Revista de Agricultura Ecológica de AGRECOL**, Cochabamba, Bolívia, 7 abr., 2007.

_____. Arqueologia dos sistemas participativos de garantia. In: ENCONTRO DE REPRESENTANTES DOS SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA, 1., 2015, Brasília, 2015. (Apresentação Oral).

MELÃO, I.B. Desenvolvimento rural sustentável a partir da agroecologia e da agricultura orgânica. **Nota Técnica Ipardes**, Curitiba, n.8, out. 2010. 27p.

ORGANISMO PARTICIPATIVO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DO SUL DE MINAS GERAIS (OPAC). **Manual de procedimentos operacionais do OPAC Sul de Minas de 2015**. [S.l.: s.n]. 15p.

PENTEADO, S.R. **Implantação do cultivo orgânico: planejamento e plantio**. 2. ed. Campinas: Via Orgânica, 2012.

PORTES, A. Capital Social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n.33, p.133-158, 2000. Disponível em <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/377/1/33.06.pdf>> Acesso em 13 de março de 2016.

PRIMAVESI, A.M. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura**. São Paulo: Nobel, 1997. 200p.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 260 p.

QUEIROZ, D.T. et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.276-283, abr./jun. 2007.

ROCHA, L.C.D.; HIRATA, A.R.; PEDINI, S. O incentivo a projetos de extensão e pesquisa em Agroecologia no IFSULDEMINAS a partir de demandas de produtores do sul de Minas Gerais. In: ENCONTRO DE AGROECOLOGIA: REDES PARA A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NA AMÉRICA LATINA, 3., ago. 2013, Botucatu (SP). **Resumos...**, Botucatu (SP): Unesp, 2013.

ROMANO, J.O.; ANTUNES, M. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Actionaid Brasil, 2002. 116 p. Disponível em <<http://187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

SANTOS, J.O. et al. A evolução da agricultura orgânica. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v.6, n.1, p.35-41, jan./fev. 2012.

SANTOS, L.C.R.; MAYER, P.H. A experiência da REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA no sul do Brasil. Resumos de: Palestras do V Congresso Brasileiro de Agroecologia, Guarapari, ES. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Pelotas (RS), v.2, n.2, p.1800-1804, out. 2007.

SANTOS, L.C.R. Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no sul do Brasil. **Relatório Técnico Final. Projeto Nº 52.0847/01-6/CNPq**. 2005. 73p. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/certificacao_download.php?id_pdfcertificacao=42&tipo=pdf>. Acesso em: 11 nov. 2015.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L.P.; LUIS, M.A.V. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P.J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, v. 39, n. 11, p. 29-41, 2009.

TOLEDO, V.M. La Agroecología en latinoamerica: tres revoluciones, una misma transformacion. **Agroecología**, v.6, n.1, p.37-46, 2012.

VEIGA, J.C. **A contribuição do organismo participativo de avaliação da conformidade do sul de Minas para os agricultores certificados**. 2015. 44p. Monografia. (Graduação em Agronomia)- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Campus Inconfidentes, Inconfidentes, 2015.

VEIGA, J.C. et al. A experiência de integração e formação da Central das Associações de Agricultores Orgânicos do Sul de Minas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 9., 2015. **Anais...** Belém, PA, [s.n], 2015.

XAVIER, J.B. **Estado da arte em Agroecologia e suas relações com experiências no sul de Minas Gerais**. 2014. 232 p.: il. Dissertação (Mestrado em Fitotecnia) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2014.

WILKINSON, J. Agricultura familiar e mercados velhos e novos. In: SEMINÁRIO REGIONAL MEIO AMBIENTE E MERCADO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O NORDESTE. Natal, 19 a 21 de junho de 2000. **Anais...** [S.l.:s.n], 2000. p.25-29.

ZOLIN, R.; HINDS, P.J. **Trust in context**: the development of interpersonal trust in geographically distributed work teams. Center for Integrated Facility Engineering: Stanford, 2002.

7. APÊNDICES E ANEXOS

7.1 Apêndice I. Roteiro para entrevista de grupo focal

ROTEIRO PARA ENTREVISTA GRUPO FOCAL

- 1 - Agradecer a todos
- 2 - Explicar o objetivo do encontro - falando do termo de livre consentimento
- 3 - Solicitar autorização para gravar, explicando que haverá sigilo das informações, na utilização dos dados e no anonimato dos participantes;
- 4 - Explicar que a entrevista não busca consenso, que cada um deve expressar sua opinião de maneira breve para que outros também possam se manifestar;
- 5 - Informar sobre a devolução dos resultados, bem como sobre sua apresentação e discussão, em um único encontro com a presença de todos os participantes.

Para que os SPGs possam dar a garantia da avaliação da conformidade orgânica, eles precisam estar bem alicerçados em alguns princípios que são na verdade, os próprios mecanismos de controle.

Vamos conversar hoje a respeito destes princípios e saber como este grupo tem praticado cada um deles, para a geração de credibilidade do sistema.

CONFIANÇA

- 1 - como estão estabelecidas as relações de confiança neste grupo?
- 2 - como são construídas as relações de confiança com outros grupos/núcleos?
- 3 - como são construídas as relações de confiança com o coordenador do grupo?

PARTICIPAÇÃO -

- 4- como se dá a participação deste grupo no spg sul de minas?
- 5 - como vocês avaliam as visitas de pares e verificação para a geração da credibilidade?
- 6 - consideram importante a realização dessas visitas para a geração da credibilidade?
- 7 - como avaliam as reuniões?
- 8 - como avaliam a participação e interação deste grupo como os outros núcleos?

PROCESSO PEDAGÓGICO

- 9 - o processo de certificação participativa contribui para sua aprendizagem?
- 10 - já receberam sugestões durante as visitas que foram úteis?
- 11 - sua unidade sofreu alguma melhoria depois do SPG?
- 12 - sabe de alguma sugestão sua que foi acatada por outro?
- 13 - percebem se alguma unidade tem melhorado o manejo após as visitas?

VISÃO COMPARTILHADA/ TRANSPARÊNCIA/ HORIZONTALIDADE

- 14 - vocês conhecem todos os núcleos envolvidos no SPG Sul de Minas?
- 15- já leu todos os regulamentos/manual/estatuto da OSM?
- 16 - sabem como se dá a entrada de um membro ou um novo núcleo no SPG Sul de Minas?
- 17 - participam e concordam com as decisões tomadas em relação à avaliação da conformidade, entrada de novos membros?
- 18 - se não conhecem e participam, qual o motivo?
- 19 - como se dá a comunicação do núcleo com o OPAC?

REGISTROS

- 20 - que tipo de registros vocês fazem uso?
- 21 - o CPMO tem alguma utilidade para vocês?
- 22 - as anotações fazem algum sentido para vocês?
- 23 - que tipo de anotação você continuaria fazendo caso não fossem obrigatórias?

SATISFAÇÃO

- 24 - o que mais te agrada no SPG Sul de Minas?
- 25 - o que você mudaria?
- 26 - vocês acham que o SPG Sul de Minas consegue dar garantia da qualidade orgânica?
- 27 - o que te faria sair do SPG Sul de Minas?
- 28 - qual o maior benefício que o SPG Sul de Minas já te proporcionou?
- 29 - em uma nota de 0 a 10, qual a nota em relação à sua satisfação em participar do SPG Sul de Minas?

7.2 Anexo I. Ofício e Declaração de Credenciamento do OPAC Sul de Minas



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade - Depros
Coordenação de Agroecologia – Coagre

Ofício nº 105/2013 COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA

Brasília, 20 de dezembro de 2013

A Sua Senhoria a Senhora
Rosângela de Souza Paiva
Presidente
Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas
Fazenda do IF Sul de Minas – Prédio da INCETEC sala 01
Bairro Escritório velho
37.676-000 – Inconfidentes/MG

Assunto: Informa credenciamento da **Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas** e encaminha Declaração e relatório

Senhora Presidente,

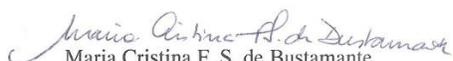
1. É com satisfação que a Coordenação de Agroecologia informa à **Central de Associações de Produtores Orgânicos Sul de Minas** sobre a **concessão de seu credenciamento** como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica, sob nº **019 – UF MG BR**, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
2. Encaminhamos, em anexo, a Declaração de Credenciamento do OPAC e cópia do Relatório de Auditoria de Credenciamento.
3. No corpo do relatório constam algumas providências a serem tomadas pelo OPAC a fim de finalizar a adequação documental às normas de produção orgânica. Algumas alterações irão requerer reuniões ampliadas, como a assembléia geral da entidade; portanto, tais assuntos deverão ser tratados e resolvidos antes da próxima auditoria de manutenção, a ser realizada em até 6 (seis) meses a contar do credenciamento.
4. Os documentos, ajustados conforme a determinação constante no relatório, deverão ser enviados para a COAGRE, ao endereço constante no rodapé deste documento, ou protocolizados na SFA para juntada ao processo original. Quaisquer dúvidas poderão ser dirimidas por contato telefônico (61) 3218-2453 ou pelo e-mail dgqo@agricultura.gov.br.
5. Informamos que as artes eletrônicas do selo do Sistema Brasileiro Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg serão enviadas por meio eletrônico, a fim de que o OPAC as disponibilize aos produtores certificados pela entidade. Para tanto, solicitamos o envio de correspondência eletrônica à DGQO (dgqo@agricultura.gov.br) informando variados e-mails de contato de membros e representantes do OPAC, a fim de que a comunicação seja fácil e rápida entre as partes.



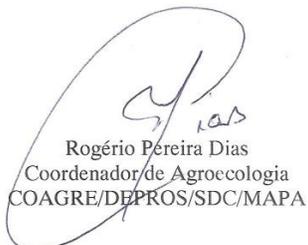
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA
Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC
Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade - Depros
Coordenação de Agroecologia – Coagre

6. Na certeza de que esta parceria será frutífera e contribuirá para o avanço da produção orgânica brasileira, bem como para o aumento da credibilidade dos Sistemas Participativos de Garantia, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


Maria Cristina F. S. de Bustamante
Chefe da Divisão de Garantia da Qualidade Orgânica
DGQO/COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA

De acordo,


Rogério Pereira Dias
Coordenador de Agroecologia
COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

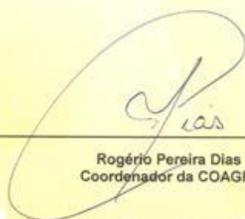
Declaração de Credenciamento

N° 019

UF MG

BR

Declaro, para os devidos fins, que a **CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES ORGÂNICOS DO SUL DE MINAS – ORGÂNICOS SUL DE MINAS**, CNPJ 17.461.193/0001-80, sediada na Fazenda do Instituto Federal do Sul de Minas – Bairro Escritório Velho – Inconfidentes – Minas Gerais, encontra-se credenciada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sob n° 019 UF MG, como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica - Sistema Participativo de Garantia, nos seguintes escopos: **produção primária vegetal, produção primária animal, processamento de produtos de origem vegetal, processamento de produtos de origem animal, processamento de insumos agrícolas, processamento de produtos têxteis e extrativismo sustentável orgânico** estando autorizado a utilizar o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, conforme disposto na Lei n° 10.831, de 23 de dezembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto n° 6.323, de 27 de dezembro de 2007, atendidos os dispositivos legais vigentes.



Rogério Pereira Dias
Coordenador da COAGRE

20/12/2013



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA EM ORGANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE ORGÂNICA ORGANISMO PARTICIPATIVO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE		
RAZÃO SOCIAL	PERÍODO DA AVALIAÇÃO	PROCESSO Nº
Central de Associações de Produtores Orgânicos do Sul de Minas	09/12/2013 a 13/12/2013	21028.003121/2013-06
ENDEREÇO:		
Fazenda do Instituto Federal do Sul de Minas / Prédio da INCETEC – Sala 01 Bairro Escritório Velho — CEP 37.576-000 – Inconfidentes / MG		
TIPO DE AVALIAÇÃO		
<input checked="" type="checkbox"/> Inicial	<input type="checkbox"/> Manutenção	<input type="checkbox"/> Extensão
ESCOPOS:		
Produção Primária Vegetal	Processamento de Produtos de Origem Vegetal	
Produção Primária Animal	Processamento de Produtos de Origem Animal	
Processamento de Produtos Têxteis	Processamento de Insumos Agrícolas	
Extrativismo Sustentável Orgânico		
OBJETIVO:		
Realização de auditoria de credenciamento de Organismo de Avaliação de Conformidade da Qualidade Orgânica, na modalidade Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade.		
DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS:		
Lei nº 10.831/2003; Decreto nº 6.323/2007; Instrução Normativa nº 19/2008 (Mecanismos de Garantia e Informação da Qualidade Orgânica); Instrução Normativa nº 46/2011 (Produção Animal e Vegetal); Instrução Normativa nº 18/2009 alterada pela I.N. nº 24/2011 (Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos); Instrução Normativa nº 37/2011 (Produção de Cogumelos Comestíveis); Instrução Normativa nº 38 (Produção de Sementes e Mudas); Instrução Normativa nº 23/2011 (Têxteis Derivados do Algodão); Instrução Normativa Conjunta nº 17/2009 (Extrativismo Orgânico Sustentável) e Manual de Procedimentos / Fiscalização da Produção Orgânica / MAPA 2012.		
EQUIPE DE AUDITORES:		
Marcelo Silvestre Laurino DPDAG/SFA-SP e Lygia de Oliveira Figueiredo Bortolini OPDAG/SFA-MG.		
ANTECEDENTES / CONSIDERAÇÕES INICIAIS:		
A equipe de auditores foi designada pela Divisão de Garantia da Qualidade Orgânica da Coordenação de Agroecologia – DGQO/COAGRE/DEPROS/SDC/MAPA através do Ofício n.º 83/2013 dirigido a Sra. Rosângela de Souza Paiva, presidente da entidade, comunicando a data da auditoria. O processo 21028.003121/2013-06, formalizado no dia 03/04/2013, foi encaminhado para análise prévia da COAGRE, e remetido à DPDAG/SFA-MG no dia 07/08/2013, tendo sido feita a verificação documental pela Fiscal Federal Agropecuária Lygia de Oliveira Figueiredo Bortolini. Em 06/09/2013 foi encaminhada comunicação daquela DPDAG à entidade, solicitando a complementação da documentação, através do envio da lista completa dos produtores, e recomendando ajustes no Regimento Interno e no Manual de Procedimentos. Os ajustes foram encaminhados em 19/11/2013, contendo novas versões daqueles documentos, novas versões de formulários de uso corrente dos fornecedores e colaboradores, além de uma lista completa dos fornecedores avaliados pelo OPAC.		



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

METODOLOGIA DE TRABALHO:
<p>Concluída a avaliação documental, procedeu-se a visita “in loco” na sede do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC e em unidades de produção controladas, selecionadas após análise documental e entrevistas com os responsáveis pelo OPAC. Os trabalhos foram iniciados no dia 09/12/2013 e se estenderam até o dia 13/12/2013 e compreenderam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação da equipe de auditoria, com explanação dos objetivos, cronograma e metodologia de trabalho e comentários sobre aspectos relevantes da avaliação documental (09/12); 2. Explanação dos antecedentes da constituição da Central de Associações Orgânicos Sul de Minas e relatos de experiências de alguns produtores (09/12); 3. Apresentação dos produtores organizados em 4 grupos – Pedralva, Carmo de Minas, Soledade e Itamonte, totalizando 22 produtores do núcleo – APOMM / Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira, seu histórico e características de cada unidade de produção (10/12). 4. Definição das unidades de produção a serem visitadas em auditorias-testemunha, programação de viagem e comunicação aos respectivos grupos (10/12). 5. Análise documental das unidades de produção a serem visitadas (10/12); 6. Análise documental das atas de reunião dos grupos envolvidos (10/12); 7. Auditorias-testemunha nas unidades de produção selecionadas (11/12 e 12/12); 8. Análise das informações coletadas e elaboração de relatórios de visita (13/12); 9. Reunião de encerramento com representantes do OPAC e comunicação dos pontos fracos, pontos fortes e oportunidades de melhoria do sistema (13/12). 10. Elaboração de relatório final de auditoria de conformidade (17 a 18/12).
PROCEDIMENTOS E REGISTROS VERIFICADOS:
<ul style="list-style-type: none"> • Foram verificados: procedimentos de adesão de produtores no grupo, atas de reuniões dos grupos, mecanismos de aceitação, contratos firmados entre os produtores e o OPAC, registro das visitas de verificação e de pares realizadas e os planos de manejo das unidades de produção.
PROCESSOS DE CERTIFICAÇÃO VERIFICADOS NA AVALIAÇÃO ATUAL:
<ul style="list-style-type: none"> • Associação Sítio Esperança / Sítio Esperança em Lambari/MG; • João Pereira Filho / Sítio Floresta em Lambari/MG; • Sábias Comidas Comércio e Indústria Ltda. / Itamonte/MG; • Pedro Roberto Delmonte / Sítio Kouit no Bairro Campo Redondo / Itamonte/MG;
IRREGULARIDADES / NÃO CONFORMIDADES VERIFICADAS NA AUDITORIA DOCUMENTAL:
<p>Não houve. As não conformidades documentais foram solucionadas anteriormente à auditoria de credenciamento, através do encaminhamento de novas versões do Regimento Interno e Manual de Procedimentos, que foram objeto de nova análise documental pela DPDAG/MG.</p>
PONTOS FRACOS VERIFICADOS NA AUDITORIA DOCUMENTAL:
<ul style="list-style-type: none"> • No Regimento Interno, não há clareza da destinação dos membros escolhidos para a participação do OPAC para composição da Comissão de Avaliação do OPAC e do Conselho de Recursos. • Não foi estabelecido um quórum mínimo para as reuniões do OPAC, independente da Assembleia geral da Central de Associações; • Na comunicação ao MAPA das unidades de produção acompanhadas, existe a menção de produtos não pertencentes aos escopos certificados.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

PONTOS FRACOS VERIFICADOS NA AUDITORIA DOCUMENTAL (continuação):

- O OPAC adotou o Caderno do Plano de Manejo Orgânico publicado pelo MAPA como modelo para os Planos de Manejo Orgânico de seus fornecedores. Embora atenda às disposições legais vigentes, o detalhamento insuficiente da forma de registro das atividades pode prejudicar o acompanhamento das unidades de produção pelos pares e comissões de avaliação.
- Não há um registro de antecedentes das unidades de produção, que ateste o início do manejo orgânico das unidades de produção, uma vez que o caderno proposto pelo MAPA não prevê esta informação. Como se trata de um único núcleo, com dinâmicas sociais anteriores à fundação do OPAC, o nível de conhecimento e interação entre os membros dispensa a necessidade de tal investigação. Contudo, será importante o registro do início dos períodos de conversão para avaliar a inclusão de novos produtores e núcleos.
- O modelo adotado pelo OPAC de relatório de visitas de pares e de visitas de verificação foi inspirado na experiência de outros Sistemas Participativos de Garantia, especialmente do OPAC da Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região – ANC. O modelo de visita de pares reflete as diretrizes e preocupações daquela entidade e não a realidade do presente grupo.
- O modelo de relatório da Comissão de Avaliação (visita de verificação) não prevê a anotação das evidências objetivas que subsidiam as decisões do grupo avaliador. É necessário ressaltar a importância destas anotações para que se possa compor uma imagem adequada da unidade de produção e do trabalho de verificação dos membros do núcleo ou da Comissão de Avaliação.
- Não foi verificada a existência de estudos prévios de impacto sócio-ambiental na atividade de extrativismo de pinhão, embora esteja relacionado como item de produção em pelo menos duas unidades de produção do OPAC.
- Não há um detalhamento adequado no controle das emissões das Declarações de Transação Comercial pelo OPAC. Não está definida a instância de responsabilidade do acompanhamento das emissões e controle da produção comercializada.

IRREGULARIDADES / NÃO CONFORMIDADES VERIFICADAS NA AUDITORIA-TESTEMUNHA:

- Não foram evidenciadas não conformidades nas auditorias-testemunha.

PONTOS FRACOS VERIFICADAS NA AUDITORIA-TESTEMUNHA:

- Embora o OPAC se encarregue da disponibilidade dos textos dos regulamentos vigentes, foi observado certo desconhecimento, por parte de alguns fornecedores, de detalhes dos regulamentos, notadamente dos insumos permitidos para a produção vegetal e detalhes operacionais da Instrução Normativa n.º 18/2008. Muitas práticas e insumos deixaram de ser utilizadas por desconhecimento de sua possibilidade de uso, embora constem nas tabelas positivas dos regulamentos vigentes. O conhecimento do regulamento é desuniforme entre os membros do grupo, embora haja muita segurança por parte do coordenador da OPAC e seus colaboradores.
- O roteiro de visita às unidades de produção iniciou com o preenchimento do relatório de visita baseado, até aquele momento, na análise do Plano de Manejo Orgânico, entrevista com o produtor visitado e avaliação da documentação – cadernos de campo, registros de comercialização, notas fiscais de compra de insumos e outros instrumentos de controle documental. As evidências objetivas existentes na unidade de produção devem ser levadas em conta e anotadas no relatório, documentados os elementos que subsidiaram a tomada de decisões.
- Não foi realizada a avaliação do tratamento dos animais de companhia ou da produção animal de subsistência nas propriedades visitadas. Não há um entendimento geral da necessidade de considerá-las como Produção Paralela e da avaliação de seu impacto na produção certificada.

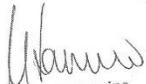


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

PONTOS POSITIVOS RELEVANTES VERIFICADOS NA AUDITORIA:
<ul style="list-style-type: none"> Foi verificada a uniformidade de procedimentos adotada nos dois núcleos visitados, o que vem refletir o trabalho de capacitação e organização do OPAC. Foi evidenciada a participação ativa dos membros de ambos os núcleos nas auditorias-testemunha, sendo muito positivas para todas as partes as interações decorrentes daqueles contatos, bem como a qualidade dos relacionamentos interpessoais e a consistência das dinâmicas estabelecidas entre os membros do núcleo (APOMM). Forma de abordagem cortês e detalhada dos coordenadores dos grupos, facilitando o questionamento sobre as atividades e aceitação da proposição de medidas corretivas e oportunidades de melhoria. Fortalecimento das parcerias seja pela aproximação de associações e cooperativas de produtores, seja pela aproximação das instituições de ensino e extensão, ressaltando a integração e possibilidade de aprendizado mútuo com estudantes bolsistas (filhos de agricultores da região);
ANEXOS:
<ul style="list-style-type: none"> Lista de Presença da Auditoria do Escritório do OPAC; Lista de Presença e Relatório de Auditoria Testemunha: Associação Sítio Esperança / Sítio Esperança em Lambari/MG; Lista de Presença e Relatório de Auditoria Testemunha: João Pereira Filho / Sítio Floresta em Lambari/MG; Lista de Presença e Relatório de Auditoria Testemunha: Sábias Comidas Comércio e Indústria Ltda. em Itamonte/MG; Lista de Presença e Relatório de Auditoria Testemunha: Pedro Roberto Delmonte / Sítio Kouit no Campo Redondo em Itamonte/MG;
RECOMENDAÇÕES:
<ul style="list-style-type: none"> Conceituação de grupos e núcleos no Regimento Interno, sugerindo a realização de consulta a outros SPGs credenciados, especialmente a Rede Ecovida, tendo em vista o acúmulo de discussões daquela entidade, objetivando a uniformização da terminologia usada em todo o país. Desenvolvimento de modelo próprio de Plano de Manejo Orgânico com detalhamento suficiente de atividades, que permita melhor embasamento documental das atividades desenvolvidas nas unidades de produção. Realização de oficinas de discussão dos regulamentos, como atividades a serem desenvolvidas pelo OPAC, especialmente a partir do início de 2014, tendo em vista as alterações nas Instruções Normativas n.º 50/2009, n.º 46/2011 e na IN n.º 54/2008 atualmente em curso. Desenvolvimento de modelos próprios de relatórios de visitas de pares, definindo as diretrizes a serem seguidas pelos fornecedores, em seu processo de melhoria contínua. Desenvolvimento de novos modelos de relatório de visita da Comissão de Avaliação, tendo em vista a necessidade de aqueles relatórios refletirem a realidade da unidade de produção, constando as evidências objetivas que subsidiaram as decisões do grupo ou comissão. Não emissão de Declarações de Transação Comercial até que sejam claramente definidas as responsabilidades de acompanhamento das emissões e do controle da produção. Realização de estudos prévios de impacto sócio-ambiental da coleta extrativa do pinhão, como condição básica para certificação da atividade nas unidades de produção, subsidiando tecnicamente os Projetos Extrativistas Sustentáveis Orgânicos.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E COOPERATIVISMO
DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO E SUSTENTABILIDADE
COORDENAÇÃO DE AGROECOLOGIA

RECOMENDAÇÕES (continuação):	
<ul style="list-style-type: none"> • Há necessidade de melhor esclarecimento sobre os critérios de composição da Comissão de Avaliação do OPAC e do Conselho de Recursos a partir dos membros eleitos pelos núcleos e grupos. • Há necessidade de estabelecer um quórum mínimo para as reuniões do OPAC, independente da Assembleia geral da Central de Associações. • Organizar planilha das unidades de produção certificadas, a ser encaminhada ao MAPA, contendo somente os produtos relativos aos escopos certificados. 	
DETERMINAÇÕES:	
Não há.	
CONCLUSÃO	
Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade apto para credenciamento como Organismo de Avaliação da Conformidade, por atender ao disposto na legislação vigente.	
NOME DOS AVALIADORES	DATA
Marcelo Silvestre Laurino Lygia de Oliveira Figueiredo Bortolini	 18/12/2013

Marcelo S. Laurino
 Fiscal Federal Agropecuário
 Sisp. Agropecuário Crea 02.004
 Cart. FISC. 2943 Sisppe 0017002